



A proposta do Governo declara guerra aos trabalhadores

## Código terrorista

O maior e mais grave ataque aos direitos dos trabalhadores desde o 25 de Abril de 1974. É esta, para José Cartaxo e Joaquim Dionísio, a melhor denominação para o «Código do Trabalho».

Págs. 5 e 6

festas  
do Avante!  
2002

## Transformar é Possível!

Tema do  
Espaço Juventude

A actualidade  
do projecto  
comunista

Págs. 14 a 16



Défice Orçamental

Hipocrisia do Governo

O facto de o País poder vir a ser penalizado pela União Europeia, «num momento de aperto orçamental e de dificuldades económicas», mostra o «absurdo e a irracionalidade» do Pacto de Estabilidade, afirmou Agostinho Lopes.

Pág. 8

Nas mãos de Bush

Via rápida para o desemprego

A Câmara de Representantes dos Estados Unidos aprovou, na madrugada de sábado passado, um pacote legislativo que dá ao presidente Bush autoridade para negociar acordos internacionais de comércio.

Pág. 21

Segurança Social

Perguntas e respostas

Entre os direitos atacados pelo Governo do PSD/PP está o direito universal à Segurança Social, um património dos trabalhadores que pretende destruir, para o entregar às seguradoras e aos bancos e assim aumentar os seus lucros.

Págs. 14 e 19



**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Gago Coutinho  
121/1700 Lisboa  
Capital social:  
€ 125 000.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque  
Miguel Inácio

Grafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria  
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

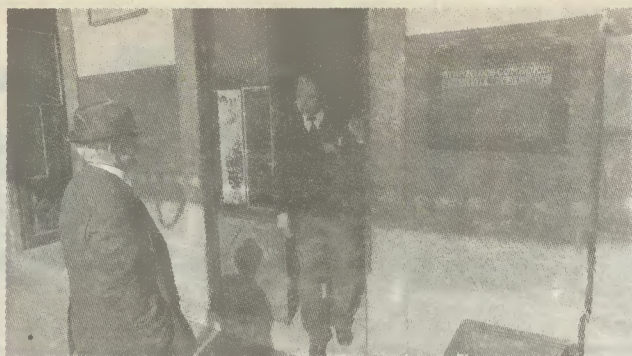
ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 9 000500 44.90 euros
25 números: 4 600500 23.00 euros	
EUROPA	50 números: 23 000500 114.75 euros
EXTRA-EUROPA	50 números: 33 000500 164.60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Greve dos revisores da CP

## Resumo

### 24 Quarta-feira

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado critica a Câmara Municipal do Porto por estar a fazer um «ataque primário aos trabalhadores» da autarquia, ao acusá-los de elevado absentismo • O Sindicato dos Trabalhadores do Registo e Notariado manifesta-se contra a privatização do notariado aprovada em Conselho de Ministros • O director-geral e o subdirector-geral do Ensino Superior pedem a cessação das suas funções por entenderem que «não estão reunidas as condições pessoais e políticas indispensáveis» • O presidente do Egipto afirma que «sem Arafat o processo de paz não vai avançar», já que o presidente da Autoridade Palestiniana «é o único capaz de fazer concessões».

### 25 Quinta-feira

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Norte alerta para as ilegalidades nas obras do IP2, entre elas alguns operários que trabalham uma média de 16 horas por dia • 110 trabalhadores da empresa têxtil Lobo & Irmão, Lda de Guimarães cortam a estrada entre Guimarães e Santo Tirso, em protesto contra o atraso de três meses no recebimento de salários • O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena os ataques de Israel na reunião de carácter urgente que decorre para retomar as negociações de paz no Médio Oriente • Os representantes permanentes dos países membros da Liga Árabe reúnem-se no Cairo para debater «o massacre cometido pelo Exército israelita» em Gaza.

### 26 Sexta-feira

O grupo parlamentar do PCP anuncia que o défice português de 4,1 por cento era «previsível», argumentando que sempre denunciou as projecções «irrealistas» do anterior Governo no que diz respeito às despesas e às receitas • «Os Verdes» reclamam em Tomar medidas concretas do Governo para combater os problemas dos fogos florestais • O presidente da Câmara de Lisboa suspende a participação financeira da autarquia na Associação Música e Cultura, que coordena a Orquestra Metropolitana de Lisboa • Um tribunal indonésio condena Tommy Suharto a 15 anos de prisão por ter pago a um atirador para matar um juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

### 27 Sábado

O Sindicato da Indústria e Construção suíça anuncia que vai processar a empresa portuguesa Terra Pura, por não ter pago salários e horas extraordinárias aos cerca de 40 trabalhadores contratados pela Expo Suíça • O juiz espanhol Baltasar Garzón pede à justiça italiana para se ocupar do dossier do canal televisivo «Tele-

cinco» e investigar Silvio Berlusconi ou, em alternativa, retirar a imunidade ao primeiro-ministro, permitindo o desenrolar do processo em Madrid • Cerca de 78 pessoas morrem na Ucrânia quando um caça Sukkoi-27 se despenha durante um festival aéreo • Sete pessoas são mortas em confrontos no vale de Caxemira, tendo forças paquistanesas bombardeado posições indianas ao longo da linha de cessar-fogo.

### 28 Domingo

Portugal encerra a sua participação no Campeonato Mundial de Atletismo para Deficientes com a conquista de três medalhas de ouro, seis de prata e três de bronze • O secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, pede a Nova Deli que liberte os presos políticos de Caxemira antes das eleições naquela província, agendadas para Outubro • Uma rapariga palestiniana de 14 anos é assassinada por colonos judeus • O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Iraque pede ao governo britânico que envie uma missão ao país para verificar as acusações sobre a alegada compra, por parte das autoridades iraquianas, de armas de destruição maciça.

### 29 Segunda-feira

Os revisores da CP entram em greve por melhores condições de segurança e de trabalho • O ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Valente de Oliveira, anuncia que os utilizadores da CREL e do IC24 passarão a pagar portagens, assim como os das SCUT, incluindo Via do Infante, Beira Interior e Costa da Prata • Chega ao fim o caso Aquaparque com os pais das duas crianças que morreram num parque aquático de Lisboa a receberem um indemnização por parte do Estado • As Nações Unidas suspendem «indefinidamente» as suas actividades humanitárias na Tchetchénia, na sequência do rapto de uma responsável de uma Organização Não-Governamental russa.

### 30 Terça-feira

A comissão de freguesia da Ajuda do PCP acusa o presidente da Câmara de Lisboa de ter iniciado obras no palacete que lhe foi atribuído, em vez de resolver primeiro os problemas de habitação do bairro • O Governo e o consórcio MTS assinam o contrato de concessão da rede do metro de superfície da Margem Sul do Tejo, que ligará os municípios de Almada, Seixal e Barreiro • Uma invasão anglo-norte-americana do Iraque pode desestabilizar o Médio Oriente «numa situação como a actual em que ninguém precisa de mais tensão», adverte o secretário-geral da Liga Árabe, Amro Moussa • O Parlamento timorense adia o debate sobre a proposta de lei de alterações tributárias vetada por Xanana Gusmão.

## Aconteceu

### Mundiais de Atletismo para Deficientes

Portugal conquistou 12 medalhas nos III Mundiais de Atletismo para Deficientes, que domingo terminaram no Lille Métropole Stadium. Menos duas que na anterior edição, mas com um nível competitivo superior.

Três medalhas de ouro, seis de prata e três de bronze foi o total de medalhas conquistadas pela selecção portuguesa nesta terceira edição dos campeonatos mundiais, em Lille, França, onde o destaque individual vai para o atleta Gabriel Potra, que conquistou duas medalhas de ouro, uma de prata e uma de bronze, batendo ainda um recorde do mundo.

Nos 400 metros para amblíopes, Potra melhorou o seu máximo mundial ao passar a linha da meta em 48,62 segundos, menos um segundo que o anterior que o atleta detinha desde 1999.

Ainda a nível de recordes, registou para o novo máximo europeu fixado por José Alves nos 400 metros para amblíopes - 49,68 -, distância em que conquistou a medalha de prata, e para o recorde dos campeonatos, por Silvino Veiga, nos 100 metros T20 (deficientes mentais).

### Críticas a João Paulo II

As vítimas de pedofilia por parte de padres católicos esperavam mais do Papa. Em vez de um pedido de desculpas público, o Sumo Pontífice expressou «tristeza e vergonha», no encerramento das Jornadas Mundiais da Juventude.

João Paulo II «perdeu uma grande oportunidade de ajudar as pessoas a sarar (as suas feridas), desculpando-se», considera o «Grupo dos sobreviventes vítimas de padres», citado segunda-feira pelo «Washington Post».

«Ele fez o que os bispos fizeram, aludindo aos padres violadores não pondo em causa o papel dos bispos», acrescentou David Clohessy, membro desta associação.

«Uma vez mais, o essencial da mensagem incidu sobre o quanto os padres são maravilhosos, enquanto muito pouco foi dito sobre as vítimas e as suas necessidades», considerou, por outro lado, Robert Roth, coordenador da «Coligação para a Acção sobre as violações de crianças» de Cornwall, Ontário.

«Ele fez referência a momentos difíceis na vida da Igreja, quando devia evocar e inquietar-se pelos momentos difíceis vividos pelas vítimas de violação pela Igreja», sublinhou.

### EUA oculta provas de ataque ao Afeganistão

Membros do Exército norte-americano fizeram desaparecer provas do ataque perpetrado no passado dia 1 de Julho contra os festejos de um casamento no Afeganistão, que resultou na morte de 48 pessoas e ferimentos em 118, segundo um relatório preliminar da ONU



### Governo anuncia mais portagens

O ministro das Obras Públicas anunciou numa entrevista publicada na edição de segunda-feira do jornal «Público» que vai haver portagens na CREL (Lisboa), IC24 (Porto) e nas SCUT, incluindo a Via do Infante, Beira Interior e Costa da Prata.

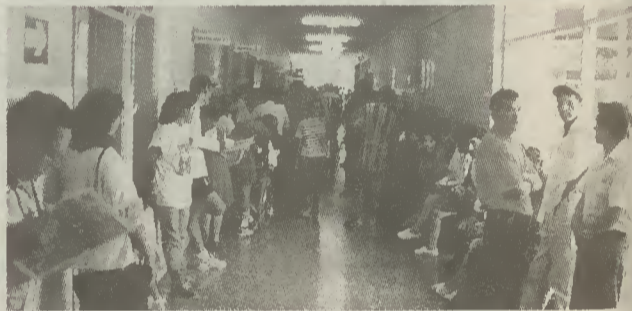
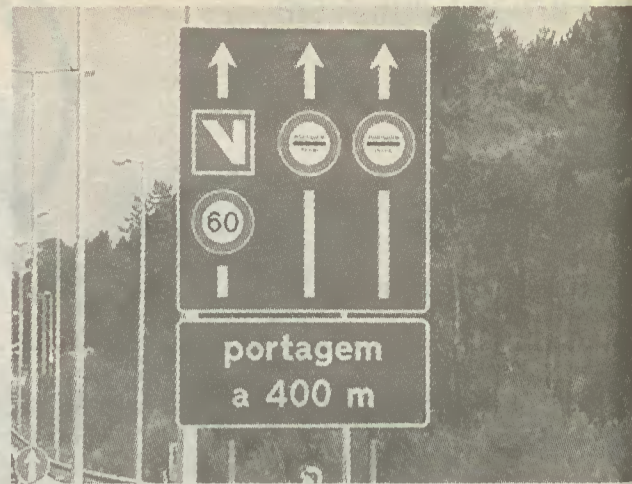
Pôr todos os utilizadores dos novos itinerários a pagar portagens é a regra-base, limitando-se

as excepções às populações e empresas residentes. O ministro dá como segura a criação de portagens no IC24, que vai fazer o resto do anel à volta do Porto, e admite também o pagamento de portagens na CREL, em Lisboa.

Valente de Oliveira confirmou ainda que vai haver portagens no IP3 (Chaves/Vila Real) e que o pagamento de portagens nas

SCUT (sem custos para o utilizador) deverá arrancar em 2004.

Questionado sobre as razões pelas quais o Governo quer acabar com o sistema das SCUT, Valente de Oliveira explicou que têm a ver com os seus custos para o Orçamento do Estado, que em 2008 seriam de 550 milhões de euros (660 milhões com IVA).



### 300 mil foram esterilizados no Peru

Esterilizações forçadas ou em troca de dinheiro. A denúncia partiu na passada semana do ministro da Saúde peruano, Fernando Carbone, num relatório, que refere que cerca de 283 500 peruanos foram esterilizados sem o saber, ou em troca de comida, durante o segundo governo de Alberto Fujimori, entre 1996 e 2000.

De acordo com o relatório realizado

pela comissão sobre Actividades de Anticoncepção Cirúrgica Voluntária, durante o mandato de Fujimori foram levadas a cabo esterilizações forçadas, sobretudo em mulheres, nas zonas mais pobres do país andino.

O programa estabelecia metas quantitativas de intervenções, quotas que deviam ser cumpridas por regiões. As operações eram

praticadas sem que os pacientes tivessem sido informados sobre as suas consequências ou o seu carácter irreversível.

Caso se venha a provar as acusações, tanto Fujimori como os ministros da Saúde da época, Marino Costa Bauer, Alejandro Aguinaga Recuenco e Eduardo Jhon Motta, sujeitam-se a ser condenados por genocídio.

dado a conhecer segunda-feira pelo diário «The Times».

Citando o documento, o jornal chega a afirmar que existem «provas nítidas de que ocorreram violações dos direitos humanos». Em primeiro lugar, o relatório sustenta que os inspectores da ONU não encontraram armas no local da tragédia, nem tampouco confirmação alguma de que os aviões norte-americanos tenham sido tomados por alvos, tal como referido pelas autoridades dos EUA.

A ONU revela ainda que as forças da coligação chegaram rapidamente ao local do bombardeamento e «limparam a zona» de «todos os fragmentos de mísseis, balas e restos de sangue», de acordo com este relatório, que refere ainda «contradições entre as declarações das autoridades norte-americanas e a realidade dos acontecimentos».



## Crónica Internacional

• Albano Nunes

### Amandla!

O poder ao povo, venceremos!, é isso que fundamentalmente significa esta palavra de ordem que, do princípio ao fim, percorreu o 11.º Congresso do Partido Comunista Sul-Africano, realizado a semana passada em Rustenburg.

Congresso pleno de entusiasmo, convicção, alegria e confiança. Sobretudo confiança no potencial revolucionário da classe operária e da grande massa de explorados e desfavorecidos, os «pobres» na terminologia dos camaradas sul-africanos. Confiança no Partido e no papel de vanguarda que tem desempenhado e se propõe continuar a desempenhar no processo de libertação do povo da África do Sul; confiança na possibilidade do PCSA, com os seus aliados da Aliança Tripartida – o ANC e a COSATU – assegurar o prosseguimento da revolução democrática e nacional e a transição para o socialismo.

Congresso que esteve também marcado por muitas preocupações quanto à acentuação de problemas sociais, apesar de progressos verificados em vários domínios depois de 1994, e às políticas macroeconómicas, como no caso das privatizações. Daí as severas críticas de delegados e dirigentes do PCSA a orientações e medidas do governo do ANC, onde aliás participam sete ministros comunistas. Daí as propostas do Congresso para fortalecer a Aliança Tripartida e o seu papel estratégico no processo revolucionário sul-africano e para acentuar a orientação popular do poder político, fortalecendo os serviços e o sector público e dando mais força ao combate ao desemprego e à satisfação das mais urgentes necessidades do povo. Daí o apoio resolutivo à greve geral contra as privatizações convocada para 1 e 2 de Outubro.

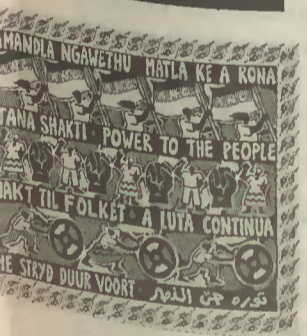
A sensação que se tem ao tomar um contacto mais directo com a realidade da África do Sul, é o dos gigantescos desafios que os trabalhadores e o povo sul-africano tem diante de si, e as complexas contradições geradas pelo próprio processo libertador, em cuja superação o PCSA tem um papel decisivo a desempenhar. Basta pensar na terrível herança social do criminoso regime do

«apartheid», no contexto internacional de globalização imperialista que dificulta extraordinariamente políticas de sentido popular e anticapitalista, no facto de um punhado de grandes grupos económicos que sustentaram o racismo continuarem a exercer um domínio avassalador sobre a economia sul-africana e, num país em que a população agrícola continua a ser maioritária, não ter sido dado nenhum passo significativo em direcção à reforma agrária. Ou seja, precisamente ao contrário do que se verificou com a revolução portuguesa – onde a destruição do poder económico dos monopólios e

dos latifúndios não teve correspondência no poder político – no caso da África do Sul as forças progressistas e revolucionárias alcançaram o poder político (o que não significa todo o poder do Estado), mas o poder económico continua nas mãos do grande capital financeiro e mineiro. A teoria e a prática revolucionárias ensinam que tarde ou cedo terá de verificar-se o ajustamento, seja por via do aprofundamento anticapitalista da revolução nacional democrática como defendem os comunistas, seja por via contra-revolucionária, como pretendem o grande capital e o imperialismo.

É convicção profunda dos comunistas sul-africanos que é possível vencer mais esta complexa prova da luta libertadora do seu povo. Por isso, ao mesmo tempo que se empenham em fortalecer a Aliança Tripartida, os comunistas esforçam-se por desenvolver criativamente o marxismo-leninismo em ligação com a situação concreta do seu país, lutam por reforçar o seu influente Partido e assegurar a hegemonia da classe operária no processo revolucionário sul-africano e a sua orientação socialista. A dimensão da tarefa é gigantesca sem dúvida. Mas a força das massas em movimento conjugada com a solidariedade internacionalista é invencível. Os comunistas sul-africanos sabem-no bem. De «terrorista» a Prémio Nobel, das masmorras racistas para a Presidência do seu país, Mandela simboliza bem quanto pode a força de um ideal. Tempos de resistência e de grandes potencialidades libertadoras, são estes que vivemos. O que é preciso é persistir. AMANDLA!

Tempos  
de resistência  
e de grandes  
potencialidades  
libertadoras



## Editorial

# OS SEGREDOS DA FESTA!

Entre as numerosas tarefas que ocupam os militantes na época das férias – para muitos as férias ou já se consumiram ou se adiaram e o trabalho preenche o dia-a-dia que passa – uma delas tem especial destaque. Trata-se, uma vez mais, de erguer a Festa do Avante! no lugar que há muitos anos é o seu – o belíssimo terreno da Quinta da Atalaia que, desde o momento em que passou a pertencer ao Partido, se vem tornando cada vez mais acolhedor e funcional, mais preparado para receber os muitos milhares de visitantes, tratado ao longo do ano por uma larga equipa de camaradas que se desvelam em cuidados.

Ao longo do ano, também, um intenso labor envolve muitos militantes e organizações com vista ao planeamento de cada festa. Com inteligência e saber de experiência feito, com a imaginação lançada para novos voos, os planos são traçados, os programas arquitectados, os espaços concebidos, os artistas escolhidos, os espectáculos delineados, as exposições elaboradas, os colóquios e debates preparados, milhentas iniciativas projectadas, que contarão com a parti-

“A Festa  
é um largo  
rio de trabalho  
e de imaginação”

cipação activa de muitos milhares de camaradas e de amigos. A Festa é, assim, um largo rio de trabalho e de imaginação, de participação e de esforço, de alegria e de empenhamento que conflui para a Atalaia, onde, durante três dias, se torna uma realidade viva que fica a perdurar na nossa memória de participantes e de visitantes.

A memória das festas do Avante! estende-se já por vinte e seis anos. A primeira Festa, realizada na FIL em 1976, iria «conformar» um modelo completamente novo nas iniciativas políticas e artísticas de massas e passou a ser, desde logo e para sempre, nos anos seguintes, o maior e mais importante acontecimento político-cultural do nosso país. A partir da Festa do Avante!, esforçadas tentativas de a copiar têm sido levadas a cabo na área comercial e no campo político, ficando-se todas num magro lugar entre a feira e o festival de Verão, os discursos do Pontal e as histerias de Chão da Lagoa. E, por mais que os escribas ao serviço da direita procurem denegrir a Festa do Avante!, puxando o brilho a outras «rentrées», a comparação não é possível. E há um segredo para isso.

É que a Festa é um verdadeiro mundo. Não se trata apenas da realização de um grandioso espectáculo, nem apenas de um vasto encontro de convívio popular, nem ape-

nas do maior comício político que Portugal conhece todos os anos. Nem se pode dizer que a nossa Festa seja a soma aritmética de todas as variadíssimas actividades e motivos de atracção que convocam milhares de visitantes à Atalaia. A Festa é muito mais do que isso. É certo que, ao propor um tão largo conjunto de iniciativas, muita gente há que, numa tarde, numa noite, ou nos três dias da sua duração, se «inclina» para determinado tipo de pólos de atracção. Ou seguem, passo a passo, os horários dos espectáculos – e mesmo assim não os poderiam apreciar a todos –, ou se detêm no desporto, ou apreciam mais os debates e as exposições, ou preferem o fraterno convívio que os numerosos stands das organizações do Partido proporcionam, ou investigam as novidades de outros países, prestando a sua solidariedade às forças revolucionárias e progressistas presentes na Atalaia. Grande parte dos nossos visitantes «divide-se» por todas essas facetas e, connosco, usufrui de um vislumbre de um mundo diferente, outro, mais fraterno e progressista, onde contam a cultura e a arte, o empenhamento político na transformação da realidade apontando um futuro mais justo e melhor para os trabalhadores e para a democracia.

É esse o «modelo» diferente que, desde há 26 anos, se apontou, no largo espaço da FIL, mas logo tão reduzido para a multidão dos participantes. Essa matriz cuja justeza o seu sucesso comprovou, aperfeiçoou-se ao longo dos anos, desenvolvendo-se nos espaços que a acolheram sucessivamente. Jamor, Alto da Ajuda, Loures. E de cada vez foi necessário afeiçoar os terrenos à medida dos projectos ambiciosos da Festa. Até que, na Atalaia, encontramos o espaço nosso, que em cada ano se apresenta melhorado, com infra-estruturas que facilitam o seu uso para esta grande iniciativa.

Mas a fidelidade a um modelo provado não significa nem significou nunca repetição. Todos os anos uma nova cidade se ergue do terreno, cumprindo novo projecto, enriquecendo-se de novas iniciativas e actividades. É mais um o segredo da Festa do Avante!

Mas há outros segredos que fazem a diferença. A capacidade de atracção de tanta gente, por exemplo, que não se abstrai da mensagem política desta realização ímpar. E a presença e participação numerosa da juventude. Para um Partido «morto» e por várias vezes «enterrado», não está mal. E não assistem razões aos que tentam «explicar» essa adesão juvenil por via de determinado tipo de espectáculos. Porque os jovens, na Festa, encontram-se por todo o lado, em cada avenida e em cada praça, em cada iniciativa. Nomeadamente, na sua construção.

E terminamos com um dos segredos principais que fazem da Festa do Avante! uma realização diferente. É que ela se ergue, do princípio ao fim, saída da imaginação, do saber e do coração dos seus construtores. E do seu trabalho!



## Actual

## O vasto mundo

● Leandro Martins

Nestes últimos tempos, muita e variada gente escreve sobre o PCP. Desde membros do Partido com guarida especial na imprensa e restante comunicação social - nunca a tiveram antes de mostrarem claramente a sua face antipartidária, antes de levantarem o lençol da cabeça e revelarem que não se tratava de fantasmas -, até ex-membros do PCP, «amigos» do PCP, «simpatizantes» do PCP e os numerosos não amigos nem simpatizantes que hoje tentam mostrar uma simpatia e uma amizade que nunca lhes passou pela cabeça ou pela mão escrevente. Comentaristas encartados, políticos encartados, directores de jornais e editorialistas levantam a pluma indignada e, mais uma vez, partem ao ataque contra o PCP, lamentando que o PCP seja como é e não como eles gostariam que fosse. Há anos lhe predizem a morte. E agora, que como sempre corre o silêncio mais pesado sobre as actividades, as propostas e as lutas que os comunistas

dirigem e promovem, chegam ao cúmulo de, como um plúmbeo da praça escreveu, afirmar que o PCP já não é o que era; que houve tempos em que «marcava a agenda», que influenciava governos e políticas. Nunca o vimos escrever tal, nem admitir sequer que o PCP tivesse agenda e que as suas posições pudessem influenciar o que quer que fosse. Agora, promovido a «amigo», lamenta-nos. E lamentando-nos, critica-nos. Diz-nos afundados nas nossas «cacaumbas», «virados para dentro». Realçando, da mesma penada, a abertura e a leveza de um punhado de membros do Partido que, relacionando-se com «o mundo», terão aprendido as boas maneiras democráticas. O «mundo», para o escriba de que vos falo - e poderia citar-lhe o nome se o que diz não fosse a repetição de outros escribas - é aquele que se vive no parlamento. É lá, segundo tais plúmbeos, que a realidade se passa, onde as pessoas que realmente contam habitam.



E, para prova disso, esclarece-nos com o rol de defecções que nessa área se verificaram.

É certo que o parlamento, para os comunistas, é um lugar respeitável, onde têm assento os eleitos da nação. Lugar de confronto de ideias e de projectos, onde se elaboram ou derrotam políticas, onde o Governo é obrigado a prestar contas. Um lugar essencial da prática democrática. Pela instituição de um parlamento livre nos batemos desde o tempo da resistência antifascista e a Assembleia da República, tal como o foi a Constituinte, são obra também do PCP. Houve, é certo, alguns tristes exemplos de deputados cujas conspícuas relações levaram à traição dos ideais e da prática comunistas. O Partido, porém, não confundiu nunca o parlamento com o mundo. O mundo é mais vasto e nele vivemos. Com os trabalhadores. Com os democratas. Com o povo português.

## Gato escondido...

● Anabela Fino

Em recente entrevista ao JN, Edgar Correia (EC) assume-se como uma «testemunha muito incómoda». Apesar de não se perceber, em duas páginas de entrevista, de que é que é testemunha, o texto não deixa de ser esclarecedor sob vários aspectos.

Em primeiro lugar, fica-se a saber que EC tem, desde há alguns anos, opiniões divergentes da direcção do partido que integrava.

Em segundo lugar, como o próprio afirma, não só teve oportunidade de manifestar essas divergências ao Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, como também de o fazer nos órgãos de direcção a que pertencia, designadamente na Comissão Política e no Comité Central.

Em terceiro lugar, confirma que essas divergências de opinião não impediram que lhe fossem atribuídas importantes tarefas, praticamente até ao seu afastamento voluntário, como por exemplo a de negociar com Ferro Rodrigues a Lei de Bases da Segurança Social em vigor (Junho de 2000, embora este facto não tenha ficado registado para a história no XVI Congresso, o que terá abalado profundamente o ego de EC).

Para um partido acusado de falta de democracia interna e de sancionar militantes por delicto de opinião... não está mal.

Mas EC é ainda mais esclarecedor quando revela, talvez

inadvertidamente, que as suas razões de queixa do PCP, cuja direcção assevera estar nas mãos de um grupo de «assaltantes», radicam no facto de as opiniões que perfilha não terem vingado, apesar de na Comissão Política não haver «uma maioria do grupo «assaltante»». Ao que diz, «não se formou», na Comissão Política, nenhuma maioria para travar a minoria «assaltante», o que terá vindo a permitir que em mais tarde o «grupo assaltante» assumisse «a orientação da direcção».

Se bem percebemos, ou os «assaltantes» minoritários eram tão bons que dominaram os assaltados majoritários, ou estes eram tão maus que se deixaram dominar pela minoria. A testemunha não esclarece.

EC revela ainda outras coisas interessantes. Por exemplo, que as suas «divergências fundamentais são de natureza política e ideológica»; que está convicto de que de 90% dos membros do CC aprovam as sanções; e que o seu alegado repúdio pelas ofensas pessoais não o impede de classificar Carvalhas como «um dirigente fraco e invertebrado», que «traiu» a renovação do PCP.

Posto isto e os factos, fácil se torna perceber as exigências de um Congresso tipo «todos ao molhe», os recursos ao Tribunal Constitucional, a sanha mediática. Quem não tem cão caça com gato. Só que também este está escondido com o rabo de fora... para o assalto.



## Verão reduzido

● Jorge Cabral foto



Se a redução é tamanha, quem chegaria ao preço?

## Frases

“Espero nunca ter que esclarecer efectivamente o que se passou.”

(Jorge Sampaio em entrevista à SIC)

“Numa entrevista pré-férias, Sampaio lançou duas “bombas”: Guterres fugiu porque quis e o PSD está no poder porque o PS quis eleições. Jorge Coelho deita água na fervura. A escolha do sucessor para Belém não é alheia a isto tudo.”

(Ângela Silva, in «Expresso», 27.7.02)

“Acho que em algumas causas concretas da próxima sessão legislativa pode haver passos para dar conteúdo à aproximação de posições entre o PS e o BE.”

(Paulo Pedroso ao «Expresso», 27.07.02)

“Independentemente de eu nem sempre estar de acordo com o Presidente, o PS deve ter uma posição de grande responsabilidade por qualquer hostilização do PR só nos fragiliza.”

(Jorge Coelho in «Expresso», 27.7.02)

“Défice 3,5 ou 4,1? Comissão apresenta dois valores e o Governo escolheu o mais alto”

(Título do «Expresso», 27.7.2002)

“Ferreira Leite confirma défice de 4,1 % em 2001”

(Título do «Semanário», 26.7.02)

“Impostos indirectos sobem 7,4 %”

(Idem)

“Resultados líquidos do BCP crescem 23%”

(Idem)

“Santana acorda com o BCP fundo imobiliário fechado para a Baixa Pombalina”

(Idem)

“Santana Lopes parece-me um homem, astrológicamente falando, muito sensível, com uma grande capacidade de luta. Acho que é um sonhador, um idealista e um lutador.”

(Taróloga Maya, em entrevista ao «Independente», 26.7.02)

“A cadeira de Sá Carneiro, a ser ocupada um dia, deverá sê-lo por alguém que tenha tido com o antigo líder uma relação especial. Santana Lopes copnsiderará que esse alguém é ele próprio.”

(José António Saraiva, in «Expresso», 27.7.02)

“A comunicação social pública começa a sofrer primeiras mudanças. Almerindo Marques entrou a matar na RTP”

(Antetítulo do «Expresso», 27.7.02)

“A devolução do Jaguar ao serviço da ex-administradora, da RTP, Maria do Rosário Mattos e a venda de um apartamento da RTC em Albufeira, no valor de 17 mil contos, onde os directores do canal público passavam férias, são duas das medidas moralizadoras que o novo conselho de administração decidiu tomar.”

(Notícia do «Expresso», 27.07.02)

“Jardim quer mudar Constituição ou fundar IV República”

(Título do «Público», 29.07.02)

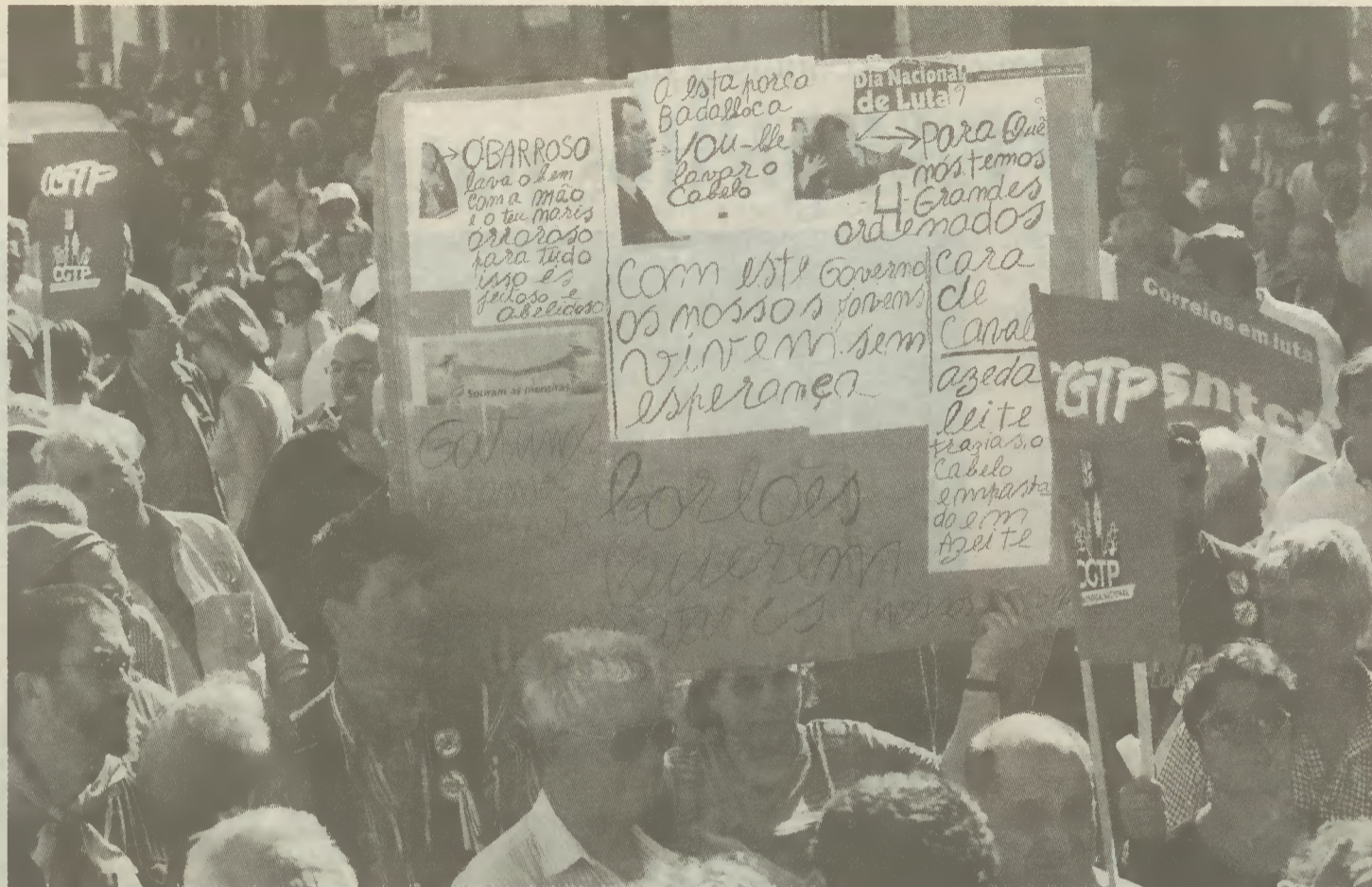
“A República está moribunda”

(Alberto João Jardim, citado pelo «Correio da Manhã», 29.07.02)



● Domingos Mealha e Gustavo Carneiro

texto



CGTP prepara resposta firme ao pacote laboral mais violento de sempre

# Guerra aberta

**O** anteprojecto de «Código do Trabalho», apresentado oficialmente pelo Governo na semana passada, constitui a segunda declaração de guerra aos trabalhadores, logo depois das alterações à Lei de Bases da Segurança Social. A CGTP prepara uma resposta à altura, avançando no esclarecimento e na mobilização dos trabalhadores.

«Temos de dizer que é a competitividade das empresas, e não o bem-estar das pessoas, que deve ser privilegiada» - dizia o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa, numa intervenção pública, dia 10 de Julho. A citação de Francisco van Zeller fundamentou as respostas de José Ernesto Cartaxo e Joaquim Dionísio, membros da Comissão Executiva da CGTP-IN, quando a nossa reportagem lhes solicitou que comentassem o novo pacote laboral.

A ideia que logo sobressai, na análise dos dirigentes da Intersindical Nacional, é a de que as modificações pretendidas vão no sentido de dar ainda mais poder à entidade patronal, por natureza a mais forte nas relações laborais, desmentindo assim a camuflagem de «humanização» com que o ministro Bagão Félix e os autores do texto procuram disfarçar o grave conteúdo do documento.

A mera apresentação do anteprojecto - que ainda vai ser submetido a discussão na Concertação Social, até meados de Outubro, para depois ir a Conselho de Ministros e ser entregue na Assembleia da República, num processo cuja conclusão o Governo diz que pre-

sentantes patronais recusem iniciar negociações de revisão da contratação colectiva. Também nas empresas, como referiram Cartaxo e Dionísio, já se registam actos de chantagem contra os trabalhadores, invocando que «isto está no Código do Trabalho».

A verdade é que o «Código dos Patrões» não está em vigor e, até ao fim do ano, «muita água vai passar

debaixo das pontes e muita luta vamos desenvolver», afirma José Ernesto Cartaxo, notando que o conhecimento das intenções do Governo suscita já grande preocupação, indignação e revolta entre os trabalhadores, que assim vêm ensombrado o período de férias.

## Greve geral

O encontro dos dirigentes da CGTP que acompanham as questões do «Código» com os jornalistas do *Avante!* teve lugar pouco depois de uma reunião com uma delegação da UGT. Interpelados sobre os resultados, confirmam que foi abordada a possibilidade de convocação de uma greve geral, tema que se mantém em aberto até finais de Outu-

bro, quando deverá realizar-se nova reunião. Foram igualmente tratadas as questões da Segurança Social e da exigência de sacrifícios dos trabalhadores a pretexto do défice orçamental.

«Não é por muito se falar da greve geral que ela se vai fazer», diz José Ernesto Cartaxo, salientando que

importa «trabalhar para o esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para que a greve geral se faça». A Inter

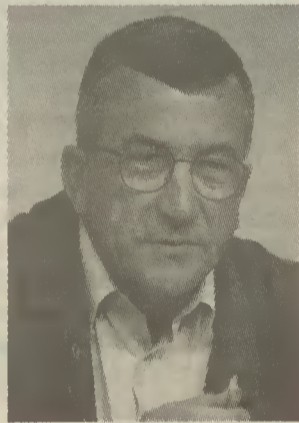
«não vai parar enquanto decorrem reuniões na Concertação» e, a exemplo do que sucedeu noutras batalhas, procura alargar e aprofundar os argumentos, de modo a sensibilizar amplos sectores da opinião pública para as monstruosidades contidas no anteprojecto do Governo. Estão a ser contactados, referiram-nos, especialistas de diferentes áreas, para que se pronunciem sobre o conteúdo do «Código». «À medida que se toma contacto com o documento, vão-se acumulando motivos para o classificar como terrorista», diz Joaquim Dionísio, sobre o texto de mais de 200 páginas que está na Internet, no endereço <www.mts.gov.pt>, e do qual se fala com mais detalhe na página seguinte.

Os dirigentes da central não têm dúvidas em classificar este pacote legislativo como a ofensiva mais violenta contra os trabalhadores desde o 25 de Abril. Recordam que «sucessivos governos vêm

insistindo em alterar a legislação laboral» e, embora sustidos nos objectivos finais pela luta cerrada dos trabalhadores e das suas estruturas de classe, conseguiram impor graves alterações.

A CGTP, contrariando a ideia da rigidez das leis laborais em Portugal e procurando fixar de forma mais clara na lei os direitos dos trabalhadores, propôs que fosse feita a análise e sistematização da legislação, foi constituída no âmbito da Concertação Social uma comissão que produziu dois relatórios. «Mas este Código não vem na sequência desse trabalho, antes constitui uma desvirtuação daquilo que foi feito pela comissão», acusa Cartaxo. Dionísio chama a atenção para o facto de que, «quando é para mudar, mudam» o que está conquistado pelos trabalhadores e definido legalmente desde há muitos anos. Mudam - e sempre a favor do patronato - num sentido que conflui com as medidas do Governo para a Administração Pública, onde se generaliza o contrato individual de trabalho e onde se procura impor a mobilidade funcional e geográfica.

Sendo esta uma declaração de guerra que atinge todos os trabalhadores, é para a mobilização de todos os trabalhadores que a CGTP, aos vários níveis da sua estrutura, aponta agora os seus esforços. A «rentrée» terá de começar mais cedo que noutros anos e com redobrada energia e disposição de luta.



José Ernesto Cartaxo



Joaquim Dionísio



Despedir passaria a ser mais fácil, para os patrões, com o novo «Código do Trabalho»



Legislação laboral proposta pelo Governo beneficia o patronato e põe em causa conquistas históricas dos trabalhadores

## O Código dos patrões

«O maior e mais grave ataque aos direitos dos trabalhadores desde o 25 de Abril de 1974.» É esta, para José Ernesto Cartaxo e Joaquim Dionísio, a melhor denominação para o «Código do Trabalho».

As medidas constantes no anteprojecto do «Código do Trabalho» justificam bem a satisfação com que as confederações patronais, e patrões em geral, as recebem. Embora com algumas declarações de «insatisfação» face à «limitação» de muitas das suas medidas, os patrões têm razões para sorrir, já que o novo pacote legislativo é feito à sua imagem e vai ao encontro dos seus desejos. Desde a contratação colectiva à flexibilização dos horários, passando pela generalização dos contratos a termo e alargamento dos motivos

usado no anteprojecto para designar o patrão – seriam tratados como «partes iguais» da relação laboral, igualdade essa posta em causa pela própria natureza da relação, claramente favorável ao patronato.

O anteprojecto de «Código do Trabalho» contém quase três centenas de páginas de legislação. Uma semana para analisar detalhadamente um documento desta importância e envergadura é, para os dois dirigentes sindicais, manifestamente insuficiente. Embora não seja possível ainda pesar todas as consequências negativas daquele que é o mais violento pacote laboral do pós-25 de Abril, algumas linhas de orientação são já facilmente observáveis.

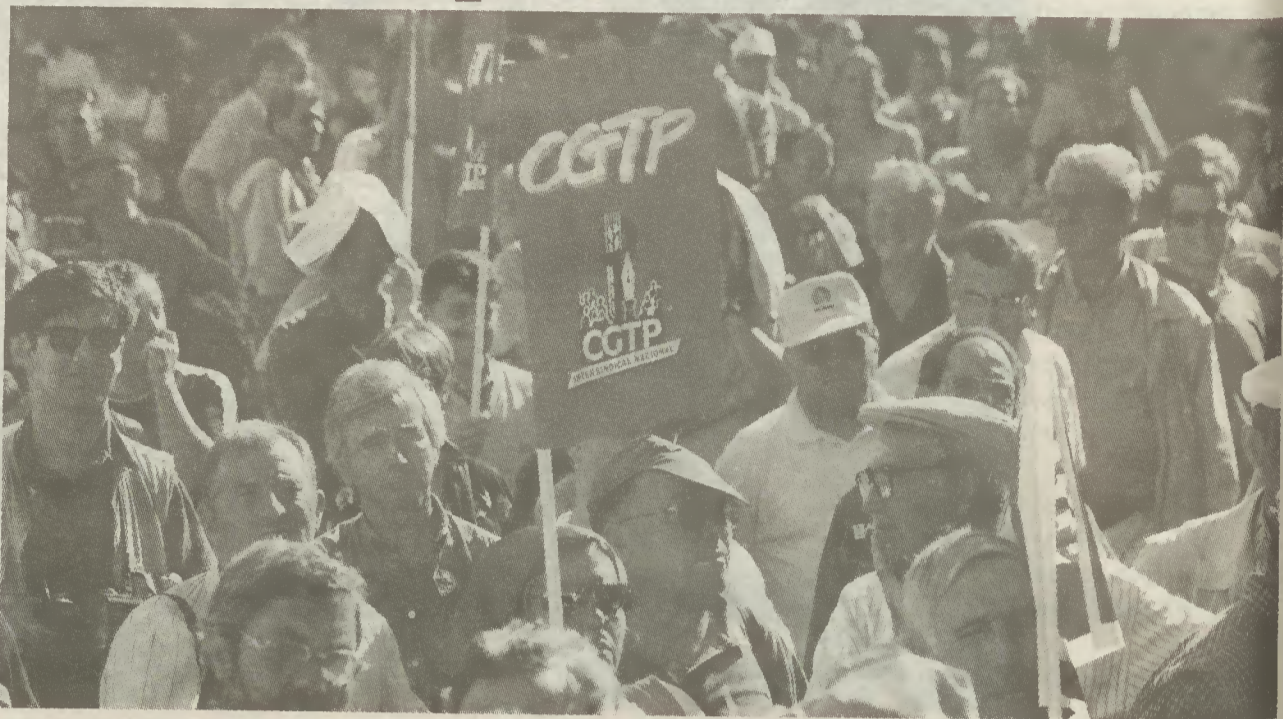
laboral pode, na opinião da CGTP, equivaler a uma restrição desses direitos e à ideia de que só os direitos expressamente previstos na lei laboral servem, em detrimento dos outros, «apenas» consagrados na Constituição.

Para além da própria referência a esses direitos, com a alegada intenção de os reforçar e, dessa forma, os defender, o anteprojecto apresenta-os, na perspectiva de Joaquim Dionísio, de uma forma que subjugam o que são direitos inalienáveis do cidadão – trabalhador ou não – à empresa e à boa vontade do «empregador».

Assim, para o «Código do Trabalho», o direito à reserva da intimidade da vida privada pode ser posto em causa caso o patrão entenda que certas questões do foro íntimo sejam «estritamente relevantes para avaliar a aptidão» do trabalhador para a tarefa a desempenhar. Quanto a

questões de saúde, situação familiar ou estado de gravidez, o trabalhador não tem que prestar quaisquer informações «salvo quando particulares exigências inerentes à natureza da actividade profissional o justifiquem». Uma pergunta é obrigatória: quem decide o que é justificável ou relevante? O patrão, é claro.

Em relação à proibição de meios de vigilância à distância, «mediante o emprego de equipamento tecnológico, com a finalidade de controlar o desempenho profissional do trabalhador», esta mantém-se. Porém, a utilização é lícita «sempre que tenha por finalidade a protecção e segurança de pessoas e bens, quando a natureza da actividade profissional o justifique ou quando seja permitida por instrumento de regulamentação colectiva negocial». Mais uma vez, escrito assim, dá para tudo...



Feito à medida do patrão, o «Código» terá de ser derrotado pela luta dos trabalhadores



para o despedimento, todo o actual quadro legal será abalado e posto em causa, caso as medidas avancem.

Segundo Joaquim Dionísio, o «Código do Trabalho» traz consigo a aproximação das leis do trabalho aos princípios do Código Civil. Desta forma, pretende-se acabar com uma característica fundamental da legislação laboral: a protecção do elemento mais fraco da relação, o trabalhador. Com estas alterações, trabalhador e «empregador» – termo

### Um ataque assustador e violento

Para Joaquim Dionísio, um dos componentes mais «assustadores» – e menos referidos nas análises até agora realizadas – da legislação proposta é a referência aos «direitos de personalidade» dos trabalhadores nas empresas. Consagrados na Constituição, a inclusão de referências a – alguns – direitos de personalidade na legislação

## Mais fácil explorar

para as convenções colectivas de trabalho, findo o qual tudo voltaria ao zero com as novas negociações, ao contrário do que hoje sucede com o princípio do não retrocesso social, segundo o qual uma nova convenção não pode pôr em causa os direitos negociados anteriormente. Sendo o prazo de caducidade de dois anos, «no segundo ano a convenção pode ser alterada por qualquer acordo, incluindo o contrato de trabalho», afirma a própria apresentação do documento.

A implementação prática da arbitragem obrigatória, apesar de ser considerada pelos peritos da Organização Internacional do Trabalho como atentatória do princípio da liberdade de negociação, vem igualmente consagrada no anteprojecto.

As competências actuais das estruturas representativas dos trabalhadores e a sua liberdade de intervenção seria também debilitada por algumas das medidas propostas. A atribuição de competências às comissões de trabalhadores para celebrar acordos gerais de empresa – convenções colectivas – em caso de falta de exercício dessa competência pelas associações sindicais foi considerado gravíssimo pelos dois dirigentes sindicais, pois o patronato teria mais condições para encontrar aliados disponíveis para fixar acordos que o movimento sindical unitário nunca aceitaria. A redução do crédito de horas dos membros das CT's para metade do actualmente consagrado atenta, e muito,

contra a organização dos trabalhadores e a sua capacidade de intervenção e reivindicação.

Verdadeiras «cerejas no bolo» – apesar de inconstitucionais, na opinião de Joaquim Dionísio – são as tentativas de limitação do direito à greve, apesar de esta se manter considerada na lei como «irrenunciável». Para além da responsabilização civil dos trabalhadores que procedam a uma greve «declarada ou executada de forma contrária à lei», o «Código» abre a possibilidade de limitar o direito à greve no caso de esta se relacionar com motivos constantes na convenção colectiva durante o período de duração da mesma, com a inclusão da cláusula da «paz social».

## Contratos a termo

Alargamento dos casos de admissibilidade do contrato a termo, nomeadamente às actividades «cujo ciclo anual de produção apresente irregularidades decorrentes da natureza estrutural do respectivo mercado ou de outra causa relevante», como afirma a própria apresentação do Governo ao «Código do Trabalho». Passaria, assim, a ser possível celebrar este tipo de contratos por motivo de vantagens económicas para as empresas. Aberta ficaria a porta para a celebração de contratos a termo sem limite máximo fixado na lei, com a possibilidade de proceder a três renovações, contra o limite máximo de três anos, com direito a duas renovações, previsto actualmente. Uma vida inteira a trabalhar, a prazo, para a mesma empresa, passaria a ser legal.

## Despedimentos

Os motivos para o despedimento são alargados. Para além do aumento de contratos a termo, que poderá assumir uma forma disfarçada de despedimento, a baixa fraudulenta e mais de 12 atrasos reiterados e injustificados, superiores a 30 minutos, durante um ano, passariam a constituir justa causa. Esta proposta foi já criticada por especialistas em Direito do Trabalho, que consideram que assim se está a atacar os sintomas do absentismo e não as causas, dando o exemplo das mulheres trabalhadoras que, sem apoios sociais, se vêem obrigadas muitas vezes a faltar ao trabalho para prestar apoio às famílias.

Para já extensível apenas às micro e pequenas empresas ou cargos de direcção, uma cláusula daria ao patrão a possibilidade de negar a reintegração na empresa de um trabalhador despedido de forma ilícita, mediante pagamento de indemnização, caso a sua reintegração seja «gravemente prejudicial e perturbadora» para a actividade da empresa, no que pode constituir o desaparecimento do princípio da justa causa.

## Flexibilização

Mantendo, na teoria, intocável a jornada de oito horas diárias e 40 semanais de trabalho, o «Código» prevê o alargamento do tempo de referência para definir o período normal de trabalho de quatro para seis meses, com um limite de 12 horas por dia e 60 semanais. Por contratação colectiva, esse período de referência pode ir até um ano. Portanto, desde que a média ao fim desse período de referência dê 40 horas semanais, o patrão pode jogar de acordo com os seus exclusivos interesses económicos. Mas o anteprojecto vai mais longe: caso não se chegue a acordo sobre a matéria, o patrão tem plenos poderes para estabelecer um regime especial, que ficaria, por agora, fixado nas 10 horas diárias e 45 semanais.

No que respeita à mobilidade funcional, o alargamento do âmbito do contrato, independentemente da forma como venha a ser definido, daria obrigatoriamente lugar à polivalência de funções. A mobilidade geográfica é também proposta.

## Horário nocturno

Num autêntico frete às grandes superfícies, como afirmou José Ernesto Cartaxo, passaria a ser considerado como trabalho nocturno, e pago como tal, apenas o trabalho realizado entre as 23 e as 7 horas, contra as 20 às 7 actuais. O patronato ganha, desta forma, três horas de trabalho que seriam remuneradas abaixo do valor actual, como trabalho normal.



## Se Governo não recuar nas suas propostas laborais Euro 2004 em risco

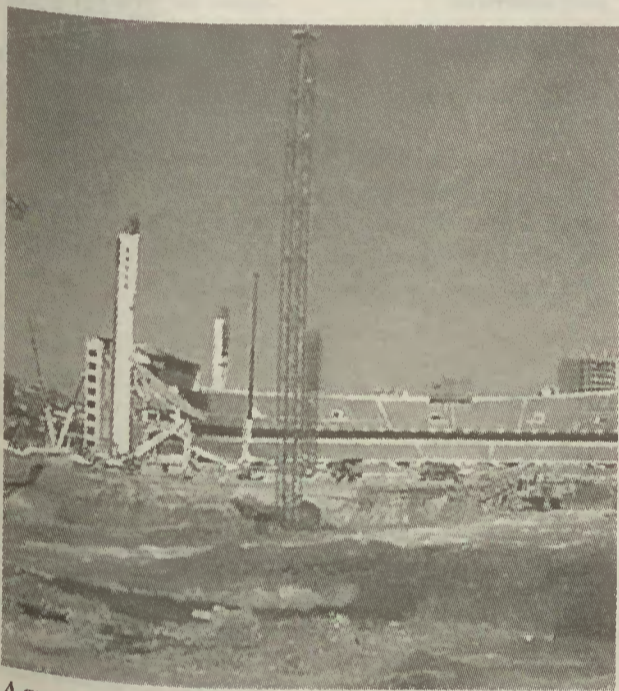
«Se o Governo não reformular as suas pretensões haverá no sector greve geral», ameaçou, na passada semana, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte, para quem, com a aprovação das medidas que o ministro do Trabalho preconiza, «deixa de haver o princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador pelas entidades empregadoras».

O Sindicato baseia esta sua firmeza pela sua convicção de que a luta é o único meio para conseguir manter direitos e regalias conquistadas e que ainda estão muito longe, em termos económico-sociais, dos restantes trabalhadores europeus.

E, entende o sindicato, este pacote não visa tornar Portugal um país mais

competitivo, porque «só é possível produzir mais e melhor riqueza estimulando o trabalho, ou seja, os trabalhadores», pois só aproximando os salários é que a economia portuguesa pode crescer «e o nosso país poderá então deixar de ser um dos países mais pobres da União Europeia». Mas o Governo faz exactamente o inverso, apresentando um pacote de medidas que têm como objectivo proteger as entidades patronais e enfraquecer os direitos dos trabalhadores.

Mal tomaram conhecimento do anteprojecto do «Código do Trabalho», o sindicato iniciou o seu trabalho de esclarecimento nos locais de trabalho, com plenários e sessões, que poderão culminar na greve geral sectorial.



A greve geral do sector da construção pode atrasar as obras dos Estádios. A responsabilidade vai toda para o Governo

## Greve na Petrogal em Agosto

Após mais uma oportunidade perdida para atingir um acordo negociado – por responsabilidade da administração, que continua a não ter em conta as reivindicações dos trabalhadores –, a FEQUIMETAL, no seguimento das decisões tomadas em plenários de trabalhadores, convocou uma greve de toda a Petrogal para os dias 8 e 9 de Agosto. A gota de água foi a última reunião realizada entre administração e representantes dos trabalhadores – exigida desde há muito pelos sindicatos – de onde não saiu qualquer conclusão válida, com a administração a persistir numa atitude autista de repetição da argumentação usual.

Com esta paralisação, os trabalhadores pretendem defender a empresa, os pos-

tos de trabalho e a estabilidade dos vínculos laborais; garantir a consolidação, o desenvolvimento e o reforço da segurança do aparelho refinador nas fábricas do Porto e de Sines, exigindo a concretização urgente dos investimentos necessários e parando com o desmantelamento de áreas e sectores; resolver os problemas dos trabalhadores, corrigindo as injustiças e melhorando as condições de trabalho quanto à equidade salarial, às progressões profissionais e salariais, às condições específicas dos regimes de turno e prevenção; pôr fim às discriminações salariais e outras, reclamando a reposição de todas as dívidas aos trabalhadores respeitantes a prémios de produtividade e de mérito.

## Situação grave no distrito de Castelo Branco Ultrapassar a crise

A USCB/CGTP propõe o lançamento de um plano de emergência para o distrito de Castelo Branco que revitalize o aparelho produtivo e trave a desertificação.

Defender e revitalizar o aparelho produtivo e postos de trabalho e promover o investimento público e privado, diversificando as actividades económicas, são dois dos objectivos do plano de emergência que a USCB/CGTP propõe para o distrito. Este plano, segundo a União, deverá servir ainda para implementar um amplo plano de formação e qualificação profissional directamente dirigido às necessidades das empresas, das novas profissões e das actividades económicas a implementar. «Queremos formação para o emprego, não queremos formação para entreter».

A exigência de um plano deste tipo é plenamente justificada, pois neste distrito «vive-se num gravíssimo e insustentável clima de insegurança e instabilidade laborais em resultado do sistema em que vivemos e da realização de políticas neoliberais que esmagam o social, designadamente através das privatizações, da desregulamentação do trabalho e das funções sociais do Estado».

No distrito, estas políticas neoliberais consubstanciaram-se na destruição da agricultura, no encerramento das empresas industriais – 15 em oito meses –, no desemprego em massa (mais de 1600 no mesmo período), na concen-

tração do capital em poucos grupos económicos, no mau aproveitamento dos recursos naturais e turísticos da região e nos baixos salários, questões que abalam ainda mais a já de si débil economia do distrito.

### Alcançar o progresso

A aposta em políticas que promovam o pleno emprego, o direito ao trabalho e o combate ao desemprego e à precariedade é uma das



A ERES foi uma das empresas que «faliu», deixando atrás de si mais 500 desempregados

linhas em que deverá assentar o plano de emergência, que também deverá travar o encerramento das empresas instaladas e a defesa dos postos de trabalho existen-

tes, nomeadamente nos sectores dos lanifícios e vestuário, tradicionais na região, desde já em empresas como a Sotima, Libela, Nova Penteação ou a ERES.

Sem prejuízo da aposta nestes dois sectores como pilar da economia regional, a USCB defende a promoção da diversidade das actividades económicas, como o turismo, que poderá contribuir para quebrar a tendência negativa para a desertificação e envelhecimento da população. Mas o desenvolvimento desta região passa

transportes e acessibilidades e pela defesa do ambiente.

A adopção de medidas de alargamento da protecção social aos desempregados e o crescimento dos salários e das pensões de forma a que se aproximem da média nacional e da média europeia são também componentes fundamentais do progresso pretendido.

A alteração os critérios na distribuição das verbas do PIDDAC, de forma a assegurar o desenvolvimento do interior do País, e a retoma do proces-

**É necessário defender os sectores tradicionais e apostar na inovação**

também, segundo a União, pela superação das carências em infra-estruturas de saúde, educação, segurança social e cultura, pela melhoria dos

so de regionalização como meio indispensável para assegurar o desenvolvimento equilibrado das regiões, são outras das propostas da USCB.

## Não abdicar dos direitos

O encerramento da Cosal, empresa dinamarquesa de confecções sediada em Palmela, deixou mais oitenta trabalhadores no desemprego, num distrito e num sector em que as alternativas são poucas, repetidos que foram estes actos por diversas multinacionais.

Para além de ter encerrado a fábrica de Palmela, a multinacional não pagou os salários a partir do mês de Junho e não quer pagar os direitos dos trabalhadores, nomeadamente férias, subsídio de férias e de Natal e as indemnizações. De todas as falências na região, esta é a que assume contornos menos transparentes, com o patrão a vender ao banco o imóvel da empresa dias antes de anunciar a intenção de declarar falência, deixando os trabalhadores sem parte importante do património que reverteria para si em situação de falência.

Para o Sindicato dos Têxteis do Sul, esta postura das multinacionais, «que durante muitos anos exploraram os trabalhadores e transferiram os lucros para o estrangeiro, é

desumana, já que para além de os trabalhadores perderem o emprego perdem também os direitos».

Com a solicitação de falência já entregue pela administração no Tribunal do Comércio, os trabalhadores não se resignam e reuniram-se antontem para analisar e discutir a forma como vão defender os seus direitos, bem como a justificação dos créditos devidos aos trabalhadores, que terá de ser entregue no Tribunal até 9 de Agosto. Neste plenário, que contou praticamente com o pleno dos trabalhadores da empresa, o Governo foi, para além da administração, considerado como responsável pelo ponto a que a situação chegou, pela sua passividade. Estiveram presentes diversas estruturas sindicais do distrito de Setúbal, que desta forma prestaram solidariedade com a luta, difícil mas firme, dos trabalhadores da Cosal, que distribuíram um comunicado aos automobilistas que passavam junto ao portão da empresa, onde se desenrolava a reunião.

## Auto-estrada da morte

A A2, autoestrada que liga Lisboa ao Algarve e que teve a sua inauguração no passado fim-de-semana, merece, mais do que «auto-estrada do Sul», o nome de «auto-estrada da morte», já que custou a vida a 14 operários, que morreram durante as obras de construção. Os últimos dois faleceram num brutal acidente ocorrido no dia 24, sobre o qual o Inspector-Geral do Trabalho, Mota da Silva, não tem dúvidas de ter sido resultante da falta de informação aos trabalhadores que operavam a viga e da ausência de acompanhamento técnico por parte dos técnicos e engenheiros da obra. Segundo Mota da Silva, era a estes que caberia a responsabilidade de acompanhar a operação de desmontagem com o cumprimento dos procedimentos relativos ao equipamento, sobretudo normas de segurança que, por negligência, não foram cumpridas, provocando a morte aos dois trabalhadores. Nesta questão, o Inspector-Geral é secundado pela própria federação sindical do sector.

A IGT confirmou ainda que a empresa empreiteira, a «Acciona», já foi alvo de várias suspensões, autos de notícia e notificações, relativas às condições de insegurança, o que leva a crer que estas acções não terão surtido qualquer efeito junto dos seus responsáveis.

Segundo a Federação, a constatação de reincidência nestas situações deveria valer, à empresa reincidente, a retirada do alvará, pois continuam no mercado das obras públicas apenas com o objectivo do máximo lucro, nem que seja, como foi, à custa da perda de vidas humanas.

Para a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, da CGTP, trata-se de «mais um acto criminoso perpetrado deliberadamente por negligência» e, como tal, é imperioso que a justiça seja feita e que os responsáveis sejam punidos. Aos institutos públicos responsáveis, um recado: não se pode «continuar a assistir passivamente aos crimes provocados pelas empresas e donos da obra, que anualmente roubam a vida a largas dezenas de trabalhadores do sector da construção civil».



## PORTIMÃO Câmara favorece os patrões

A Comissão Concelhia de Albufeira do PCP está em desacordo com a cedência de terrenos feita pela Câmara Municipal de Albufeira à Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve para a construção da sede daquela Associação e gostaria de vê-la discutida em reunião da Assembleia Municipal com a presença das centenas de munícipes inscritos na Câmara para atribuição de habitação social.

De facto, são muitas famílias do concelho que vivendo em condições precárias recorrem à Câmara para se inscrever na compra ou aluguer de habitação social e sistematicamente lhes é dito não haver dinheiro nem terrenos disponíveis para isso. Entretanto, a Câmara decide ceder aos patrões da Hotelaria cerca de 14 m<sup>2</sup> de terreno na Bolota!

«Para quantos fogos de habitação dariam os terrenos cedidos?», perguntam os comunistas, defendendo a inversão do critério de cedência e a colocação dos terrenos camarários ao serviço dos mais carenciados.

## SANTARÉM Não às portagens nos IP2 e IP6

A Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP repudia, tal como a DOR de Castelo Branco, a imposição do pagamento de portagens no IP2 - IP6, pois isso significaria agravar as assimetrias económicas, sociais e territoriais do distrito, aumentar a perda de capacidade atractiva de investimento e competitividade das empresas e frustrar as expectativas das que já lá estão instaladas, abrir mais um fosso nas oportunidades de negócio entre regiões e cidadãos.

Na verdade, a utilização das SCUT e o não pagamento de portagens nestas vias é, desde a sua construção, um direito dos que vivem e trabalham no distrito e não usufruem infra-estruturas de transportes suficientes e adequadas, situação agravada com o desmantelamento das empresas ferroviárias.

Lembrando os enormes custos que a transformação da portagem virtual em pagamento efectivo acarretaria, a DORSA diz a região precisa é de uma política «que aposte nas infra-estruturas de transportes como uma componente determinante e indispensável ao desenvolvimento económico e social harmonioso e integrado».

## VILA REAL Cumprir compromissos

Por sua vez, a Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP analisou as acessibilidades do distrito, concluindo pela importância de transformar toda a IP4 - e não apenas o troço entre Amarante e Vila Real, em autoestrada -, do arranque da obra de ligação de Valpaços ao IP4/A4 e da conclusão do IP3, consagrando o sistema de não pagamento de portagem para todos. O PCP exige, ainda, o imediato pagamento das indemnizações aos proprietários dos terrenos expropriados por esta última obra, para que possa ser concluída sem incidentes. Noutro âmbito, os comunistas exigem do Governo a devolução de competências à Casa do Douro, usurpadas quando da criação da CIRDD. Mais, querem que o Governo cumpra o compromisso que assumiu relativamente à viabilização financeira da Casa do Douro, para que esta, por sua vez, possa cumprir as suas responsabilidades junto dos trabalhadores.

## VILA FRANCA DE XIRA Um concelho adiado

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP manifestou recentemente a sua «perplexidade» face à convocação pelo PS de uma conferência de imprensa destinada a «avivar a memória» do novo Governo das promessas... do anterior governo.

O PCP começa por lembrar o adiamento sucessivo de grandes projectos de desenvolvimento do município de Vila Franca de Xira, em resultado do qual o concelho hoje ocupa no ranking nacional um modesto 255.º lugar - num horizonte de 275 -, muito longe, portanto, do 10.º lugar que ocupava em 1997 com a gestão CDU.

Colocando a questão da saúde entre as áreas onde é mais notório o «imobilismo» sofrido pelo concelho nos últimos anos, o PCP considera, ainda, relativamente às acessibilidades, que muito se tem anunciado mas «tudo continua praticamente igual», o mesmo acontecendo no que respeita ao saneamento onde, cinco anos volvidos sobre o fim da gestão CDU, «nada se fez», apesar de todos os projectos de sistemas de saneamento estarem aprovados.

Transferência de competências  
só com transferência de verbas, defende o PCP

# Governo com má consciência

«Não se pode promover qualquer descentralização do País sem se resolver o problema da regionalização administrativa do Continente», afirmou Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP e responsável pela DORP.

Em conferência de imprensa realizada, na sexta-feira passada, no Porto, sobre as medidas do Governo

«de efectiva descentralização do País», o dirigente comunista diz que elas são «avulsas, desarticuladas e incoerentes», traduzindo apenas a

«má consciência» do PSD e do CDS/PP relativamente ao processo de regionalização, travado pelas suas posições.

«A transferência de competências para as autarquias sem a transferência de verbas é uma fraude», prossegue Sérgio Teixeira, que não acredita que seja agora, em regime de «enorme contenção do Orçamento de Estado» e três anos decorridos desde a aprovação de legislação sobre a matéria, que se encontrem as verbas necessárias à realização de novas atribuições e competências das autarquias. Assim, as medidas do Governo não pas-

sam de uma «manobra» que visa atirar para as autarquias o «odioso» de muitas questões não resolvidas.

A transferência de competências implica uma melhoria no serviço

Já a passagem de funções dos Governos Cívicos para as câmaras municipais, na opinião dos comunistas, impunha-se há muito, so-

bretudo para acabar com o hábito de os governadores cívicos andarem pelo país, como «propagandistas» dos governos, a «atribuir benesses e dinheiros sem qualquer controlo democrático».

Quanto às áreas metropolitanas, para além da eventual criação de novas áreas e de comunidades urbanas, «pouco se avança» sobre os meios de intervenção, atribuições e competências ou sobre a eleição directa e universal dos seus órgãos. E, no que respeita às Comissões de Coordenação Regionais (CCR), também abrangidas por este pacote de medidas, o

que agora se tenta é «criar a ilusão» de que as suas presenças vão ser escolhidas democraticamente, quando na realidade a sua escolha definitiva continua a ser da competência do Governo.

Em termos de conclusão, Sérgio Teixeira lembra algumas condições aprovadas no 13.º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) com os votos favoráveis dos comunistas relativamente às novas competências a transferir para as autarquias. Designadamente a de que qualquer transferência de competências tem «obrigatoriamente de representar uma melhoria no serviço prestado» e envolver os adequados recursos financeiros, devendo «os dados estatísticos, financeiros, legais e regulamentares e indicadores de gestão» que a elas correspondam ser sempre fornecidos à ANMP e a cada município.

### AMP não reúne

Entretanto, a DORP do PCP fez, há dias, um exame crítico à Área Metropolitana do Porto. Das suas conclusões ressalta, por um lado, o

facto de a Assembleia Metropolitana não estar a reunir, impedindo a definição de qualquer estratégia metropolitana de desenvolvimento, por outro, o de na Junta Metropolitana «as querelas partidárias e os protagonismos pessoais» continuarem a sobrepor-se à necessidade de resolver os problemas concretos da região.

O PCP constatou, ainda, o enorme desperísimo resultante do crescimento do número de empresas municipais que, para além de terem distorcido os seus objectivos originais, apenas servem para «o esvaziamento das competências autárquicas, a fuga para o direito privado, o espezninhamento dos direitos e regalias dos trabalhadores e muitos jobs for the boys».

A DORP enumera, depois, um vasto conjunto de problemas que se estão a agravar na região, do corte em investimentos e projectos aos atrasos no saneamento básico. E, referindo concretamente os problemas existentes ao nível do ordenamento, considera «inaceitável» que nada se faça no sentido da exigência de um Plano de Ordenamento do Território.

### Défice Orçamental

## A hipocrisia do Governo

O facto de o País poder vir a ser penalizado pela União Europeia com uma multa de dezenas de milhões de contos e cortes no Fundo de Coesão, «num momento de aperto orçamental e de dificuldades económicas», mostra bem o «absurdo e a irracionalidade» do Pacto de Estabilidade e do seu critério de 3% de défice orçamental máximo, disse, na sexta-feira passada, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, para quem o número

de 3% «podia ser de 2% ou 4% ou 5%, pois ninguém consegue fundamentá-lo economicamente».

Um absurdo que conduziu, por exemplo, a que, em plena época de fogos florestais, se encontrassem desactivados 50% dos Postos de Vigia nas florestas por medidas de restrição orçamental! Absurdo, aliás, que só a intervenção do PCP levou a corrigir!

Também para Agostinho Lopes, o Pacto de Estabilidade é «manifestamente

incompatível com as necessidades actuais e futuras do País». Porém, o Governo PSD/CDS-PP, em vez de reclamar em Bruxelas a sua «suspensão e revisão», optou por uma «obsessiva fixação e dramatização» do mesmo, mostrando a sua determinação em prosseguir uma política de «restrições orçamentais nas áreas sociais (saúde, educação, segurança social), de contenção salarial, de reduzir os investimentos públicos nas obras e infra-estruturas e na animação da

economia e de acelerar as privatizações». Orientações que, na opinião do PCP, impedem o País de se aproximar dos indicadores económicos e sociais dos outros países da União Europeia.

É, pois, «uma enorme hipocrisia» o Governo continuar a apelar aos sacrifícios dos trabalhadores e da grande maioria dos portugueses, ao mesmo tempo que a Banca «acumula milhões de contos de lucro» e «beneficia de benesses fiscais».

### Olhão

## Impõe-se realizar Assembleia do Algarve

Não é porque «alguém lhe tape a boca» ou «por falta de argumentos» que a Comissão Concelhia de Olhão do PCP não responde a afirmações feitas por alguns membros da DORAL, num «requerimento» amplamente divulgado pela comunicação social, referentes à «sua perda de confiança e respeito pela direcção do PCP», à «exigência da retirada das sanções aplicadas a membros do PCP» ou à «exigência da convocação de uma reunião da DORAL». Não o faz porque «não é tradição do PCP» usar os meios de comunicação social para tratar questões que só aos comunistas dizem respeito. E, ainda que defenda a necessidade de, nesta altura da vida do Partido, ser-se «comedido e sereno», não pode calar-se perante tais afirmações, sob risco de parecer estar de acordo com elas, o que não acontece de todo.

No comunicado saído da sua reunião de 23 de Julho, a Concelhia de Olhão lembra, entretanto, que uma das questões mais colocadas pelos militantes da região na

última Reunião de Quadros, realizada em Faro, foi a constatação de que a actual composição da DORAL não corresponde nem às alterações verificadas na Organização do Algarve desde o 16.º Congresso, nem ao seu «actual sentir», impondo-se, por isso, a convocação com urgência da Assembleia Regional do Algarve para corrigir a situação.

A Concelhia de Olhão diz, ainda, aos que pretendem paralisar a iniciativa e a acção do PCP no concelho, que se desenganem, pois, para além das medidas de reforço da organização que vão ser tomadas, a grande preocupação dos comunistas vai continuar a ser o combate à política de direita do Governo e às medidas que pretende implementar.

Mais: os comunistas de Olhão «que não têm acesso aos grandes meios de comunicação social» vão continuar «a defender e a lutar por uma verdadeira política de esquerda», aliás como sempre fizeram, «pois essa é a razão da sua existência».



## MOURISCA DO VOUGA Lutar por uma sociedade justa

Promovido pela Comissão Concelhia de Águeda do PCP, realizou-se, no passado dia 12, nas instalações da Tuna Mourisqueuse, em Mourisca do Vouga, com a participação cerca de três dezenas de militantes e simpatizantes, um debate subordinado ao tema «A validade da luta por uma sociedade mais justa».

O dirigente comunista Aurélio Santos foi o principal orador de um debate que decorreu vivo e animado, ilustrando de forma significativa as preocupações dos comunistas relativamente à evolução das contradições intrínsecas ao capitalismo nas suas actuais manifestações, de concentração desmesurada da riqueza e de incapacidade de resolução dos problemas mais elementares da humanidade.

Do debate concluiu-se que a luta dos trabalhadores e das populações, «sendo fundamental para a resolução dos seus problemas mais imediatos, também se insere numa luta mais geral de luta por uma sociedade mais justa». E, neste quadro de intervenção transformadora, foi salientada «a indispensabilidade» de uma força política revolucionária com as características do PCP.

## SACAVÉM PSP com poucos efectivos

O reduzido número de efectivos da Esquadra da PSP de Sacavém, aberta há um ano, não deixa que a segurança das pessoas das quatro freguesias a que respeita seja assegurada, diz a Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP.

De facto, relacionando o número de efectivos - 78 - e o número de habitantes de Sacavém, Prior Velho, Apelação e Camarate - 62 mil -, facilmente se conclui haver um agente de segurança para cada 932 habitantes, o que, apesar da boa vontade e operacionalidade dos agentes, não permite às pessoas sentirem-se seguras e protegidas.

Lembrando que a «criminalidade aumenta na exacta medida em que é reduzida a presença da polícia nas ruas», o PCP, força que mais se bateu pela instalação da esquadra na freguesia, exige o aumento dos seus efectivos, recusando o «corte» nas despesas públicas nesta área.

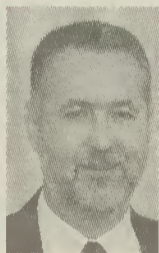
## GRÂNDOLA Câmara marginaliza PCP

Pela primeira vez em vinte e oito anos, a Câmara Municipal de Grândola recusou ao PCP a cedência de Terrado para implantação de um restaurante na Feira de Agosto. O pretexto são as novas estratégias e opções definidas pelo actual executivo, não se sabe, porém, em que reunião, uma vez que os vereadores do PCP as desconhecem.

Em carta dirigida ao presidente da Câmara, a Comissão Concelhia de Grândola do PCP considera esta decisão «arbitrária e prepotente», com o objectivo único de «marginalizar exclusivamente o PCP», único partido que costuma ter tal iniciativa na Feira de Agosto. Considerando que tal atitude «em nada dignifica um presidente que se auto-intitula de democrata e de militar de Abril», os comunistas esperam que este reconsidere a decisão, sendo que, independentemente disso, contam com o espaço que lhes foi proposto na área destinada às associações, aguardando apenas informação sobre a sua localização.

# Quatro notas em período estival

**O capital anda turbulento e os capitalistas inquietos. Ou mesmo assustados. O Império não sossega. Os escândalos financeiros da Enron e da WorldCom, do Citigroup e do JP Morgan Chase ultrapassam a melhor ficção de Hollywood. As bolsas despencaram. Milhões e milhões de dólares e euros foi um ar que lhes deu no rebentamento das bolhas especulativas.**



**Agostinho Lopes**  
Membro  
da Comissão  
Política do PCP

1. Nem a Nova Economia se salvou, a «bolha tecnológica» mandou o NASDAQ ao charco. Os pequenos investidores do capitalismo popular (os ditos «investidores menos experientes») perdem as suas poupanças, pois os fundos de investimento, fazendo jus ao nome, afundam-se. Idem idem, aspas aspas para os fundos de pensões - os tais que segundo o Governo PSD/CDS-PP vão salvar a segurança social portuguesa. Podem, sobre a matéria, os trabalhadores e os reformados portugueses ouvir com utilidade os trabalhadores e os reformados da ENRON e da WorldCom.

## Os pequenos investidores estão a perder as suas poupanças

Comentadores e analistas consideram que as acções se afundam «sem qualquer racionalidade» e que «os movimentos (bolsistas) não tiveram nada a ver com os fundamentais (indicadores económicos) das empresas e são muito difíceis de explicar». O Tesoureiro do Império Alan Greenspan fala do «vírus da ganância» (como se este vírus não fosse intrínseco, genético do capitalismo). Mas é a este vírus e aquela irrationalidade dos mercados financeiros que o pensamento único neoliberal entrega a regulação da economia, a gestão da política e o futuro das nossas sociedades. Muito em particular, é, àquele vírus e aquela irrationalidade, que querem entregar a nossa saúde, a nossa educação, as nossas reformas!

«Esperem uma guerra para breve» é a previsão de alguém no Los Angeles Time, que até denuncia já o alvo escolhido por Bush: o Iraque. Uma questão de recuperação da popularidade afectada pelos escândalos financeiros! (1)

2. Na Europa as coisas não vão tão depressa como alguns gostariam. Há que ajustar o «político», as «instituições», o «Estado» à medida da geografia e interesses do capital transnacional. A UNICE, a Confederação das confederações do patronato europeu, e a ERT, Mesa-Redonda dos Industriais Europeus, assim o querem, assim o reclamam, assim o determinam. Avançar a todo o gás com o alargamento. Realizar a reforma das instituições, concretizar o federalismo, aprovar

uma constituição europeia. Progredir na construção do exército europeu. Nada de demoras: a gestão do capital no espaço europeu exige a dimensão europeia do controlo político e militar.

Há contradições, há diferenças entre os países da União, há antagonismos e choques de interesses, proximidades e amizades com o Império do outro lado do Atlântico. Mas nada de substancial, nada, não negociável.

Uma Convenção de que se afastaram vozes incómodas, ajudará a aplainar o caminho. Ajudará os governos (social-democratas ou de direita) em cada país a apresentar

factos consumados, ultrapassando oposições e questionamentos, mesmo entre os seus, em nome de uma pseudoparticipação dos parlamentos nacionais e do cozinhado

consenso da Convenção, que antes de o ser já o era. A Constituição acabará de vez com as veleidades democráticas da participação dos cidadãos na definição de um outro rumo, não neoliberal, não federalista, não militarista, para a Europa.

Mas atenção: as fronteiras internas serão mantidas para controlar e impedir, quando, for caso disso, os trabalhadores e os cidadãos da União Europeia de se concentrar e manifestar. As fronteiras externas também, é necessário controlar os esfomeados do terceiro mundo.

3. Em Portugal com a vitória da direita em Março, o grande capital português julga o momento azado para uma ofensiva em larga escala. Que lhe garanta na conjuntura económica de turbulência externa e de dificuldades internas os seu capitais e réditos. Que lhe sossegue o espírito perante a possível intranquilidade e garantida contestação sociais. Nos caminhos abertos pelos governos PS (2) nos planos económicos, sociais e políticos, está em desenvolvimento uma nova e profunda contra-revolução legislativa, que pretenderão vir a fechar com chave de ouro em próxima revisão constitucional.

Guerra aberta ao sistema público de segurança social. Linhas claras de privatização do Sistema Nacional de Saúde. Entrega do que resta, e em definitivo, dos órgãos de comunicação social públicos, e em particular da RTP, ao capital privado. O ataque em força e em profundidade à legislação laboral. Para completar o ramalhete, a reforma do sistema polí-

tico, em particular do sistema eleitoral, para o que contam com o apoio do PS e de gente que se assume como de esquerda.

Neste capítulo, avultam nos últimos meses, quer em diversos comentários de analistas nos *media*, quer nos conselhos de constitucionalistas e académicos à Comissão eventual formada na Assembleia da República para a reforma do sistema político, uma verdadeira cruzada por uma maior regulamentação e intervenção na organização, funcionamento e vida interna dos partidos: ainda a questão das finanças partidárias, processos de formação das listas de candidatos (há quem defenda a obrigatoriedade de primárias nos partidos com esse objectivo!), regras de votação, disciplina interna, etc., etc.

4. Dois comentários são devidos a esta obsessão regulamentadora da vida dos partidos, pretendendo pôr em causa a sua auto-regulação e autodeterminação, a sua autonomia como espaço privado de cidadãos que se auto-organizam por acto de vontade livre e consciente no quadro constitucional e legal existente e que, após quase trinta anos de regime democrático, nada até hoje parece justificar.

O primeiro, para relevar esta nova descoberta, que se junta à conhecida defesa dos círculos uninominais em matéria do sistema eleitoral, como o alfa e o omega para resolverem o problema do descrédito e a desafeição dos portugueses face à política e aos políticos. Problemas que, insista-se mais uma vez, nada teriam a ver com promessas eleitorais não cumpridas, práticas políticas governamentais desastrosas, comportamentos políticos incorrectos, ausência de resposta às necessidades e anseios dos cidadãos!

O segundo, para anotar uma brutal contradição nos dias que correm. Enquanto sob a ofensiva neoliberal tudo se liberaliza, desregulamenta, privatiza, nada escapa ao capital privado, paradoxo dos paradoxos, em Portugal e no tocante à vida dos partidos, a «modernidade» tem o sentido contrário. Pretende-se regulamentar e regular mais, intervir e intervencionar mais e, até, estatizar - recorde-se o projecto, apresentado há poucos meses pelo PS, do financiamento dos partidos ser suportado totalmente pelo Estado! E estranhamente, ou talvez não, nem uma palavra sobre a absoluta necessidade para o regime democrático de um mais rigoroso respeito pelos *media* da isenção e pluralismo no tratamento jornalístico dos diversos partidos!

Notas:

(1) *Expresso* / 2.º Caderno, 27 de Julho.

(2) Não se devem esquecer as posições do ex-Governo PS no *plafonamento das contribuições para a Segurança Social*; a privatização dos hospitais públicos nos projectos do ministro Correia de Campos; a revisão da legislação laboral no programa eleitoral do PS e declarações de Ferro Rodrigues, inclusive as suas imprecisões contra o «absentismo laboral»; a lista de empresas e serviços públicos a privatizar pelo Governo PSD/CDS reclamada na Assembleia da República como sua; a revisão das leis eleitorais.



## MONTIJO

## Serviço de transportes piora

«Os transportes aumentam mas a qualidade dos serviços diminui», denuncia a Comissão Concelhia do Montijo do PCP em nota dirigida aos utentes dos TST e à população do Montijo, a quem expressa apoio no seu «justo protesto» contra a dilatação de horários entre as carreiras de Montijo para o Barreiro e de Montijo para Alcochete e a antecipação do último serviço em alguns trajectos. Lembrando o aumento dos transportes no dia 1 de Agosto – que comprova, mais uma vez, que as empresas privatizadas «apenas têm por objectivo o lucro e não a prestação dum serviço social» –, a Concelhia do PCP alerta os montijenses de que «só um grande movimento de opinião pública estará em condições de contribuir para o retrocesso das medidas que a TST aplicou recentemente». Posição partilhada também pela Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, num comunicado, divulgado na semana passada, em defesa do serviço público de transportes.

## LISBOA

## Contra os aumentos da água

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, por sua vez, considera que o aumento de 4 a 5% do preço da água, anunciado pela EPAL – o terceiro em ano e meio –, é «injustificável», inserindo-se apenas no objectivo do Governo do PSD/PP de criar «melhores condições» para avançar no processo de privatização daquela empresa, ou seja, aumentando-lhe os lucros de forma a torná-la «mais apetecível» ao capital privado. Lembrando que os lucros da EPAL ultrapassaram, em 2001, os 4 milhões de contos (20 milhões de euros), a DORL classifica os aumentos anunciados como «mais um atentado à qualidade de vida dos cidadãos do distrito», designadamente das famílias com mais baixos rendimentos, e garante ir fazer tudo para mobilizar as populações contra a sua aplicação.

## ESPINHO

## Censura na Assembleia Municipal

Face à promessa de venda do campo da Avenida a duas empresas imobiliárias, a CDU apresentou na Assembleia Municipal de Espinho uma recomendação visando impedir que a revisão do PDM sirva para esconder «negociatas imobiliárias». Então, também o PSD apresentou uma recomendação defendendo a rápida construção do Estádio Municipal. Porém, o presidente da Assembleia Municipal considerou inoportuno o agendamento destes documentos, levando a oposição a recorrer para o plenário, onde, segundo denúncia da Comissão Concelhia de Espinho do PCP, os eleitos do PS e o Presidente da Junta de Freguesia de Paramos assumiram a mesma posição, embora dizendo aceitar a discussão em Setembro, ou seja, «depois das negociatas estarem consumadas». Face, pois, à atitude «antidemocrática e ilegal» do PS e do Presidente da Junta de Paramos», a Concelhia de Espinho apela à solidariedade dos democratas, no sentido de evitar a repetição de tais actos no futuro.

## AVEIRO

## PCP solidário com trabalhadoras

Uma delegação do PCP esteve, recentemente, com as trabalhadoras da António Pereira Vidal, em Valongo do Vouga, Águeda, durante dias à porta da empresa em defesa dos postos de trabalho e dos salários. A situação da empresa – que tem uma boa carteira de encomendas e capacidade de produção – arrasta-se há anos mas foi agravada com o corte da energia por parte da EDP, devido ao não pagamento das prestações, levando a uma dívida que chegou aos 8000 contos. Há cerca de 15 meses, num «acto de evidente má gestão», a empresa começou a trabalhar com um gerador alugado, gastando mensalmente quase o dobro do que antes gastava. Apesar de a Inspeção Geral de Trabalho ter conseguido da empresa o compromisso de pagar rapidamente a primeira prestação da dívida, restabelecendo a energia eléctrica, o Ministério do Trabalho não dirigiu sequer uma palavra aos trabalhadores, pelo que o PCP «compreende a sua indignação», indo apresentar na Assembleia da República um requerimento para saber que medidas de acompanhamento o Governo pensa tomar.

DORAV do PCP alerta para a crescente degradação da situação social no distrito

## Trabalhadores respondem com luta

Em reunião recentemente realizada, a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP constatou que, no distrito, «a par da crescente arrogância do patronato», se evidenciam «traços de degradação da situação social de consequências imprevisíveis».

São os casos da António Pereira Vidal, Lda, cujos 50 trabalhadores estão há semanas parados à porta da empresa; da Cachoeira, que insiste no despedimento ilegal de 6 trabalhadoras; da Carvalho e Pinheiro, que apesar das

muitas encomendas tem desde Março salários em atraso; da TRECAR, que insiste na imposição de condições de trabalho indignas; da REFICEL, cujos trabalhadores estão há seis meses sem salários; da Electro-Metalúrgica do Vouga, com salários em atraso e em perspectiva de encerrar; da Phillips, que este ano despediu já cerca de duas centenas de trabalhadores; da Yazaki Saltano, que optou pelo confronto com os trabalhadores; da Vista Alegre, onde avultam as pressões para os despedimentos; da SODOL, que em

retaliação pela intervenção da IGT, despediu um trabalhador sem justificação.

**O Governo é o responsável pelo ambiente existente a nível laboral**

A DORAV sublinha ainda a crescente utilização da mão-de-obra alugada a empresas exploradoras do ramo, com menores direitos e salários; existência, há cerca de 4 meses, no sector das pescas, de uma greve aos fins-de-semana por melhores salários; e as dificuldades dos agricultores no escoamento dos seus produtos, particularmente a batata e o vinho, enquanto os produtos estrangeiros entram no país com a maior das facilidades.

Segundo o PCP, o Governo é o grande responsável por este ambiente, com a introdução de um conjunto de leis altamente prejudiciais aos trabalhadores. Os trabalhadores têm, porém, dado a resposta adequada a

esta ofensiva, designadamente com as greves e acções na Provimi, na Renault, na Funfrap, na Cachoeira, na APV, na Yasaki Saltano, dos pescadores, dos agricultores.

## Ovar

A Comissão Concelhia de Ovar, por sua vez, promoveu, no passado dia 24 de Julho, no auditório da Junta da Freguesia de Ovar, uma sessão pública sobre a Segurança Social, em que participaram Eugénio Rosa, economista, e António Dias, membro da Comissão junto do Comité Central para as questões da Segurança Social.

Começando por dar uma panorâmica geral sobre o tema em debate, ambos os especialistas consideraram que a Segurança Social, com as suas largas dezenas de prestações, representa um instrumento de enorme importância, garantindo não só a segurança de todos os seus contribuintes mas desempenhando também um papel de redistribuição de riqueza numa sociedade profundamente injusta no que toca à repartição do rendimen-

to. Representa, ainda, um verdadeiro património dos trabalhadores que importa defender, neste momento de grande ofensiva do governo PSD-PP, ao serviço do grande capital, particularmente do lobby das seguradoras.

As medidas que o Governo pretende impor não representam nenhum benefício para as populações e é inteiramente falso que o equilíbrio financeiro do sistema esteja em perigo, garantiram os oradores, provando ambas as afirmações. Na verdade, o que as propostas do Governo pretendem é dar de bandeja ao capital especulativo ainda mais recursos num período em que o mercado dos fundos de pensões parece estar em estagnação. Para os trabalhadores, e caso as alterações fossem para a frente, seria trocar o certo pelo incerto, ou seja trocar uma reforma devidamente calculada de acordo com a legislação, por unidades de participação em fundos de investimento cujo valor está dependente das cotações bolsistas (hoje por sinal em forte baixa).

O PCP, garante a Concelhia de Ovar, bater-se-á contra estas medidas.

## Açores

## Defender as pescas

O PCP/Açores discorda da Proposta de Lei do Governo do PSD/PP de Estabilidade Orçamental em aspectos essenciais, designadamente por encerrar diversas inconstitucionalidades e atentar contra os poderes regional e local, e lamenta que a Comissão de Economia e Finanças se tenha recusado a receber uma Delegação da Assembleia Legislativa Regional sobre a matéria, optando pela simples audição escrita.

José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, em conferência de imprensa realizada há dias, lembra, assim, aos cinco deputados

açorianos na Assembleia da República em efectividade de funções ou mesmo temporariamente substituídos, que «votar a favor desta Proposta de Lei é votar contra o Sistema Constitucional que está instituído».

A seguir, o coordenador do PCP/Açores sublinha a importância da visita da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu à Região Autónoma dos Açores, numa altura em que se discute a Reforma da Política Comum de Pescas que, pondo em causa o futuro da pesca nos Açores, impõe todos os esforços no sentido de serem aceites as particularidades

da região, nomeadamente a defesa de uma acessibilidade controlada e mínima e a consagração da prevalência da pesca pelas frotas artesanais e costeiras.

No que respeita ao processo de Revisão Intercalar da Política Agrícola Comum, também já iniciado, mais do que apurar apressadamente as suas eventuais consequências para a Agricultura dos Açores, é preciso aclarar o que deve ser feito para o seu desenvolvimento e defender com firmeza essas necessidades. Para isso, o Governo Regional tem de ouvir os representantes da agricultura, os parceiros

sociais e as forças políticas regionais.

Por fim, José Decq Mota analisou outros importantes problemas da Região, informando que o PCP/Açores vai promover uma Sessão de Perguntas ao Governo sobre o presente e o futuro da Empresa de Electricidade dos Açores (EDA) e manifestar-lhe a sua grande preocupação com a situação dos portos da Praia da Vitória, Lajes das Flores e São Roque do Pico, depois das graves avarias que os temporais lhes provocaram, e perguntar quais os mecanismos de financiamento previstos para as obras que se impõem.

## Guimarães

## Reactivar mercado exportador

A Comissão Concelhia de Guimarães do PCP, tal como outros organismos do Partido, está também preocupada com as medidas do Governo, que agravam as já difíceis condições de vida dos portugueses, particularmente dos pensio-

nistas e dos trabalhadores de mais baixos rendimentos. Concretamente as alterações às leis laborais são «verdadeiros atentados aos mais elementares direitos dos trabalhadores» que não resolvem problema nenhum, antes

acentuam os problemas do trabalho precário e aumentam o desemprego, o que, desde logo, implica que mais trabalhadores tenham de recorrer ao subsídio de desemprego.

A Concelhia do PCP sublinha, entretanto, a necessidade de o Governo tomar medidas imediatas relativamente ao mercado exportador, visto haver neste momento, em Guimarães, empresas com salários em atraso ou com dificuldades em satisfazer os compromissos com os trabalhadores, por falta de carteira de encomendas. Ao mesmo tempo que se vê o ICEP «moribundo» e «quase a fechar as portas».

Os comunistas denunciam, ainda, a onda de privatizações que, a pretexto do equilíbrio financeiro das contas públicas, o Governo está a desencaixar, alertando para a eventualidade de o Hospital de Guimarães estar entre os alvos prioritários da sua agenda.

Por fim, a Concelhia de Guimarães manifesta a sua preocupação com a situação financeira do município, uma vez que já se constata haver dificuldades de pagamento de obras já executadas por escassez de dinheiro. Uma situação que vai, seguramente, prejudicar futuros investimentos nas freguesias, principalmente nas mais periféricas.

## CAMARADA FALECIDO

## Orlando Lindim Ramos

Após doença prolongada, faleceu, no passado dia 22 de Julho, com 77 anos, o camarada Orlando Lindim Ramos, médico. Ligado ao PCP muitos anos antes do 25 de Abril, foi funcionário do Partido na clandestinidade. Foi preso durante anos pela PIDE, face à qual manteve sempre um comportamento exemplar. Militava no Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa.



Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Em protesto contra insegurança rodoviária

# População do Alto Estanqueiro sai à rua



Só nos últimos três anos faleceram cinco pessoas em consequência de acidentes ferroviários na E.N.5

Um sentimento de revolta e indignação percorre a população do Alto Estanqueiro, no Montijo. Depois da ocorrência de cinco acidentes mortais, entenderam ter chegado a hora de dizer basta e saíram à rua para exigir mais segurança.

A concentração, na passada semana, reuniu cerca de meia centena de moradores da freguesia que exigiram das entidades responsáveis a adopção de medidas urgentes que ponham cobro aos numerosos acidentes rodoviários que têm ocorrido na troço da E.N. 5, entre o cruzamento do Alto Estanqueiro e a chamada estufa de flores.

Trata-se de uma recta sem uma única passadeira para peões onde circulam viaturas a alta velocidade, bem como camiões com cargas perigosas, como explosivos, para a incineradora militar a funcionar

na antiga fábrica de explosivos «Extra».

O descontentamento em relação à insegurança existente levou já os moradores a promoverem um abaixo-assinado que recolheu trezentas assinaturas e que foi entregue na Câmara Municipal do Montijo, Junta de Freguesia do Alto Estanqueiro/Jardia, Assembleia Municipal do Montijo, Assembleia da República e Primeiro-Ministro.

A comissão de freguesia do PCP, em nota à comunicação social, reitera o seu apoio «às justas reivindicações da população» e afirma que continua-

rá a bater-se pelas propostas já apresentadas pela CDU com vista à resolução do problema. A última das quais – depois de uma proposta em Junho de 1998 e de uma outra em Fevereiro de 2001 – foi há poucos meses formalizada no quadro do Plano de Actividades da Câmara para 2002, e não aceite pelo PS, visando a semaforização controlada com limite de velocidade, bem como a construção de passadeiras e de uma rotunda no cruzamento do Alto do Estanqueiro

«Aos responsáveis autárquicos do PS, que durante quatro anos ignoraram as propostas da CDU, perguntamos até quando a indiferença perante as vítimas dos acidentes?», lê-se no documento da comissão de freguesia do AltoEstanqueiro/Jardia do PCP.

## Combate à droga Governo erra

Em matéria de combate à droga, avolumam-se as críticas à política do Governo. A fusão do SPIT e IPDT, até ao momento, foi a única medida que tomou. Uma opção já condenada pelo PCP.

Pautada por exclusivos critérios economicistas, fundados na redução da despesa pública, esta é uma medida que no entender dos comunistas vem afinal pôr em causa a necessária acção estruturante daqueles serviços.

Embora admita como aceitável uma discussão sobre os melhores modelos organizativos, o PCP considera, no entanto, que relativamente a esta questão não é certamente o aspecto mais premente tomar a decisão entre fundir ou não os serviços.

«O essencial é garantir, não o emagrecimento de recursos disponíveis, mas sim as necessárias perspectivas de melhoria do desempenho dos

serviços», sublinha a propósito o deputado comunista Bruno Dias, em requerimento dirigido ao Governo no qual alerta para as graves consequências da fusão daquelas duas instituições.

Isto porque, segundo o parlamentar do PCP, subsiste nesta área o «risco de diluição ou desaparecimento de unidades com funções próprias», bem como, noutro domínio, a «dificuldade de compatibilizar funções de grande diversidade e potencial incompatibilidade».

Motivo de séria preocupação para o PCP é ainda o que classifica de «gravíssimo problema de pessoal com que está confrontado o SPIT», também este sujeito à contestada política anunciada pelo Governo no sentido da não renovação dos contratos. Bruno Dias lembra que esta situação pode significar, a curto prazo, o encerramen-

to de diversas unidades, algumas das quais, sabe-se, só puderam entrar em funcionamento através do recurso à contratação a prazo de profissionais.

Para além de levantar problemas humanos da mais variada ordem, como é referido no texto, uma tal perspectiva pode ainda representar para os serviços a perda irreparável da valiosa experiência adquirida pelos seus profissionais.

Por isso a pergunta no requerimento formulada por Bruno Dias ao Governo no sentido de saber quais as medidas que este pensa adoptar para resolver o grave problema do financiamento para a intervenção na área do combate à droga, que, com o fim das verbas provenientes da Presidência do Conselho de Ministros, se traduziu já num corte de 12 por cento no orçamento do SPIT.

## Acampamento Regional de Aveiro da JCP Convívio e debate

A JCP de Aveiro realizou, no último fim-de-semana, mais um Acampamento Regional. Este ano o local escolhido foi a Praia do Furdouro (Concelho de Ovar) onde, em ambiente de fraterno convívio, cerca de duas dezenas de jovens comunistas desenvolveram as mais variadas iniciativas e actividades. Jovens que, como salienta a JCP de Aveiro em nota à imprensa, «não desistem de pensar pela sua própria cabeça, num mundo onde a teoria neoliberal do pensamento único é servida a toda a hora e por todas as vias».

Entre as diversas actividades desportivas e culturais,

destaque para o final do 5.º Concurso «Audácia de Conquistar» e para o *workshop* de montagem de marionetes. Nota de realce ainda para actividades como a capoeira, *volley*, xadrez e aeróbica, bem como para os debates, subordinados aos temas «O papel e o projecto da JCP na sociedade» e «Racismo e xenofobia».

Num balanço à sua iniciativa, os jovens comunistas afirmam que o mínimo que se poderá dizer é que com ela «a JCP sai destes dois dias e meio ainda mais forte, coesa, e preparada para mais e melhor intervenção». Porque, sublinham, «a hora é de luta,

também e sobretudo para os jovens, sejam eles trabalhadores ou estudantes».

Num momento em que pairam as maiores ameaças sobre os jovens trabalhadores portugueses, «visando criar uma geração sem direitos e totalmente submissa ao poder patronal», a JCP afirma-se ainda convicta do seu papel enquanto força «necessária e indispensável para dar corpo a uma intervenção firme, organizada e consequente» capaz de mobilizar a juventude «em torno dos seus problemas» e de dar resposta à «ofensiva global protagonizada hoje pelo Governo PSD-PP».



## Em reunião da FMJD JCP em Budapeste

A JCP esteve representada numa reunião do Conselho Coordenador da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), que decorreu nos passados dias 20 e 21 de Julho, em Budapeste.

Da agenda da reunião, na qual estiveram presentes 27 organizações de 25 países, constou fundamentalmente a análise do trabalho da Federação neste semestre, bem

como a programação e coordenação de actividades no futuro próximo.

A resposta colectiva das organizações de juventude anti-imperialistas reunidas na FMJD a questões como a da paz, do exército único europeu, da NATO, dos ataques ao Iraque, da dramática situação do povo palestino, bem como os generalizados ataques aos direitos dos jovens e dos

trabalhadores estiveram particularmente em foco.

O CC da FMJD convocou a próxima Assembleia Geral da Federação para o próximo mês de Fevereiro de 2003, em Havana, Cuba. Esta Assembleia tem como um dos seus objectivos traçar a orientação política da FMJD para os próximos 4 anos, bem como eleger a sua nova direcção.

## Caso de «vinho a martelo» no Bombarral O crime compensa?

A decisão do tribunal relativa a um caso de apreensão de vinho adulterado no Bombarral em nada contribui para desencorajar idênticos actos fraudulentos no futuro. Quem o afirma é a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que, numa reacção à sentença do tribunal, considerou «surpreendentemente ligeiras» as penas aplicadas no processo de apreensão de «vinho a martelo».

O Tribunal do Bombarral condenou na passada semana o principal arguido a 13 meses de prisão com pena suspensa por dois anos. A juíza deu como provado que a empresa «adicionou produtos e água (ao vinho) de forma a prejudicar a qualidade do vinho, alterando as

suas características junto do público, sabendo que com a sua actuação obterá uma maior rentabilidade».

Não obstante esta ser «uma decisão de um tribunal», que como tal deve ser acatada, segundo a CNA, impõem-se «algumas considerações que extravasam o foro estritamente jurídico».

É que, lembra em comunicado a Confederação Nacional de Agricultura, a «traficância» agora desmantelada atingiu os 250 mil hectolitros de vinho, «quantidade precisamente igual à que a produção nacional vai entregar, mas a baixos preços, para a chamada destilação de crise recentemente aprovada pela Comissão Europeia».

Diz ainda a CNA que o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) avaliou a «traficância» em 10 milhões de euros, pelo que, observa, não pode deixar de ser encarada com enorme surpresa a leveza das penas aplicadas pelo tribunal.

Para além da pena de prisão suspensa para o principal arguido, registe-se, a empresa envolvida foi multada em 96 mil euros «menos de 20 mil contos», de acordo com a CNA, para quem esta sentença «não contribui em nada» para evitar que episódios idênticos venham a repetir-se.

«É caso para se dizer que assim o crime compensa», salienta a CNA, que quer ver o Ministério Público recorrer da sentença.





## O orgulho da humildade

• Sérgio Ribeiro

**N**ão concebo, nas minhas concepções, que se possa ser comunista sem se ter o orgulho da humildade. Haverá quem, talvez sob o peso das palavras – e se elas o têm... – não goste do vocábulo humildade e preferisse que, com o mesmo sentido, eu escrevesse **modéstia**. Aceito a reserva, mas é mesmo orgulho da humildade que quero escrever, e afirmar como sentimento e atitude inerente à condição de comunista, até para fazer o contraste, definidor e gritante, com o **repúdio da humilhação** que também deve ser apanágio dessa condição. Sempre, sempre, ao lado dos humilhados e ofendidos!, com eles contra os que humilham e ofendem. Com humildade, e orgulhosos dela.

Também não concebo, nas minhas concepções e convicções, que se possa ser comunista e não colocar o colectivo acima do individual. O que não quer dizer que o individual seja humilhável, sujeito de/a colectivismos vazios de indivíduos ou ausentes de respeito pela individualidade. Pelo que completaria a frase escrevendo que não concebo, nas minhas concepções e convicções, que se possa ser comunista e **não colocar o colectivo – de indivíduos!, e respeitando-os – acima do individual**. O que, evidentemente, exige humildade. Ou modéstia, se preferirem. Poderia, estimulado pelo momento político-partidário que vivemos, continuar a enunciar condições que julgo indispensáveis para que a condição de comunista seja mais do que etiqueta, lugar cativo, alínea de currículo, confissão ou confusão, mas seria estulto fazê-lo. Talvez até contrariasse, por excesso, o orgulho da humildade de que muito gostaria de fazer prova...

Pela negativa, há algumas “qualidades” que se revelam incompatíveis com o que, nas minhas concepções, define a condição e o comportamento de comunista.

Entre outras, a da **vaidade do protagonismo**, conseguido através da procura de – e do comprazimento em – uma certa notoriedade na comunicação social. No entanto, a tal característica de alguns comportamentos associa-se a incapacidade de ver a sazonalidade dessas visibilidades e, muito pior, a total cegueira perante a utilização que delas é feita ao serviço do que se afirma, e se pretende que outros acreditem, que se continua a ser e a defender.

Também pela negativa, anoto a postura de “*prima dona*” que se manifesta através da inaceitação de qualquer

crítica, para já nem falar na ignorância da auto-crítica, e pela transformação de tudo o que denuncie comportamentos e contrarie opiniões (quando as há) em insulto e ofensa, ao mesmo tempo que não se recua no uso de linguagem insultuosa e ofensiva, chegando-se ao paroxismo de comparar o que só por infâmia é comparável, em fazer analogias que são indignas, particularmente para quem sofreu a prisão e a tortura fascistas.

É estranho à postura e comportamento de comunista considerar insulto a crítica que, com justeza ou não, descortine e denuncie desvios e contornos social-democratas no pensamento e na análise política; é estranho à postura e comportamento de comunista não admitir que tomadas de posição e declarações, particularmente na comunicação social, sejam avaliadas no quadro de estatutos que regem posturas e comportamentos de militantes de um Partido que se chama – e é! – Comunista.

Como o é que, em resposta, se insulte e difame, em linguagem intencionalmente desbragada, quem se manteve no plano estritamente do debate político, que se ignorem estatutos que se aceitaram livre e expressamente, e se queira transformar em julgamento de constitucionalidade desses estatutos o que em não pode ser assimilado a um julgamento – nem dos próprios... – mas tão-só actos e processos necessários para se saber se as regras estatutárias que regem um colectivo, e de que o colectivo não abdica, se as suas decisões tomadas em toda a legitimidade, continuam ou não a ser aceites por quem a elas **só está obrigado por acto de aceitação livre e voluntária e apenas enquanto, voluntariamente, pertence a esse colectivo**.

Depois, e para terminar, é com grande tristeza que vejo serem trazido, para anexos a estes processos, “currículos” que merecem admiração e o maior respeito mas que não podem ser argumentos e justificações para comportamentos que estão a contraditar o que neles é merecedor de admiração e de todo o respeito. Numa muito recente reunião, um camarada que muito estimo lembrava, com pertinência, que quando alguém nos bate à porta nunca se pergunta **quem foi?** mas sim **quem é?**

O que tem de estar, sempre, em causa não é **quem foi** comunista mas sim **quem o é e quer continuar a sê-lo!** Apesar das dificuldades que estão ligadas a essa opção e condição. Como sempre o foi e continuará a ser.

No aniversário do início da luta armada

## Apoio solidário a Cuba

O 26 de Julho de 1953, data histórica na luta que levou ao triunfo da revolução cubana, voltou a ser assinalado como um momento marcante na luta de emancipação dos povos.

No nosso País, o ponto alto das celebrações decorreu em Lisboa com um jantar promovido pela Direcção Nacional da Associação de Amizade Portugal-Cuba. Nele participaram numerosos associados e representantes de associações e partidos políticos (nomeadamente o PCP) que sempre têm manifestado a sua solidariedade com a revolução cubana.

Após a intervenção do embaixador de Cuba, seguiu-se, em ambiente de festa, um animado convívio que contou com a presença de um grupo musical de Trás-os-Montes e de um agrupamento cubano.

A distribuição na «Baixa» lisboeta de um folheto contendo informação alusiva à situação em Cuba, no qual é condenado o bloqueio e expresso o repúdio pela situação dos

patriotas cubanos encarcerados nos Estados Unidos em situação ilegal, constituiu outra das iniciativas levadas a cabo para assinalar a passagem de mais um aniversário da revolução encabeçada por Fidel Castro, tendo merecido o bom acolhimento da população que normalmente carece de informação fidedigna sobre aquele país das Caraíbas.

No documento, depois de recordar as constantes decisões da Assembleia Geral das Nações Unidas no sentido de pôr fim ao ilegal bloqueio imposto pelos EUA, a Associação de Amizade Portugal-Cuba condena George Bush pela sua atitude de desprezo por tais recomendações das instâncias internacionais e por permitir-se «tentar impor condições a Cuba».

Classificando esta posição do presidente dos EUA de uma «intolerável ingerência», o texto lembra ainda que a resposta a tamanha arrogância e indignidade foi já dada pelo povo cubano «em manifestações de repúdio que congregaram em todo o país milhões de cidadãos».

No texto, distribuído à população de Lisboa, a Associação de Amizade Portugal-Cuba deixa ainda um apelo aos portugueses, à comunidade internacional e às Nações Unidas para que pelas mais variadas formas intercedam junto das autoridades norte-americanas com vista a forçá-las a «cessarem todos os actos hostis perpetrados contra Cuba, nomeadamente exigindo o termo do bloqueio e a libertação dos cinco técnicos cubanos presos e condenados ilegalmente». Homens privados da liberdade, acusa, «apenas para servir os duvidosos interesses propagandísticos dos EUA, o país que mais desrespeita os direitos humanos».



A política de ingerência dos EUA mereceram a firme condenação dos presentes

## Aterro do Oeste polui terrenos

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Bernardino Soares, vai pedir explicações ao Ministério do Ambiente sobre a poluição causada pela estação de tratamento do aterro Oeste em terrenos agrícolas e sobre uma linha de água.

O anúncio foi feito pelo próprio no decurso de uma visita no final da passada semana à sede da Junta de Freguesia do Vilar (Cadaval) onde se avisou com autarcas e a população, de quem recebeu informação sobre a recente ocorrência de um derrame, para fora do perímetro do aterro, de efluentes da estação de tratamento.

O líder parlamentar comunista quer saber, por intermédio do Ministério do Ambiente, designadamente, que medidas pensa este adoptar para que não voltem a repetir-se atentados ambientais como o recentemente ocorrido.

No decurso da reunião foram ainda levantadas outras questões como a relativa aos planos de emergência e à possibilidade de serem tomadas outras medidas de protecção ambiental. Aspecto focado foi ainda o do apuramento de responsabilidades pelo incidente, quer do ponto de vista político quer a outro nível se for esse o caso. É que o processo de escolha do terreno não foi pacífico, tendo o aterro sido construído numa área anteriormente classificada como Reserva Ecológica Nacional.

Para a população, como foi referido na reunião, nunca foi considerada qualquer posição de rejeição do aterro sanitário, mas sim que lhe fossem prestadas explicações sobre os critérios que levaram à escolha do terreno, dado situar-se por cima de um aquífero importante, do

mesmo modo que apenas pretendem ver acautelados os seus interesses.

Anunciada pelo deputado comunista foi ainda a intenção de pedir, através de requerimento à Assembleia da República, que a água negra recolhida pelos habitantes do Vilar no dia da descarga seja analisada.

Como explicação para o sucedido, registre-se, a «Resioeste», que gere o aterro sanitário, informou ter-se tratado de um esquecimento por parte de uma empresa alemã contratada para instalar um equipamento para o tratamento dos lixiviados e que, tendo desligado os aparelhos (durante a noite), terá deixado uma lagoa ligada que ficou a drenar para uma estação fechada, o que acabou por provocar a poluição dos terrenos e da linha de água.



## Ataque aéreo israelita a Gaza

# Condenação e Repúdio

«Um episódio de guerra» que dificulta em muito o acesso à paz, assim classificou o presidente da Comissão Europeia o violento ataque perpetrado pela aviação israelita à Faixa de Gaza.»

«Deploro profundamente actos de guerra, de violência», declarou Romano Prodi, referindo-se ao ataque aéreo israelita na passada semana, de que resultou a morte de 15 pessoas, entre as quais oito crianças.

O presidente da Comissão Europeia lembrou ainda a reunião do Conselho de Assuntos Gerais da União Europeia, que juntou no início da semana transacta os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze e que, embora não sendo «optimista» na análise da situação no Médio Oriente, continha alguns elementos de esperança.

Aquele ataque aéreo «tornará muito, muito mais difícil o trabalho para chegar à paz», lamentou Romano Prodi. Recorde-se que a

eliminação do chefe do «braço armado» do movimento radical palestino Hamas, Salah Chéhadé, foi o objectivo declarado do bombardeamento, que ocorreu numa muito povoada.

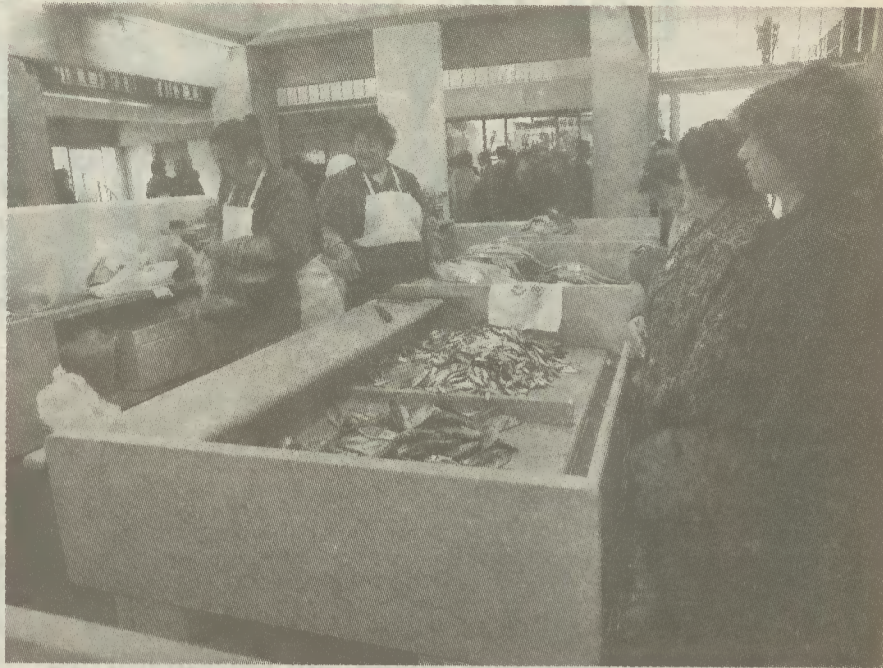
Também o representante da Política Externa e de Segurança da União Europeia, Javier Solana, condenou a acção israelita sobre Gaza. «Condeno a morte de civis inocentes no ataque contra Gaza. Quero apresentar as minhas condolências ao povo palestino e aos familiares das vítimas», declarou Solana em comunicado emitido em Bruxelas.

De firme condenação ao criminoso ataque israelita foi igualmente a reacção do chefe da diplomacia dinamarquesa, Per Stig Moeller. Falando em nome da Dina-

marca e da presidência da União Europeia, considerou o ataque «completamente inaceitável», tendo apresentado condolências às famílias das vítimas.

«De acordo com os direitos humanos internacionais e com o direito humanitário consagrado, o assassinio indiscriminado de civis é totalmente proibido, independentemente da importância militar do alvo atacado», declarou, por seu turno, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mary Robinson, que disse subscrever a anterior condenação do ataque feita pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

«Israel tem a responsabilidade legal e moral de tomar todas as medidas para evitar a perda de vidas inocentes. Mas fracassou claramente ao utilizar um míssil contra um edifício de apartamentos», declarou Annan, que afirmou sentir-se «profundamente preocupado» com as consequências do ataque.



## O défice

• Natacha Amaro

O anúncio feito, há uma semana, sobre o valor do défice orçamental de 2001 levantou mais algumas ondas neste já muito agitado Verão (veja-se as propostas do Governo para, por exemplo, a legislação laboral ou a lei de bases da família). Vimo-nos, então, confrontados com uma declaração de poucos minutos, sem permissão de perguntas de jornalistas, em que a ministra Manuela Ferreira Leite nos revela o valor do défice orçamental: 4,1% do PIB. Não os 2,2% que o governo PS previa, nem 5% como o PSD, ainda na oposição, clamava.

Muito acima dos 3% máximos permitidos, este valor suscitou avisos relativamente às «consequências graves» para o país e as exigências de «esforço nacional» e «acordo social».

### Pacto de Estabilidade

Mas, qual a importância deste número? Qual a razão para se tornar o centro da discussão e ser pretexto para pedidos de «esforço de compromisso de concertação para a recuperação do país»? A resposta é conhecida e repetida: o Pacto de Estabilidade e Crescimento assim o obriga. A exigência do cumprimento deste e outros critérios tem arrastado Portugal para uma situação cada vez mais difícil. A convergência nominal exigida a todos os Estados Membros, por igual, quando sabemos que são bem diferentes entre si, impede uma política de investimento público e restringe a despesa pública. Como consequências, assistimos ao aumento do desemprego e da pobreza, à manutenção dos salários mais baixos da Europa, a baixos níveis de educação e qualificação, a problemas crónicos na saúde e segurança social, entre outras coisas. Este travão ao desenvolvimento do país e à coesão económica e social entre os quinze Estados Membros é o grande argumento do Governo para desenhar cenários melodramáticos, em que a situação financeira do país se apresenta como catastrófica – mas apresentando-se já o Governo como grande herói desta vitória certa contra o caos, e em que apenas com o esforço de todos – leia-se, dos trabalhadores e das classes mais desfavorecidas – se conseguirá a recuperação económica tão desejada. Acenam com multas astronómicas e a impossibilidade de recorrer aos fundos estruturais se a situação não se resolver, quando o próprio Comissário para os Assuntos Económicos e Monetários, Pedro Solbes Mira, faz saber que a abertura do processo por défice excessivo contra Portugal, obrigatório pelo Tratado, significa

apenas que, para já, a situação vai ser acompanhada de perto pela Comissão Europeia e pelos outros Estados Membros e que não implica sanções imediatas. O Comissário chega mesmo a detalhar todos os passos do processo para que não haja dúvidas quanto à morosidade e às «oportunidades» que são dadas ao país prevaricador de se redimir. Depois das reacções gerais a uma tentativa recente de «puxar as orelhas» à Irlanda, pelo seu desempenho financeiro, a Comissão torna-se mais prudente... Para bom entendedor meia palavra basta.

### Solução deficitária

E qual a solução apontada para o défice orçamental por este Governo? Redução da despesa! E essa contenção na despesa pública implicará, necessariamente, cortes em áreas tão sensíveis como as despesas sociais e educativas, na saúde e na habitação, no combate à pobreza e exclusão social. Curiosamente, e segundo a comunicação social, o relatório da Comissão para a Análise das Contas Públicas, além de apontar o valor de 4,1%, refere também que esse défice orçamental se deve a quebras de receita (-2,8%) e a um aumento muito fraco das despesas totais (0,2%). Assim, o tal esforço nacional exigido pela ministra das Finanças é necessário para suportar a diminuição do investimento público e da despesa. Por outras palavras, para as obras públicas em áreas vitais para o desenvolvimento do país, a todos os níveis (vias de comunicação, novas unidades de saúde e educação, tecnologia e investigação, etc.), e branqueiam-se golpes profundos nos direitos dos trabalhadores (redução do número de trabalhadores na função pública, manutenção de baixos salários ou o escandaloso Código do Trabalho proposto). No entanto, é possível apontar outro caminho. Por que não procurar o equilíbrio na receita, em vez de recorrer à diminuição da despesa? Não por via do aumento de um imposto cego como o IVA, como vimos recentemente, mas por uma maior eficiência na recolha dos impostos, no combate à evasão fiscal ou pela tributação dos lucros milionários da Banca. Uma maior coesão económica e social, que os tais fundos estruturais pretendem apoiar, só será possível com a renegociação do Pacto de Estabilidade de forma a que todos os Estados Membros da União Europeia possam seguir uma política de crescimento e emprego, social e solidária, no sentido de uma convergência real.

## Portugal no banco dos réus

A Comissão Europeia anunciou a sua intenção de levar Portugal ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias por não ter dado prioridade à reciclagem de óleos usados, como sejam lubrificantes para veículos e motores.

Portugal terá violado, no entendimento de Bruxelas, a directiva relativa aos óleos usados, que estabelece a obrigação dos Estados-membros atribuírem prioridade à regeneração de óleos usados em detrimento de outros métodos de eliminação.

O processo de infracção, segundo a Comissão Europeia, teve início em Abril de 2001 e, desde essa data, o Governo português foi interpelado mais duas

vezes (Outubro e Dezembro do mesmo ano) sem que tivesse sido dada uma resposta satisfatória. Por isso o propósito da Comissão Europeia em avançar para o Tribunal Europeu.

Nas respostas a Bruxelas, numa primeira carta datada de Abril de 2001, Portugal alega que a empresa que vai efectuar a regeneração dos óleos usados está a ser constituída. Em Outubro do mesmo ano, Portugal comunica à Comissão Europeia que o novo decreto-lei que atribui prioridade à reciclagem dos óleos está em elaboração. Em Março de 2002, já depois de Bruxelas ter dado sequência à segunda fase do processo de infracção contra o nosso

país, o Governo português «confirmou» ter em fase de aprovação legislação sobre a matéria, tal como uma nova estratégia que garante prioridade à reciclagem na gestão de óleos usados.

O Governo informava ainda estar «à procura das condições económicas necessárias à criação de uma unidade de reciclagem». A Comissão Europeia, pelos vistos, não foi sensível aos argumentos e concluiu que a «infracção subsiste», uma vez que nem o decreto-lei está aprovado nem a unidade de reciclagem criada. E por causa das dúvidas decidiu mesmo avançar para o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

## Subsídios à Agricultura geram divergências

A redução dos subsídios à agricultura foi o principal ponto do encontro que reuniu os cinco maiores produtores agrícolas mundiais. No final dos dois dias de trabalhos, na passada semana, destinados a preparar a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), os ministros presentes não chegaram a acordo quanto àque-la matéria.

União Europeia, Estados Unidos, Japão, Austrália e Canadá formam o grupo dos cinco maiores produtores agrícolas da OMC. Organização no seio da qual os interesses são frequentemente

contraditórios, como testemunha neste caso o facto de os EUA terem defendido um projecto que visa reduzir os subsídios à agricultura para cinco por cento do valor da produção agrícola, mas a que se opuseram a União Europeia e o Japão.

O comissário europeu da Agricultura, Franz Fischler, justificando a sua posição, afirmou que o plano em questão não pode servir de base a qualquer acordo, porquanto, precisou, «pede maior esforço aos outros países do que aos Estados Unidos, tanto no acesso aos mercados como nas ajudas à

exportação». «Quanto à regra da atribuição de ajudas internas aos agricultores, os Estados Unidos querem inventar novas regras que vão ao encontro dos seus interesses», acusou Fischler.

Estas reuniões começaram em Janeiro de 2000 com o objectivo de rever as regras e montantes de subsídios à agricultura e também os direitos aduaneiros aplicados para que os «cinco» poderosos cheguem a um acordo antes da próxima reunião de ministros dos estados-membros da OMC, a realizar no México, em Setembro de 2003.



# Lei de Bases da Segurança Social do PSD/PP

## Perguntas e respostas

**O**s direitos fundamentais dos trabalhadores estão a sofrer neste momento, por parte do Governo PSD/PP, o mais violento ataque verificado depois do 25 de Abril. Entre os direitos atacados está o direito universal à Segurança Social, um património dos trabalhadores que o Governo pretende destruir, para alargar o mercado das sociedades gestoras de fundos de pensões controladas pelas seguradoras e pelos bancos e assim aumentar os seus activos e os seus lucros. Defender a Segurança Social é uma tarefa de todos os trabalhadores, o que exige uma permanente campanha de esclarecimento e mobilização. Com base num trabalho elaborado por Eugénio Rosa, economista, o *Avante!* inicia hoje a divulgação de um conjunto de perguntas e respostas cujo objectivo é fornecer um conjunto de dados e informações que são fundamentais para levar a cabo essa tarefa.



### I

#### A Segurança Social paga apenas as pensões de reforma?

Para além das pensões de reforma que a Segurança Social paga a cerca de 2,5 milhões de portugueses, e que em 2001 custaram cerca de 1547 milhões de contos, a Segurança Social também paga:

- **Os abonos de família**, que actualmente tem o nome de **subsídio familiar**, a cerca de 1 700 000 crianças de 1,1 milhão de famílias, cuja despesa atingiu, só em 2001, 91 milhões de contos;

- **O subsídio de doença**, em média, a cerca de 900 000 trabalhadores por ano, correspondentes a 52 milhões de dias de trabalho perdidos devido a doença, cuja despesa atingiu, em 2001, 97 milhões de contos;

- **O subsídio de desemprego**, anualmente, a cerca de 150 000 portugueses que perderam o seu posto de trabalho, cujo valor atingiu, em 2001, 176 milhões de contos;

- **A Acção Social**, indispensável na luta contra a pobreza no nosso país, tendo sido gastos, em 2001, mais de 200 milhões de contos;

- **O Rendimento Mínimo Garantido**, agora chamado **Rendimento Social de Inserção**, anualmente a cerca de 150 000 famílias atingidas pela pobreza, cuja despesa atingiu, em 2001, 47 milhões de contos.

- **Os subsídios de casamento, maternidade, morte, uma parcela da formação profissional**, salários em atraso a trabalhadores através do Fundo Salarial, etc.

Em 2001, sem considerar as pensões de reforma, a Segurança Social gastou com estas prestações, que beneficiam fundamentalmente os trabalhadores do activo, incluindo jovens, mais de 728 milhões de contos.

### II

#### O que são regimes contributivos e regimes não contributivos?

- **Regimes contributivos** são aqueles em que, para se ter direito a uma prestação, é necessário ter antes descontado para esse regime. Um exemplo de regime contributivo é o regime geral dos trabalhadores por conta de outrem. Para se ter direito à pensão de reforma é necessário ter antes descontado para o regime geral, e a pensão será tanto mais elevada quanto mais anos se descontou e quanto maior tiver sido o valor descontado para a Segurança Social.

- **Regimes não contributivos:** nestes regimes, o direito não resulta de se ter descontado, mas sim de não se ter rendimentos para viver. Um exemplo é a pensão social. Para se ter direito à pensão social basta ter 65 anos e não auferir rendimentos superior a 30% do salário mínimo nacional. Em 2001, os regimes não contributivos custaram à Segurança Social mais de 500 milhões de contos.

As despesas dos regimes não contributivos devem ser suportadas por toda sociedade, porque é da

responsabilidade de todos garantir àqueles que não têm nada ou têm muito pouco um rendimento mínimo para poder viver. Para que isso suceda é necessário que as despesas dos regimes não contributivos, como sejam a pensão social, a acção social, etc., sejam pagas com bases em impostos, ou seja, através das transferências do Orçamento do Estado (OE) para o Orçamento da Segurança Social. No passado, nomeadamente no governo de Cavaco Silva, o OE não cobriu as despesas com os regimes não contributivos, o que levou o Estado a utilizar indevidamente os dinheiros do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem para pagar estas despesas.

De acordo com cálculos feitos pela Comissão do Livro Branco da Segurança Social, a dívida do Estado ao regime geral da Segurança Social, por utilização indevida e ilegal dos dinheiros deste regime, atingia já em 1998, sem juros, 1900 milhões de contos, que ainda não foram pagos.

### III

#### Como é que a lei de bases da Segurança Social 17/2000 contribuiu para melhorar a situação financeira da Segurança Social?

- Em Agosto de 2000 foi aprovada a Lei 17/2000, que é a Lei de Bases da Segurança Social ainda em vigor, mas que Bagão Félix pretende alterar.

- Esta lei definiu com clareza quais as despesas que devem ser pagas com os descontos dos trabalhadores e com as contribuições das empresas, e quais as despesas que, sendo da responsabilidade de toda a sociedade,

devem ser financiadas pelo OE com base em impostos.

- Como consequência da aprovação da Lei 17/2000, foi transferido pelo Orçamento do Estado para a Segurança Social, em 2000, 492 milhões de contos; em 2001, 503 milhões de contos; e, para 2003, está prevista a transferência de 665 milhões de contos.





# da festa!

FESTADO do Avante! 2002

6, 7, 8 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

## Espaço Juventude

# O futuro do comunismo

«Transformar é Possível» é o tema do Espaço Juventude da Festa do Avante!. É também o lema do VII Congresso da JCP, que tem lugar em Novembro e que estará presente na Atalaia através das exposições, dos debates, das brigadas de contacto e da banca. Nelson Silva e Bruno Correia, da Direcção da JCP, falam dos pormenores.



Aproveita  
para  
comprar já  
a EP

A Entrada Permanente para a Festa do Avante! já está à venda! Podes comprá-la nos centros de trabalho do PCP ou através de militantes do Partido. Até dia 5 de Setembro a EP custa 14 euros, mas nos dias da Festa aumenta para 19 euros. Aproveita já esta oportunidade!

SEXTA-FEIRA  
SÁBADO  
DOMINGO

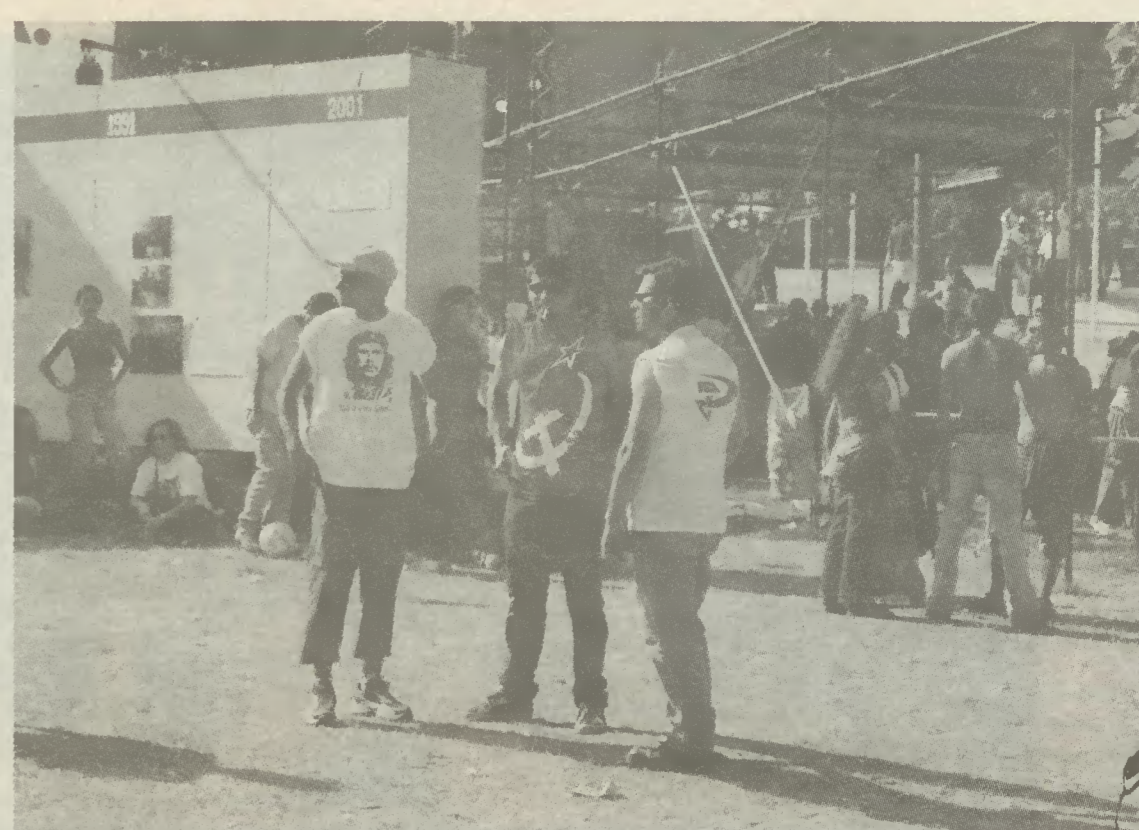
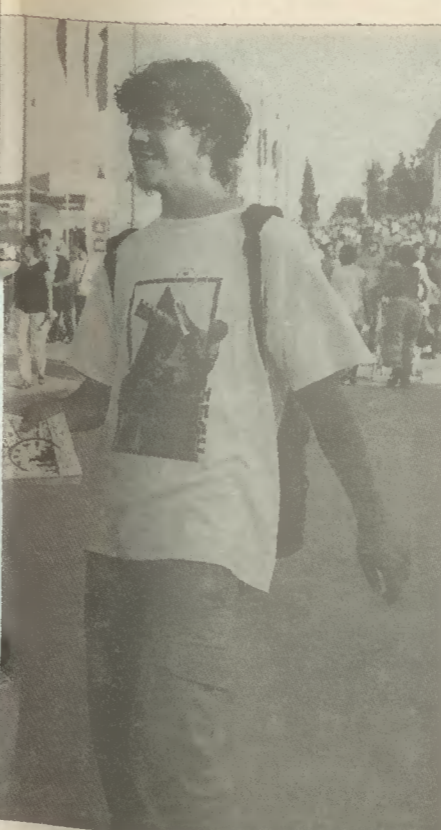
5  
6  
8

SOLIDARIEDADE

festa do Avante! 2002

6, 7 e 8 Set.  
Atalaia • Amora • Seixal





festa  
do Avante!  
2002

«Transformar é Possível» é o tema do Espaço Juventude, na Festa do Avante!

# A actualidade do projecto comunista

O tema do Espaço da Juventude será o VII Congresso da JCP, marcado para Novembro. O seu lema, «Transformar é Possível», estará presente em todos os cantos e em quase todas as iniciativas.

«Transformar é Possível» é o lema do VII Congresso da JCP, que se realiza a 2 e 3 de Novembro, em Setúbal. Esse é também o principal tema do Espaço Juventude da Festa do Avante!, nomeadamente na exposição que se espalhará ao longo de toda essa zona. «A ideia é mostrar o que será o Congresso, a fase preparatória e o que implica. Isto pode ir dos encontros regionais aos acampamentos», refere Nelson Silva, da Direcção da JCP.

Um dos debates organizados pela JCP será exactamente sobre o tema «Transformar é Possível», abordando a importância da luta e a actualidade do projecto comunista. Os restantes debates servirão para discutir «A sexualidade e os direitos sexuais e reprodutivos» e «A música enquanto arma e forma de intervenção». Os debates realizam-se no espaço Multiusos, onde será montado um palco para cafés-concerto e outro tipo de animação.

O tema das brigadas de contacto também é o VII Congresso e, a ele associado, o projecto comunista. «A Festa pode ser um bom local para o recrutamento para o Partido e para a JCP. As brigadas podem dar uma grande ajuda a informar sobre o que é o comunismo, quais são as nossas ideias e propostas, o que é o Partido. É uma forma de esclarecer os muitos jovens que vão à Festa», declara Nelson Silva.

«A recepção é sempre boa e isso reflecte-se no número de recrutamentos. Esta tarefa de esclarecimento não é fácil. Até podem surgir questões mais difíceis, mas, com a preparação pelo trabalho que desenvolvem na JCP, os camaradas dão conta do recado», acrescenta.

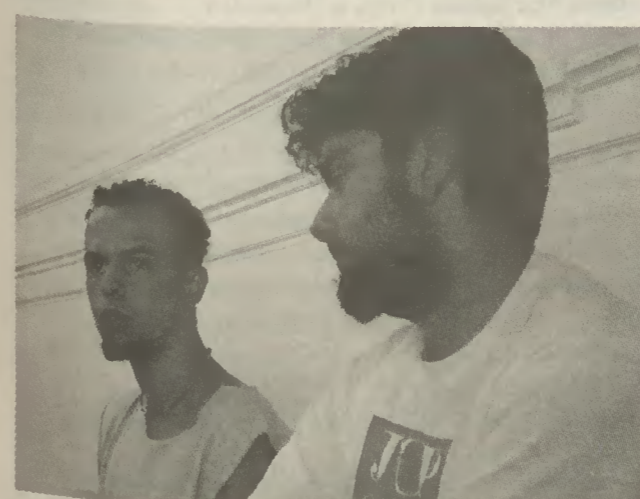
## Novas tecnologias

O Espaço Juventude terá à disposição dos visitantes uma zona dedicada à informática, com o objectivo de divulgar as novas tecnologias, nomeadamente a internet. Computadores permitirão aceder à internet e divulgar os sites da JCP, do PCP e de outras organizações.

A comida e a bebida também estão asseguradas. E para todos os gostos. Estarão abertos os quiosques de bebidas, um restaurante com refeições ligeiras e dois bares vegetarianos, estes fora do Espaço Juventude mas também da responsabilidade da JCP. «Têm muito sucesso não só junto dos vegetarianos mas também junto dos curiosos que querem saber como é que a comida sabe, se é bom ou não», diz Nelson Silva.

Haverá ainda duas bancas de material. «Vamos ter muitos produtos. No âmbito do congresso, as organizações regionais têm vindo a desenvolver trabalho com muita imaginação: cinzeiros, brincos, fios, posters, t-shirts, cadernos... Haverá muita coisa apelativa», garante o dirigente.

Nelson Silva  
e Bruno Correia  
falam ao Avante!



## Construir e divulgar

As tarefas da JCP na Atalaia não se resumem aos três dias de Festa. Até Setembro, há que construí-la e promovê-la. Por isso, alguns festivais de Verão foram e serão visitados por uma carrinha da JCP que distribui propaganda e vende EPs e t-shirts. Foi o que aconteceu em Vilar de Mouros e em Paredes de Coura. O mesmo se passará no próximo fim-de-semana no Festival do Sudoeste. Durante o mês de Agosto também as praias do Algarve serão percorridas. Até agora «a recepção foi muito boa», diz Nelson Silva.

Para além disso, a JCP assegura a construção do Espaço da Juventude e contribui para a edificação das restantes estruturas da Festa. «E já começámos», afirma o dirigente, com algum orgulho. «Esta opção surge também pelos camaradas que vão para a Atalaia. É uma forma de integração no trabalho da JCP, mas também é uma maneira de formar quadros e de aprender o que é o trabalho colectivo», sublinha. Mas como a Festa e a implantação não é só trabalho, estão previstos vários convívios para os próximos fins-de-semana, nomeadamente um torneio de futebol.

## Palco Novos Valores

O Palco Novos Valores é uma das principais atracções do Espaço Juventude. Ao longo dos três dias da Festa passarão por lá 20 bandas de todo o País, seleccionadas em concursos regionais (14 grupos) e um nacional (quatro bandas). Duas foram escolhidas no ano passado, mas não puderam tocar por problemas técnicos e regressam nesta edição para mostrar a sua música.

Esse é, aliás, um dos objectivos do Palco Novos Valores: divulgar a nova música portuguesa. Para além de promover a Festa do Avante! em todas as zonas em que se realizam os concursos.

Bruno Correia, membro da Direcção da JCP, afirma que os festivais «mexem com muitos grupos, desde o Algarve a Viana do Castelo». O número de bandas a concorrer aumenta de ano para ano.

«Só a organização do Porto recebeu 40 maquetas. Há casos de bandas que foram tocar ao palco e depois actuaram em Espanha. Há bandas que agora aparecem nas rádios e na televisão que foram tocar primeiro aos Novos Valores, como os Yellow W Van. Para estes grupos é importante tocar lá e alguns voltam a concorrer no ano seguinte», explica.

Nelson Silva sublinha que há muitos jovens envolvidos nesta iniciativa: «Até agora mais de duas mil pessoas

assistiram aos festivais. Isto tem reflexos na organização, quer nos recrutamentos quer para conhecerem o trabalho da JCP. Isso é um factor importante para nós.»

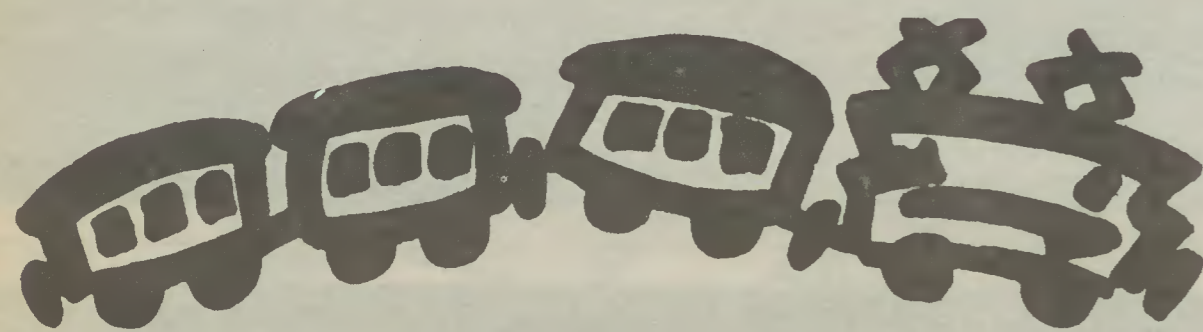
«Estamos a aumentar o carácter político dos festivais de diversas formas. No ano passado, em Setúbal e em Santarém, nos intervalos passámos um vídeo sobre a Festa e houve intervenções políticas. Este ano, queremos que os momentos políticos sejam quase uma constante nos festivais», revela Nelson Silva.

## Comunidade musical

Para além da inovação e da qualidade, um dos critérios para a selecção das bandas são as letras das canções. «Pedimos sempre que enviem a letra por escrito para saber qual é a mensagem que pretendem passar. Essa é talvez a principal forma de selecção», diz Bruno Correia.

O Palco Novos Valores e os festivais que o antecedem ocupam um lugar importante na comunidade musical. «No concurso nacional, recebemos maquetas e CDs já editados de grupos que conhecem a iniciativa e entram em contacto connosco pela experiência dos anos anteriores», refere Nelson Silva. O público é garantido, apesar da concorrência dos outros palcos e da proximidade do Palco 25 de Abril.

«Todos os concertos têm malta a ver seja à tarde, seja à noite», recorda Bruno Correia. A maioria dos 14 festivais regionais já terminou. Agora resta esperar para ver os novos valores que o palco nos revela este ano.



## Comboio da Juventude

Todos os caminhos vão dar à Quinta da Atalaia nos dias 6, 7 e 8 de Setembro, mas talvez a maneira mais divertida de lá chegar seja apanhar o Comboio da Juventude, organizado pela JCP. O comboio atravessa grande parte do País e qualquer um se pode juntar. A partida está prevista para a manhã de sexta-feira, 6 de Setembro, no Porto.

**Porto:** partida às 9h45, na Estação de Campanhã. Preços: ida e volta: 25,5 euros; ida ou volta: 13,5 euros.

**Gaia:** partida às 9h52. Preços: ida e volta: 25,5 euros; ida ou volta: 13,5 euros.

**Espinho:** partida às 10h09. Preços: ida e volta: 24 euros; ida ou volta: 13 euros.

**Ovar:** partida às 10h25. Preços: ida e volta: 23,5 euros; ida ou volta: 12,5 euros.

**Aveiro:** partida às 10h43. Preços: ida e volta: 21,5 euros; ida ou volta: 11,5 euros.

**Coimbra:** partida às 11h17, na estação de Coimbra B. Preços: ida e volta: 17,5 euros; ida ou volta: 9,5 euros.

**Entroncamento:** partida às 12h22.

Preços: ida e volta: 12 euros; ida ou volta: 6,5 euros.

**Santarém:** partida às 12h43. Preços: ida e volta: 11 euros; ida ou volta: 6 euros.

Parte ainda um autocarro de Braga, que faz a ligação ao Porto. O bilhete de ida e volta é de 28,5 euros; o bilhete só de ida ou só de volta é de 15 euros. A partida está marcada para as 8h15, na Estação de Camionagem. O Comboio da Juventude chega à Estação de Entrecampos, em Lisboa, às 13h41. Af os passageiros mudam para o serviço da Fertagus, rumo a Foros da Amora, onde um autocarro os levará à Festa. No preço do bilhete estão incluídos todos os transportes.





**festa**  
do **Avante!**  
2002

Sexta-feira  
6 de  
Setembro  
às 22h00  
no Palco  
25 de Abril



# ORQUESTRA

## Metropolitana de Lisboa

Sob a direcção do Maestro Miguel Graça Moura

**Aaron Copland**

«Fanfarra para o Homem Comum»

**Benjamim Briten**

«Guia da Orquestra para Jovens»

Com narração de Sérgio Godinho

**Serguei Rachmaninof**

Concerto n.º 2 para Piano  
e Orquestra. Solista: Artur Pizarro

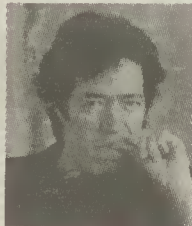
**Maurice Ravel**

Bolero

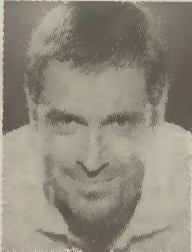
Estreada a 10 de Junho de 1992, tendo como solista e pianista Maria João Pires, a Orquestra Metropolitana de Lisboa assegurou até ao momento mais de 500 concertos por ano, a maioria dos quais recitais a solo e de música de câmara. Em Janeiro de 1993, na cerimónia da abertura Oficial das Comemorações dos 450 anos de Amizade entre Portugal e o Japão, realiza um concerto memorável na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos e, em Setembro do mesmo ano, faz a sua primeira digressão pelo estrangeiro, exibindo-se com grande sucesso em Estrasburgo e Bruxelas. Em 1996 conquista um Disco de Platina. Em 1997, viaja em *tournee* por Itália, Índia, Coreia do Sul, Macau e Tailândia. Em Setembro de 1999, realiza uma nova *tournee* pelo Japão, obtendo enorme êxito.

Jean Sébastien Béreau, Olivier Cuendet, Lucas Pfaff, Victor Yampolsky, Henrique Dimecke, Yuan Fang ou Jin Wang foram alguns dos grandes maestros internacionais que, para além de Miguel Graça Moura, dirigiram a Orquestra Metropolitana de Lisboa.

Depois de, no ano passado, neste mesmo Palco 25 de Abril ter executado com maestria a 9.ª Sinfonia de Beethoven, a Orquestra Metropolitana de Lisboa volta este ano de novo à Festa do *Avante!* para «espalhar a palavra da música, tornando-a acessível a todos os públicos e a todas as idades», de acordo, afinal, com o objectivo primeiro que presidiu à sua fundação por Miguel Graça Moura.



Sérgio Godinho



Artur Pizarro



**FotoFesta**

Festa do Avante 2002 | Ano da Fotografia

Entra já na Festa!

## Já enviaste as tuas fotos?

Fotógrafos profissionais, amadores ou ocasionais, todos poderão ver as suas fotografias expostas na Festa do *Avante!* deste ano, no painel que reunirá cerca de 1000 fotografias das 25 edições anteriores, da FIL à Atalaia.

Para isso, basta que quem queira participar envie as suas fotografias preferidas, dos melhores momentos passados na Festa dos comunistas portugueses, momentos de alegria,

confraternização e solidariedade, características quer da fase da construção quer dos três dias em que se abre aos milhares e milhares de visitantes que todos os anos a procuram.

Não se tratando de um concurso, estará assegurada a exposição de pelo menos uma fotografia de cada participante. Como participar?

É simples, basta enviar as fotografias, cópias ou negativos num envelope com a ficha de inscrição (à disposição nos Centros de Trabalho do Partido) devidamente preenchida, com referência à edição da Festa a que a fotografia se refere, para «Concurso FotoFesta – Quinta da Atalaia; Av. Baía Natural do Seixal, 2845-415 Amora, Seixal» ou entregar em mão num Centro de Trabalho Regional do PCP. De preferência, as fotografias deverão ser acompanhadas de uma menção de oferta das imagens e dos direitos de reprodução e utilização pelo Partido.

### Ficha de inscrição

Nome	<input type="text"/>
Morada	<input type="text"/>
Telefones	<input type="text"/>
Quantidade de fotos enviadas	<input type="text"/>
Ano a que se referem as fotos	<input type="text"/>

Declaro que autorizo a utilização e reprodução das fotos anexas.

<i>assinatura</i>	<input type="text"/>
Declaro que ofereço as fotos anexas ao Arquivo do PCP.	<input type="text"/>
<i>assinatura</i>	<input type="text"/>
Data	<input type="text"/>
A organização da Festa do Avante não se responsabiliza por eventuais danos causados pelo transporte, manuseamento ou exposição das fotos. As fotos serão devolvidas logo após a exposição para a morada indicada na ficha de inscrição, caso o autor não assine a declaração de oferta ao Arquivo do PCP.	



# sobre a Segurança Social

IV

A Segurança Social está falida ou entrará em falência a curto prazo, como afirmam os defensores das seguradoras e dos bancos?

● É falsa a campanha do patronato e das forças de direita, incluindo Bagão Félix, de que a Segurança Social está falida ou irá falir a curto prazo. Esta campanha tem como objectivo desacreditar a Segurança Social, fazer com que os trabalhadores deixem de descontar e de defender a Segurança Social, e passem a entregar uma parte dos seus salários aos fundos de pensões controlados pelas seguradoras e pelos bancos.

● Entre 1996 e 2001, os descontos dos trabalhadores e as contribuições das empresas para o regime geral somaram 9000 milhões de contos, enquanto que as despesas com o pagamento de pensões do regime geral atingiu apenas 5000 milhões de contos, portanto as receitas do regime

geral são muito mais do que suficientes para pagar as pensões do regime geral, contrariamente ao que afirma a propaganda da direita.

● Na Segurança Social existe um Fundo de Estabilização Financeira, que é uma reserva para fazer face a eventuais dificuldades financeiras da Segurança Social. Este fundo é alimentado com os excedentes da Segurança. Em 1995 este Fundo tinha apenas 60 milhões de contos; em Março de 2002, já tinha 830 milhões de contos; prevê-se que no ano 2010 ultrapasse os 2000 milhões de contos.

● A lei 17/2000 estabelece que entre 2 a 4 pontos percentuais dos 11 que constituem os descontos dos trabalhado-

res seja acumulado na aquele Fundo, o que significa que se estima que as receitas do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem sejam mais que suficientes para cobrir os seus custos.

● A Segurança Social, que tem suportado a dívida do Estado, suporta ainda a dívida do patronato, que já ultrapassa os 420 milhões de contos; e a fraude e a evasão em larga escala que lhe faz perder todos os anos milhões de contos de receitas.

**Para além de tudo isto, estudos sérios demonstraram que nos próximos 50 anos não se prevê que a Segurança Social portuguesa enfrente problemas financeiros graves.**

V

Por que razão Bagão Félix, o Governo PSD/PP, as seguradoras e os bancos estão interessados em alterar a LBSS 17/2000 em vigor?

**1 - Porque o mercado dos fundos de pensões em Portugal está em crise.**

De acordo com dados publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal, as taxas de crescimento dos fundos de pensões têm sido as seguintes nos últimos anos: 1995 - 34,7%; 1996 - 15,6%; 1997 - 19,6%; 1998 - 12,1%; 1999 - 9,7%; 2000 - 3,7%.

Portanto, observava-se uma quebra acentuada no crescimento dos fundos de pensões em Portugal. O próprio Instituto de Seguros de Portugal concluiu que as «reformas (a da Segurança Social)... serão decisivas para a renovação do mercado português de fundos de pensões, criando condições para o início de um novo ciclo».

Apesar dos valores controlados pelos fundos de pensões serem já muito elevados, as seguradoras e os bancos consideram-nos insuficientes para alcançar os lucros que pretendem.

De acordo também com o Instituto de Seguros de Portugal, os valores dos activos dos Fundos de Pensões em Portugal têm evoluído da seguinte forma:

Ano	Activos F. Pensões Milhões de euros	% do PIB
1996	8231,9	10,0%
1997	10 060,4	11,2%
1998	11 577,8	11,9%
1999	12 911,1	12,1%
2000	13 766,5	11,9%

Portanto, no ano 2000, as aplicações em Fundos de Pensões já atingiam 13 766,5 milhões de euros (2765 milhões de contos), o que era um valor correspondente a 11,9% do PIB (Produto Interno Bruto Português, ou seja, de toda a riqueza nacional criada nesse ano). Em 2001, estima-se que os activos (valores) dos Fundos de Pensões tenham atingido os 3000 milhões de contos no entanto, as seguradoras e os bancos consideram tal valor insuficiente (pretendem, pelo menos, o triplo).

**2 - Porque as receitas da empresa onde trabalhava Bagão Félix antes de entrar para o Governo estavam em queda.**

Como se sabe, Bagão Félix era um consultor altamente remunerado do GRUPO SEGUROS E PENSÕES que pertence ao grupo BCP (antes tinha sido administrador da empresa de seguros Bonança que pertence ao mesmo grupo; **segundo o Expresso de 20.7.2002, Bagão Félix recebia do grupo BCP 100 000 contos/ano.**)

A SEGUROS E PENSÕES do BCP obteve em 2001 prémios (proveitos) no valor de 2267 milhões de euros (454 milhões de contos), mantendo assim a liderança do Mercado Vida com uma quota de 33% e do Mercado não Vida com uma quota de 22,5%; portanto, era o maior grupo português do Mercado Vida onde se incluem os fundos de pensões.

Este grupo opera na área de fundos de pensões através da PENSÕES GERE. E esta sociedade gestora de fundos pensões controlava já, em 2000, 44 fundos de pensões e tinha neste ano uma quota de 24,6% do mercado sendo a mais importante sociedade gestora.

Entre 1998 e 2000, as receitas da empresa onde trabalhava Bagão Félix baixaram de 10,5 milhões de euros para 6,9 milhões de euros, uma quebra superi-

or a 34%, embora a taxa de rentabilidade tenha aumentado de 26,6% para 33,9%, o que prova que os fundos de pensões são um negócio altamente lucrativo para as seguradoras e bancos. Era necessário é urgente para os Fundos de Pensões, incluindo para a empresa para quem trabalhava Bagão Félix antes de entrar para o Governo, aumentar o mercado, mesmo utilizando a força da lei, já que voluntariamente o número de clientes estava a diminuir.

**3 - Bagão Félix pretende resolver os problemas dos fundos de pensões à custa da Segurança Social.**

Para resolver o grave problema da redução de mercado resultante da diminuição de interessados em investir em fundos de pensões, Bagão Félix propõe-se desviar uma parcela importante e sempre crescente dos dinheiros da Segurança Social para os fundos de pensões utilizando a força da lei, criando assim às sociedades gestoras de fundos um mercado muito maior, mais seguro e altamente rentável.

E como pretende conseguir isso? Introduzindo tectos contributivos (plafonds) e fundos obrigatórios.

VI

O que é um tecto contributivo ou plafonamento?

Para se poder compreender e explicar o que pretende Bagão Félix com a profunda alteração que pretende introduzir na Segurança Social, é necessário compreender o que é o tecto contributivo e quais são as suas consequências.

Vejamos um exemplo do que poderá acontecer no futuro. Suponha-se que um trabalhador tem uma remuneração mensal de 120 contos por mês e que o tecto contributivo imposto pelo governo é igual a um salário mínimo nacional, que corresponde, hoje, a cerca de 69 770\$00. Até 69 770\$00 efectuar-se-iam descontos e contribuições para a Segurança Social; acima desse valor deixar-se-ia de descontar para a Segurança Social.

**Actualmente, sem tecto contributivo, a Segurança Social receberia 41.700\$00, sendo 13.200\$00 do trabalhador e 28.500\$00 da empresa.**

**Com a introdução do tecto contributivo, a Segurança Social passaria a receber apenas 24.245\$00, ou seja, menos 41,8%. O trabalhador deixaria de entregar à Segurança Social 5.525\$00 e a empresa 11.930\$00, isto é, mais do dobro do trabalhador; portanto, os grandes beneficiários seriam as empresas.**

Uma das consequências da introdução do tecto contributivo seria a **quebra imediata de receitas para a Segurança Social, o que determinaria problemas financeiros graves.**

Para além desta quebra de receitas, também se verificariam outras consequências graves para os trabalhadores, a saber:

a) Os valores dos subsídios de desemprego, de doença e de outras prestações recebidos pelos trabalhadores seriam eventualmente mais baixos porque estes subsídios são calculados com base nos salários utilizados para calcular os descontos para Segurança Social;

b) Mesmo admitindo que o trabalhador continue a descontar para as eventualidades com excepção da pensão de reforma acima do tecto contributivo, como a empresa deixaria de contribuir acima do tecto para os subsídios de doença, de desemprego, e outros, etc., segundo a proposta de lei de Bagão Félix, é natural que os valores destes subsídios sofram as consequências da redução de receitas para o seu pagamento.





## UE continua a financiar ANP

A União Europeia assegurou, segunda-feira, à Autoridade Nacional Palestiniana (ANP) que vai continuar a financiar as actividades do seu governo enquanto o líder palestino, Yasser Arafat, prosseguir com as reformas iniciadas no mês passado. A garantia partiu do comissário dos Negócios Estrangeiros da UE, Christopher Patten, numa carta enviada ao ministro das Finanças palestino, Salem Fayed. Na referida carta, Patten exorta a ANP a prosseguir com as reformas tanto nas instituições governamentais como nos organismos de segurança.

## Congo e Ruanda assinam acordo

O Ruanda e a República Democrática do Congo assinaram, terça-feira, em Pretória, na África do Sul, o acordo de paz que põe fim à guerra regional que já dura há quatro anos e já matou mais de dois milhões de pessoas. A República Democrática do Congo compromete-se a desarmar e a reagrupar os extremistas hutus ruandeses, enquanto que o Ruanda se prontifica a retirar os seus 20 mil soldados do território congolês.

## Jordânia defende Iraque

O rei da Jordânia, Abdullah, advertiu esta semana os EUA de que um eventual ataque militar ao Iraque provocaria reacções imprevisíveis no mundo árabe. «Diante do fracasso no processo de paz israelo-palestiniano, um acção militar contra o Iraque equivaleria a abrir uma caixa de Pandora», afirmou Abdullah, em entrevista ao jornal *The Times*. As declarações do rei da Jordânia - um dos maiores aliados árabes dos Estados Unidos - inserem-se num contexto de crescentes especulações sobre uma ofensiva contra o Iraque.

## RSF reclama a libertação de jornalistas palestinianos

A associação Repórteres Sem Fronteiras, RSF, exigiu, terça-feira ao primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, a «libertação imediata» de cinco jornalistas palestinianos. Numa carta enviada a Sharon, Robert Ménard, secretário-geral dos RSF, qualifica aquelas detenções de «totalmente arbitrarias». «As autoridades acusam dois deles (Abu Alan e Yusri El Jamal) de ajudarem organizações terroristas. Ora, elas não forneceram quaisquer elementos que sustentem as suas acusações. Para os três outros, as autoridades não se dignaram fornecer qualquer explicação.»

● Miguel Urbano Rodrigues Este ano a palavra de ordem prioritária foi a exigência da libertação de cinco patriotas ilegalmente presos nos EUA

# Reflexão sobre o 26 de Julho cubano

**Mais de 1 200 000 pessoas, segundo as estimativas oficiais, desfilaram em Havana no 26 de Julho, festa nacional cubana comemorativa do assalto a Moncada.**

Havia muita gente vinda dos municípios da província que abraça a capital, mas o número assombra porque a população de Havana não ultrapassa 1 300 000.

Nunca vi um 26 de Julho igual ao anterior, sequer parecido. A imaginação e a sensibilidade do povo cubano forçam a diferenciação, inovam de ano para ano, porque a história não é estática, move-se, caminha.

Que houve de diferente neste, para além de uma presença popular mais maciça?

Estive nas ruas e meditei na questão, na dupla condição de participante e espectador, contemplando a vaga humana que avançava com

lentidão pelo *malecón habanero* na manhã ensolarada e quente.

**Ecos do protesto universal encontram em Cuba ressonância especial**

As palavras de ordem traduziam a especificidade cubana, os problemas permanentes e aqueles que, inseparáveis da criminosa política do cerco imperial, são

transformados pelo povo em novas frentes de luta contra o Gigante do Norte, que há mais de quatro décadas tenta, sem êxito, destruir a Revolução.

No ano passado, o 26 de Julho festejou sobretudo o regresso de Elian, o menino que por muitos meses estivera sequestrado em Miami. Este ano a palavra de ordem prioritária foi a exigência da libertação de cinco patriotas

ilegalmente presos nos EUA e sobre os quais pesa a ameaça de uma sentença brutal no desenvolvimento de um processo-farsa que tem suscitado protestos de juristas em dezenas de países.

Mas o sentimento internacionalista tornou-se parte da idiossincrasia dos cubanos. O particular e o universal emergem aqui sempre intimamente ligados. Um povo que, repetindo as façanhas dos antigos helenos, atravessou os mares para se bater pela liberdade de outros, reage solidário e fraterno ao sofrimento das parcelas da humanidade mais atingidas pela agressividade imperial.

A nota internacionalista esteve assim omnipresente neste 26 de Julho, tal como acontecera no último Primeiro de Maio.

## Do Rio Bravo à Patagónia

Poucos dias após os

acontecimentos de Génova, mostruário do aprofundamento do abismo hoje existente entre os Estados senhoriais e os povos que eles pretendem manter numa semiescravidão de novo tipo, Cuba manifestou estar disponível para ocupar o seu lugar na grande vaga da contestação que, neste início do século XXI, começa a varrer o mundo rejeitando o neoliberalismo globalizado, como expressão moderna do capitalismo selvagem.

Os ecos do protesto universal encontram em Cuba uma ressonância especial. O apelo à mobilização continental contra a ameaça de recolonização que a ALCA representa foi o prólogo de uma batalha de longa duração na qual a Ilha revolucionária se propõe a desempenhar um papel importante. Em repetidas intervenções, Fidel tem chamado a atenção para o aumento da combatividade das massas latino-americanas.

Os factos confirmam que, do Rio Bravo à Patagónia, a América Latina volta a ser cenário de acontecimentos que podem anunciar uma nova vaga revolucionária. As crises político-institucionais sucedem-se num contexto hemisférico marcado pelo agravamento da miséria, da fome, da corrupção, mas também pelo avanço dos movimentos revolucionários e o alastramento das lutas político sociais. As vitórias das FARC na Colômbia, o desenvolvimento do processo revolucionário bolivariano na Venezuela, a vitalidade da Conaie no Equador, a tenacidade das lutas camponesas na Bolívia e no Paraguai, a firmeza dos Sem Terra no Brasil, o eco mundial do desafio dos zapatistas mexicanos inserem-se num quadro de contestação global às políticas neoliberais. Expressam a resistência dos povos da América Latina à dominação imperial hegemónica pelos EUA.

## Palestina

# Israel provoca crise humanitária

A Cisjordânia está à beira de uma crise humanitária devido à reocupação do território pelas tropas israelitas, denunciaram, sábado, fontes diplomáticas e organizações de ajuda citadas pelo jornal britânico *The Independent*.

Segundo dados de uma organização humanitária norte-americana, um quinto das crianças sofre de desnutrição aguda, enquanto os próprios israelitas reconhecem que 70 por cento da população vive com menos de dois dólares por dia e que a economia está em ruínas.

A gravidade da situação

foi igualmente reconhecida pelo quarteto para o Médio Oriente (EUA, Rússia, ONU e EU), e pelo embaixador dos EUA em Israel, Daniel Kurtzer, que alertou esta semana as autoridades israelitas para o facto de se estar já, de facto, perante um «desastre humanitário» nos territórios ocupados.

É neste contexto que Israel anuncia o «abrandamento» das restrições impostas aos palestinianos, o que na opinião de muitos não passa de uma operação de cosmética destinada a minorar o impacto dos resultados prelimina-

res de um relatório da Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla inglesa). O relatório não foi ainda divulgado oficialmente, mas alguns detalhes vieram já a público na Internet.

Segundo o documento, 30 por cento das crianças palestinianas menores de cinco anos sofre de desnutrição crónica e 25 por cento de desnutrição aguda, valores que disparam a partir de 2000, quando os números eram de 7,5 e 2,5 por cento, respectivamente.

A USAID revela ainda que

a alimentação diária de 30 por cento dos 3,5 milhões de palestinianos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza depende exclusivamente da ajuda humanitária, e que esse número não pára de aumentar. Ao mesmo tempo, cresce o perigo de epidemias, como a cólera.

Antecipando-se às críticas, Israel libertou esta semana uma pequena parte dos 600 milhões de dólares de impostos devidos à Autoridade Palestiniana e retidos a pretexto de que serviam para financiar actividades contra o Estado judaico.

## África do Sul

# 11.º Congresso do Partido Comunista

De 24 a 28 de Julho realizou-se em Rutenburg o 11.º Congresso do Partido Comunista Sul-Africano, que com a presença de cerca de 900 delegados foi o maior Congresso realizado pelos comunistas sul-africanos. Caracterizado por uma grande combatividade, alegria e confiança, a reunião confirmou o papel insubstituível do PCSA, antes na dura luta que conduziu à derrota do criminoso regime do «apartheid» e hoje na luta pelo triunfo da Revolução Democrática e Nacional e pelo socialismo.

A participação e as saudações do presidente do

Congresso Nacional Africano (ANC), Mosiuoa Lekota, e do Secretário-Geral da Confederação dos Sindicatos COSATU, Zwelinzima Vavi, foram dois importantes momentos do Congresso. O fortalecimento da Aliança Tripartida - PCSA, ANC, Coşatu - é uma orientação estratégica dos comunistas sul-africanos, que elegeram mais de 80 deputados nas listas do ANC e participam com sete ministros no governo do presidente Thabo Mbeki. As fortes críticas às políticas macroeconómicas do governo, que levaram o Congresso a apoi-

ar a greve geral contra as privatizações marcada pela COSATU para 1 e 2 de Outubro, não põem em causa esta orientação.

«Com e para os trabalhadores e os pobres» foi a palavra de ordem do 11.º Congresso do PCSA, partido que, orientando-se pelo marxismo-leninismo e organizando-se com base no centralismo democrático, luta para afirmar o papel dirigente da classe operária e das massas oprimidas da sociedade no processo revolucionário sul-africano, e dar resposta aos seus mais graves e urgentes problemas.

Significativa foi também a componente internacionalista do 11.º Congresso, com magníficas expressões de solidariedade para com os povos da Palestina, de Cuba, da Suazilândia, do Sahara Ocidental e outros que enfrentam as ingerências e ameaças do imperialismo. Entre as trinta delegações convidadas esteve presente o PCP, representado por Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central.

Blade Nzimande, secretário-geral, e Charles Nqaku-la, Presidente, foram reeleitos directamente pelo Congresso.

## Indicador de rumo

O espírito de insubmissão que alastra pelo Terceiro Mundo esteve presente no gigantesco desfile cubano do 26 de Julho. Ao lado de Fidel, na cabeça da manifestação, caminhava o neto do ayatollah Komeiny, o líder islâmico que pôs fim ao domínio de Washington sobre o Irão. Ao lado de Raul Castro caminhava o ministro da Defesa do Vietname, a nação heróica que em saga colectiva derrotou militarmente os EUA.

De um balcão exterior, funcionários norte-americanos contemplaram o rio humano que passava pelo *malecón* em frente da sede da missão diplomática dos EUA. Não imagino o que pensavam.

Estabeleci pontes entre aquele desfile e o que vi e ouvi em Junho e Julho nas selvas colombianas, convivendo com as FARC. Eu chegara na véspera de San Salvador onde participara no Encontro Internacional de Solidariedade com a Colômbia.

Tratei de unir as pontas do novelo. A contestação tende a assumir aspectos tempestuosos na América Latina. O horizonte apresenta-se ainda muito nevoento. Mas são muitos os indícios de que milhões de latino-americanos estão já envolvidos numa batalha com facetas inéditas. Nela, a identificação com o ideário revolucionário e humanista de Bolívar aparece como indicador de rumo.



# Nas mãos de Bush Via rápida para o desemprego

A Câmara de Representantes dos EUA aprovou na madrugada de sábado um pacote legislativo que dá a Bush autoridade para negociar acordos comerciais.

Às três e meia da madrugada de sábado passado, a Câmara de Representantes dos EUA aprovou, por uma margem de três votos, um pacote legislativo que entrega ao presidente Bush a autoridade para negociar acordos comerciais (autoridade «Fast Track», ou «Via Rápida»). Na calada da noite, Bush obteve um vitória doméstica significativa que terá consequências graves para os trabalhadores.

Constitucionalmente, a responsabilidade pelas relações comerciais internacionais é partilhada entre os poderes executivo (a administração liderada pelo presidente) e legislativo (o Congresso, incluindo a Câmara de Representantes e o Senado). Sob a autoridade «Via Rápida», a administração tem liberdade para discutir

nacionais. Não pode sobrepor normas laborais, ambientais ou de direitos humanos que não estejam já presentes.

A «Via Rápida» havia sido originalmente utilizada apenas no caso de negociação de tarifas e quotas e geralmente em acordos bilaterais. Porém, entre 1988 e 1994, esta autoridade permitiu à presidência negociar os acordos que levariam à formação do Acordo Livre de Comércio da América do Norte (ALCAN), entre os EUA, Canadá e México, e à formação do Organização de Comércio Livre (OCL). Estes acordos implicaram enormes transformações de leis domésticas, não apenas comerciais, como laborais, judiciais, ambientais, etc. Após a caducidade da autoridade especial, em 1994, o

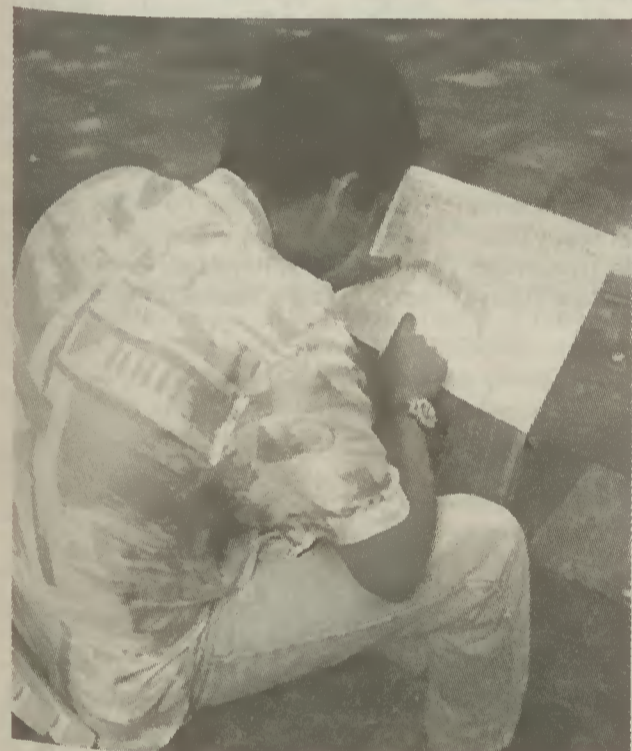
## Futuro sombrio

Mas o desejo de obter autoridade «Via Rápida» tem sido um objectivo prioritário da administração Bush, em grande medida para dar avanço às negociações para criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma área comercial que expande a ALCAN a 31 países das Américas. Esta medida tem sido fortemente contestada pelo movimento laboral e progressista, criando mesmo divisões no Partido Democrata. Ciente da pequena margem de voto no Congresso, a administração Bush exerceu fortes pressões, argumentando que no presente ambiente de recessão económica e crise de confiança no mercado de valores esta legislação daria um necessário sinal positivo. E nestas andanças ajudam sempre truques do processo administrativo. Os congressistas tiveram apenas algumas horas de aviso para estudarem o documento de mais de trezentas páginas finalizado na noite de quinta-feira por negociadores do Senado e Congresso. Bush visitou a Casa de Representantes na sexta, um medida fora do vulgar, para fazer um apelo em pessoa.

Durante o debate, o representante independente de Vermont, Bernie Sanders, perguntava: «A autoridade «Via Rápida» expande a nossa presente política comercial. Por que haveríamos nós de querer tal expansão? Quando se tem uma má política, porquê expandi-la?» Sanders referia-se às consequências negativas que a integração na ALCAN e OLC tiveram nos EUA.

Por seu lado, John Sweeney, presidente da AFL-CIO, a maior central sindical nos EUA, duvida que a «Via Rápida» venha estimular a confiança do mercado. Afinal, durante a expansão dos anos 90, o presidente Clinton não tinha esta autoridade. Sweeney prevê a continuação da erosão de empregos e um agravamento das condições laborais nos EUA e no estrangeiro.

presidente Clinton foi incapaz de convencer o Congresso a renová-la, em parte devido às preocupações entre democratas de que os processos de liberalização e globalização comercial estavam a custar empregos aos EUA e a reduzir os padrões de direitos laborais e ambientais.



Não é só o poder de Bush que aumenta, mas também o desemprego

todos os aspectos de acordos internacionais e apresentar a forma final ao Congresso. Este não tem oportunidade de discutir aspectos do acordo durante as negociações. Pode apenas aceitar ou recusar o acordo, não podendo alterar nenhum aspecto do tratado, ainda que este implique alterações de leis

## Desemprego em alta

O défice comercial dos EUA é presentemente da ordem dos 346 mil milhões de dólares, e a balança comercial agravou-se principalmente sob a ALCAN. O sector industrial tem sido o mais fortemente afectado, com um aumento de quase 160% do défice comercial entre 1994 e 2000. A fuga de

fábricas para países com salários mais baixos e padrões laborais e ambientais menos restritos, coincidiu com um dólar forte, estimulando o fluxo de investimento fora dos EUA. Embora as exportações tenham aumentado durante este período, as importações provindas do México, Canadá, China têm

aumentado a um ritmo maior. A balança do número de empregos tem sido também negativa. Estima-se que a redução líquida do número de empregos como consequência da implementação destes acordos seja na ordem dos três milhões de empregos, sendo os sectores industrial e agrícola os mais atingidos.

# Conde Drácula na Casa Branca

● André Levy

Ao colapso financeiro da companhia de energia Enron sucedeu-se

uma série de casos de fraude contabilística noutras companhias, culminando com o buraco financeiro de 4 mil milhões de dólares da Worldcom. A quebra de confiança dos investidores e os abalos nas bolsas de valores de Nova Iorque forçaram o presidente Bush a fazer discursos de ocasião, descrevendo a economia dos EUA como «a mais poderosa e prometedora do mundo» e merecedora de confiança, garantindo que a «longo prazo não existe capitalismo sem consciência»<sup>(1)</sup>. Mas os investidores entendem que os recentes escândalos não são casos isolados, mas fruto de um processo de fractura entre o inflacionado preço de troca de acções e o valor real das empresas.

O motor por detrás desta separação jaz em parte na forma de pagamento dos chefes executivos das corporações (CEC)<sup>(2)</sup>. Não só recebem salários na ordem dos milhões de dólares anualmente, mas são oferecidas opções sobre acções. Estas motivam os CEC a aumentarem o preço das acções a curto



prazo, a criarem a aparência ou promessa de riqueza. A produção de mercadorias e empregos, a criação de verdadeiro valor económico deixou de ser prioritário.

Nos anos noventa, esgotada a capacidade de aumentar o valor de acções através de despedimentos massivos e reestruturações, foi necessário encontrar novos meios de manter a ascensão de preços. Eis que entra ao serviço a magia da contabilidade criativa. A Enron subestimou sistematicamente o custo dos seus contratos de energia gerando lucros artificiais. A Dynegy, companhia de gás natural, criou a ilusão de grande actividade económica ao efectuar transacções que apenas se realizavam no papel mas que persuadiam investidores e inflacionavam o preço das suas acções. A Worldcom contabilizou custos reais de operação e matérias-primas como investimento em capital fixo, transformando assim prejuízos reais em expansão comercial. Qualquer que fosse o método, e como se verifica o repertório é vasto, desde que o preço das acções seguisse aumentando os CEC tinham garantidos vastos lucros pessoais. Perante a ameaça de desaceleração, os CEC estavam bem posicionados para abandonar o navio atempadamente.

## Vampiros

Os bancos de investimento e auditores, que supostamente deveriam sobrevisar as finanças das empresas e servir os interesses dos investidores fornecendo-lhes informações honestas sobre o estado real das empresas, surgem neste panorama como co-conspiradores. As firmas de contabilidade, como a Arthur Anderson, oferecem também serviços de consulta pelos quais recebem honorários mais altos que por fazer auditoria. Os bancos de investimento beneficiam da inflação das acções que eles mesmos possuem. Estes flagrantes conflitos de interesse revelam problemas estruturais que a classe política não só tem permitido mas da qual tem beneficiado. Nos últimos dez anos, as corporações «investiram» mais de mil milhões de dólares em campanhas eleitorais de ambos os partidos. Só assim se entende que as fraudes tenham tido lugar na área de actividade corporativa mais regulada e monitorizada. O chefe da Comissão de Títulos e Valores (CTV)<sup>(3)</sup> nomeado pelo presidente W.

Bush, Harvey Pitt, ex-advogado da Arthur Anderson, tem sido ávido defensor da dupla função das firmas de contabilidade como auditores e consultores de investimento.

Não admira que as palavras do presidente Bush<sup>(4)</sup> não tenham confortado os ânimos dos investidores e que a bolsa continue em queda. Afinal, olhando à volta só se vêem vampiros e na Casa Branca reside o Conde Drácula. Em 1986, a firma de petróleo Harken comprou uma firma em ruína dirigida por George W. Bush. Contava ganhar acesso aos contactos privilegiados do filho do então presidente dos EUA em troca de um salário generoso de 1,1 milhão de dólares em acções da

companhia. A Harken teve mau desempenho e fez uso de truques semelhantes aos usados pela Enron: membros da Harken, usando um empréstimo da própria Harken, compraram uma subsidiária da companhia a um preço exageradamente alto, gerando assim um lucro fictício que cobriu os prejuízos durante 1989. Bush aproveitou o preço inflacionado para vender as suas acções, lucrando mais de 800 milhões de dólares. Dois meses mais tarde o valor da Harken caiu em flecha. Apesar de claramente ter usufruído de informação interna e ter informado a CTV meses depois do que era exigido pela lei, a investigação da sua transacção foi abandonada. Não fosse o então chefe da CTV nomeado pelo primeiro presidente Bush.

<sup>(1)</sup> Discurso do presidente Bush em Wall Street, a 9 de Julho de 2002.

<sup>(2)</sup> A diferença entre os seus salários e o salário médio de um trabalhador aumentou de forma galopante nos anos 90. Em 1998, um CEC ganhava 419 vezes mais do que o trabalhador médio.

<sup>(3)</sup> Securities and Exchange Commission.

<sup>(4)</sup> As actividades do vice-presidente Dick Cheney, quando CEC da firma de petróleo Halliburton, estão sob investigação.



• Zillah  
Branco

# Voto não tem preço, tem consequência

**P**or mais que o atual governo do Brasil apregoe as grandes transformações que realizou no país para que atingisse o grau de modernidade exigido pelos grandes parceiros (se é que se pode considerar parceiras as nações mais poderosas que investem e comandam a globalização), o passado colonialista permanece visível não só na desequilibrada distribuição de renda - 37 milhões de brasileiros ainda vivem abaixo do nível de pobreza e a mortalidade infantil está próxima dos 30/1000 nados vivos - mas na consciência de subordinação da maioria dos eleitores aos caciques que esbanjam promessas em troca de votos.

O candidato a sucessor de Fernando Henrique Cardoso, José Serra, com a prática adquirida em altos postos governamentais e uma meticulosa formação política e académica que o levou de activista no movimento estudantil contra a ditadura militar, ao exílio no Chile e nos Estados Unidos onde se graduou como economista, e mais tarde já integrado no

PMDB ao lado de grandes figuras representantes do pensamento democrata - Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, Mário Covas - que substituíram os militares no governo Federal e nos principais Estados em 1985, vê na sua própria trajetória a evolução da vida nacional. Olha com miopia para os lados e acredita que os 160 milhões de brasileiros saltaram das suas modestas condições de classe média oriunda da imigração para a universidade, o movimento estudantil na década de 60, a acolhida fraterna no Chile de Allende e a solidariedade internacional, até cair nos braços da social-democracia que tinha os condimentos necessários para ocupar o poder deixado pela ditadura no fim do reinado. Esta ilusão acompanhou a outra, mais grosseira, dos que com o fomento à produção de frangos ficaram certos de que todos os brasileiros adotaram a carne de galinha na sua dieta deixando de ver que milhares comem no lixo das grandes cidades e milhões vivem de esmolas.

Nos dois mandatos em que pessoas como Fernando Henrique Cardoso e José Serra «modernizaram» a sociedade bra-

sileira, foram vendidas as maiores empresas nacionais e alimentada a estrutura financeira abrindo as portas à participação estrangeira. O assunto dos noticiários nacionais mudou do arroz com feijão para o frango, da poupança popular para o sobe e desce nas bolsas. As estatísticas nacionais revelaram um aumento do consumo de electrodomésticos, apesar do desemprego avassalador e da baixíssima renda da população. Até o presidente da República achou estranho o resultado, fingindo não saber que o trabalho informal predomina sem registo de renda para escapar ao fisco e que esta maravilha do mercado de consumo existe devido aos cheques sem fundo (inadimplência) e à total falta de fiscalização das vendas-piratas. Mesmo o famoso frango de preço acessível só agora se soube (porque a União Europeia cancelou a importação) que é alimentado com produtos cancerígenos. Esta é a verdade da modernização.

Não é fácil desvendar a verdade por mais simples que seja, pois a moderna social-democracia casou com o sector político mais conservador - representado pelo PFL liderado por antigas figuras

representativas do «coronelato» que dos latifúndios passaram com os mesmos métodos mandonistas, protegidos por jagunços, para as indústrias e os bancos - desde o início da sua ascensão ao Governo. É como os casamentos de conveniência que unem a riqueza de uma classe em declínio, mas com brasões, com a outra ligada à burguesia com os lustros universitários e dinheiro no bolso, promovendo grandes festas em público e cultivando os ódios entre quatro paredes.

## Coronelismo e social-democracia

Nos 500 anos de existência, o Brasil arrasta a mesma mentalidade nascida na sociedade rural, de dependência da maioria da população em relação aos representantes do poder económico que manejam as instituições públicas como parte dos seus feudos. Do Império para a República Velha, e desta para a Nova, passando pela Revolução Constitucional, a força dos «coronéis» no interior





# Curto e Grosso

QUER SABER:  
EU NÃO CONFIJO  
NO CARA, MAS  
VOTO NELE!



ELE  
ROUBA,  
MAS FAZ!



ELE  
MENTE,  
MAS  
CONVENCE!



ELE É  
CULPADO,  
MAS NINGUÉM  
PROVA!



E VOCÊ,  
O QUÊ  
ACHA?



ACHO QUE  
VOCÊ É UMA  
BESTA, MAS  
NÃO SABE!



do país, sobretudo no Nordeste e Norte, transitou para o lado dos vencedores sem nunca perder as suas características de origem feudal. O ex-presidente Sarney exemplificou este malabarismo ideológico passando das hostes da ditadura, da antiga Aliança Democrática (PFL), para o partido de oposição (MDB) que levou Tancredo Neves a tornar-se o primeiro presidente civil para destronar a ditadura militar. Com a morte repentina de Tancredo, o seu vice, que era Sarney, assumiu o poder em 1985 vestido de democrata.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, teve como vice-presidente nos dois mandatos o representante do PFL. Era uma amizade fraterna consolidada pelo senador António Carlos Magalhães, ex-governador da Baía e conhecido mandonista à antiga, que preparava o seu filho, deputado federal, para vir a ser presidente, com a cumplicidade de Fernando Henrique que o considerava «como um filho». No entanto, o jovem morre precocemente deixando um vazio na velha aliança da social-democracia, moderna e intelectual em boas relações com o FMI, com a velha oligarquia dos «coronéis», conservadora e latifundiária.

A filha de Sarney, que permanecera no partido de origem familiar, PFL, sendo governadora do Estado do Maranhão, lança-se como forte candidata à presidência com uma campanha televisiva bem estruturada que criava a imagem da mulher competente, de boa presença, moderna, com estilo de segurança familiar e profissional. Alcançava os melhores índices de adesão na pré-campanha até que surgiu uma denúncia indelével de mau uso de financiamentos públicos para projectos inexistentes na empresa dela e do marido, no cofre um milhão e meio de reais em notas de 50 para despesas controversas e mal explicadas. Como registou um analista político, «o prestígio de Rose-

ana Sarney era de *video* e se quebrou», e a candidatura foi retirada depois de muitos arroubos «coronelísticos» que não tiveram êxito no ambiente urbanizado da política nacional vestida de moderna e globalizada. Foi-se a noiva deixando novo vazio à dobradinha PSDB/PFL, ou seja do Brasil moderno com o antigo.

Os escândalos por corrupção e, sobretudo, a impunidade para figuras bem colocadas na escala do poder, são comuns e não deixam manchas que perdurem na memória dos que promovem alianças políticas. O azar de Roseana Sarney foi o momento em que tudo veio a público, nas vésperas da corrida eleitoral. Se ela ficasse como vice de José Serra, provavelmente tudo se arranjaria. Os demais candidatos manifestaram o seu pesar, creio que de coração. E ficou o problema de encontrar o vice para o candidato do PSDB, que necessariamente deverá ser do agrado do PFL se não for das suas próprias hostes.

## Oposição permanente

Diante desta ficção do país moderno criada pelos governantes de turno, urge incentivar as inúmeras iniciativas para o desenvolvimento de uma consciência de cidadania para que o processo cultural de escravização iniciado com a colonização que, no século XVI, dividiu as terras em latifúndios deixando os grandes senhores com o mando absoluto sobre gentes e instituições, possa ser desenraizado e abolido nos dias que correm.

Em artigo anterior referi uma imagem simbólica, de «um Estado popular dentro do Estado institucionalizado», para explicar as contradições da sociedade brasileira que abrem uma luz no fundo do túnel. Não corresponde à situação descrita por Amílcar Cabral,

quando conduzia a luta no interior da Guiné, com clara definição ideológica dos objectivos revolucionários de transformação de uma sociedade com divisões tribais, sob uma dominação estrangeira exercida por tropas de exército regular apoiado por serviço de inteligência policial. Mas, corresponde a um profundo e persistente trabalho junto às populações para que despertem a sua consciência no sentido de recusar a dominação cultural mantida pelas instituições e pelas estruturas políticas. Sob o peso de uma cultura marcada pelo domínio senhorial, dirigida por uma elite que controla as instituições públicas como ramificações das suas propriedades privadas por meio de compadrio nas nomeações e do uso da força para impor a *sua lei*, a consciência de classe fica fragilizada, sobretudo com o fantasma do desemprego pairando sobre todas as grandes empresas, como é habitual no mundo globalizado.

Em recente entrevista com o presidente do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Economia - que realizou o Censo em todo o Brasil, a sua frase final foi exactamente sobre os aspectos positivos e os negativos revelados neste último retrato da sociedade: renda mal distribuída, melhoria relativa em índices de saúde e educação, mas sobretudo *elementos que revelam o surgimento de uma consciência das raízes das diferenças sociais: afirmação étnica, livre escolha do estado civil sem subordinação a preconceitos, mulher como chefe de família, discriminação salarial*. E ele afirma: tais indicativos são positivos se formos capazes de resolver os problemas e serão preocupantes se não o formos porque poderão conduzir a um confronto imprevisível.

Não são poucos os que se preocupam. A CNBB - Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros -, que tem corajosamente assumido a defesa da popu-

lação mais carente analisando com objectividade os problemas políticos, económicos e sociais que estão na causa da miséria, realizou um plebiscito, há um ano, sobre se o Brasil deve ou não pagar a dívida externa que nunca se extingue e cada vez mais amarra o país à vontade dos Estados Unidos. Seis milhões de pessoas responderam contra o endividamento sem fim. Apesar de acusados de extremistas que pregam o «calote» internacional, os Bispos mantiveram a sua campanha que, mais que um plebiscito, servia para consciencializar a população sobre as manobras do FMI feitas nos segredos do governo em *economês* para que poucos entendam.

Agora está a ser lançada pela CNBB uma cartilha de cidadania para alertar os cidadãos sobre a importância do voto num sentido ético social e que recorda o velho laço de escravidão imposto pelos «coronéis» que existiam no meio rural e hoje se espalham pelas cidades: «O voto não tem preço; o voto tem consequência.» É um alerta à consciência dos que se habituaram a receber algo (mesmo que seja uma falsa promessa) para votar em quem vai traí-lo e a todo o povo quando ocupar o poder.

Todos os que lutam junto a este «Estado popular» sabem que as instituições e os políticos estão desacreditados, que a tendência do cidadão é virar as costas às eleições, por isso é necessário demonstrar exaustivamente a incoerência dos governantes que prometem melhorar as condições de vida enquanto vendem o património nacional a preço de feira para que outras nações usufruam e comandem a vida brasileira. A única maneira de pôr fim a esta falência é escolher com coerência pessoas honestas para as funções governamentais e, depois, cobrar-lhes sem descanso. É fortalecer este Estado popular dentro do outro, institucional e corrompido.



• Manoel de Lencastre

# Verão assassino no jardim dos imperialistas

## Os lobos uivam no mercado globalista

**A**lan Greenspan, presidente do Federal Reserve e defensor principal do equilíbrio das forças a que preside, as do capitalismo, declarou no passado dia 19: «Uma estranha doença de ganância infecciosa alargou-se a toda a comunidade dos negócios. A caça aos incentivos sobrepõe-se à devota capacidade de avaliação. São muitos os dirigentes em todos os ramos da actividade económica que se deixaram cair nesta armadilha.» Por outras palavras: demasiados chefes de empresa ou simples «businessmen» estão no negócio da chamada contabilidade criativa jogando com valores activos nos seus balanços que, na realidade, não existem.

Esta prática, velha como o próprio capitalismo, permite persuadir os auditores ou futuros investidores da existência de importantes créditos, que, no entanto, aguardam realização adequada. Ou que, despesas naturais avaliadas em milhares de milhões de dólares nunca, com efeito, tiveram lugar. Neste quadro, o balanço das empresas surge róseo, aliciante, e tanto os investidores que frequentam o mercado como os próprios simples cidadãos comuns que gostam de jogar na Bolsa, correm a comprar-lhes o papel na expectativa de bons dividendos. A verdade, entretanto, está em que os tais valores activos não existem no mundo real enquanto as tais despesas foram disseminadas por empresas-satélite. Nestes termos, ao aproximar-se a hora do destino, Greenspan vê-se confrontado com falências históricas no sistema, os investidores fogem com o que lhes resta e os cidadãos dizem adeus ao seu dinheiro. As perdas, como se sabe, são colossais e atingem todos os mercados onde a hidra do capitalismo sanguinário mas bem vestido ainda respira.

Na verdade, o sistema abalara, já, quando se produziu a falência da Enron e se conheceu o drama da República Argentina. Mas a situação da WorldCom (falência: 30 000 milhões de dólares) criou um pânico e um medo a que não foi possível resistir. O castelo do imperialismo ainda só tremeu, mas são profundas as brechas que se abriram nos seus reduzidos defensivos.

### George W. Bush e Dick Cheney na defensiva

Perante o escândalo produzido pelos actos corruptos dos grandes capitães da indústria, ouviu-se a voz de George W. Bush a exigir dos meios de Wall Street e de todos os negócios em geral aquele mínimo de candura e de seriedade que o povo americano tem o direito de exigir. Mas logo



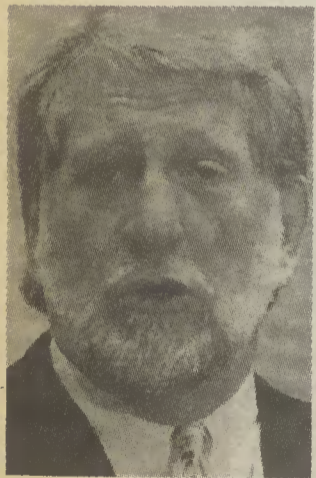
Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve, não consegue esconder que o «seu» capitalismo está em crise

surgiram revelações de que escândalos idênticos atingem a pessoa do vice-presidente, Dick Cheney, que recorreu a práticas contabilísticas ilegais na sua empresa do ramo dos petróleos, a Halliburton, já sob investigação da Comissão de Garantias e Trocas do Senado americano. Quanto ao próprio presidente, diz-se que procedeu à venda de acções de uma empresa que possuía, a Harken Energy, mas que escondeu do público essa venda, devido a que a empresa, ao que parece, entrara em dificuldades financeiras...

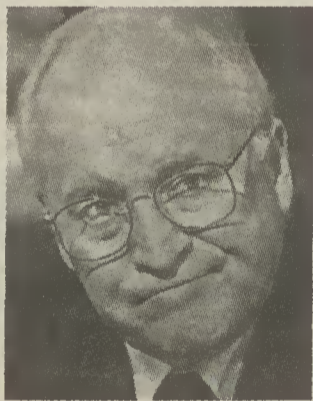
A falência da WorldCom, instigada por um grupo de bancos, arrasta muitos milhares de pessoas para o desemprego e provoca fortes prejuízos aos Fundos de Reforma e Pensões que nela investiram as poupanças dos seus clientes. Dois destes Fundos, baseados no Illinois, perderam milhões de dólares, assim como o Sistema de Reforma dos Professores e o Sistema de Reformas das Universidades, também daquele Estado americano. Os

dirigentes destas organizações acusam a WorldCom de ter vendido no mercado cerca de 12 mil de milhões de dólares em títulos, mesmo sabendo que a falência lhe batia à porta...

Naturalmente, a comprovada baixa credibilidade dos homens de grande «show off» nos negócios americanos, conduziu a que Alan Greenspan tomasse medidas secretas mandando os lobos tomar conta das ovelhas. Logo o mercado de acções de Wall Street arrastou Londres, Paris, Frankfurt, Tóquio, na sua turbulência reduzindo a pó valores que se tinham acumulado desde o «crash» de 1987. O que os povos estão a aprender com esta situação é que o capitalismo, no fim de contas, é sempre igual a si mesmo. Mas o presidente do BIS (Banco de Regularizações Internacionais) sediado na Suíça, Nout Wellink, declarou: «Perdas nesta escala, a repetir-se, colocarão em perigo a já duvidosa recuperação económica enquanto as



Bernie Ebbers



Dick Cheney

## O castigo, segundo George Bush

O presidente Bush não perdeu tempo em arvorar-se como o baluarte que defende a moralidade e as regras de bons princípios entre os «businessmen» do seu país. Não podendo voltar-se contra os mais poderosos, exigiu que John Rigas, um falsificador modesto que, apenas, realizara uma fraude não superior a mil milhões de dólares, fosse detido.

Pressurosos, os agentes da autoridade foram buscá-lo e aos filhos, Timothy e Michael, acusando-os a todos de terem roubado a companhia de que eram proprietários, a «Adelphia Communications». Parece que usavam a companhia como o seu Banco pessoal concedendo empréstimos a si próprios, construindo campos de golfe particulares e financiando despesas com o aluguer de «jactos» e com viagens para safaris em África. Disse o presidente da comissão designada por Bush para investigar fraudes nas empresas: «Os senhores, sistematicamente, roubaram à vossa companhia

muitas centenas de milhões de dólares. A vossa, é uma das mais «egregias» formas de fraude que até hoje conheci.»

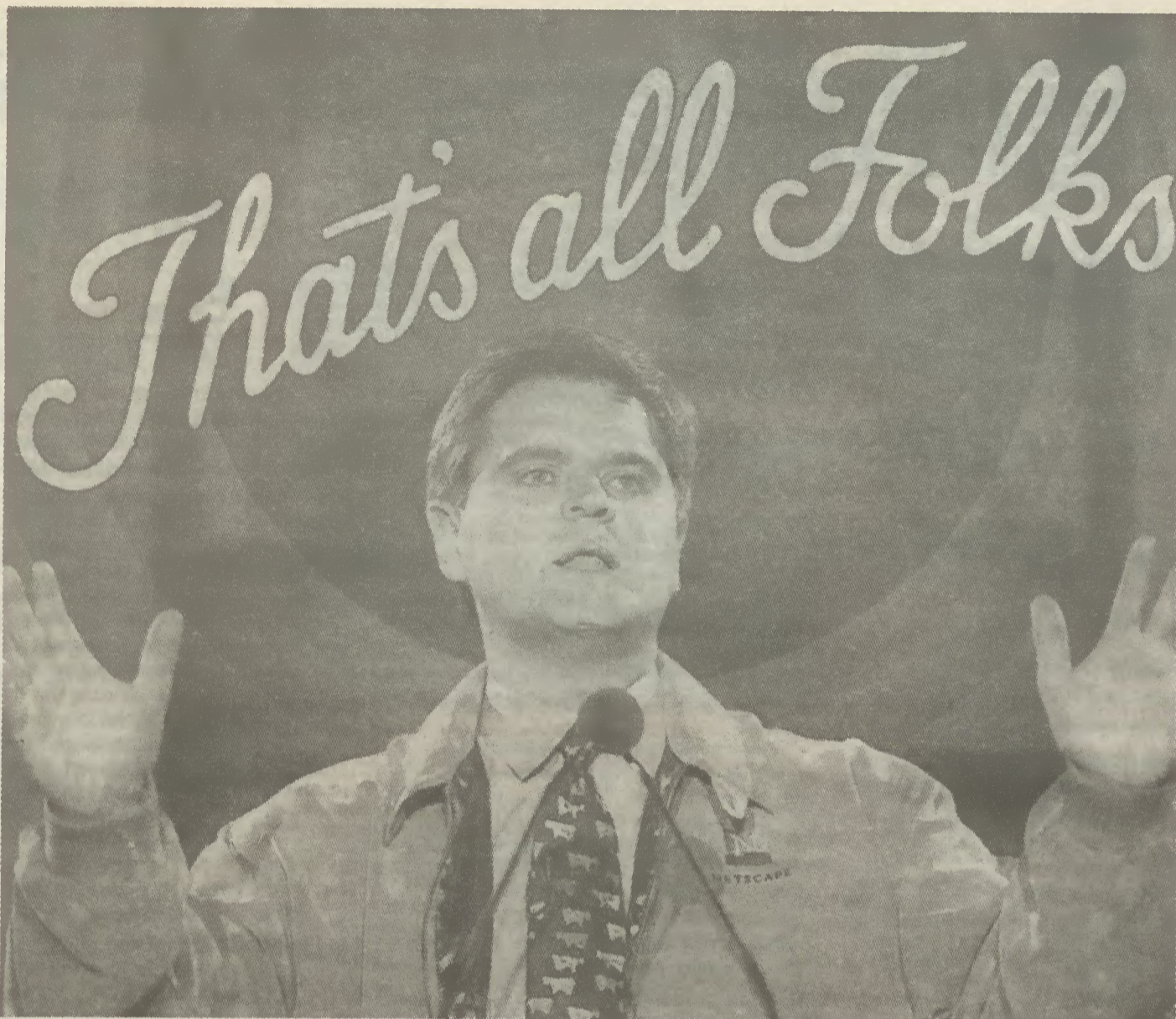
Os corpos gerentes da «Adelphia» são acusados, também, de enganar os investidores produzindo documentos contabilísticos falsos que atribuíam à empresa lucros inexistentes e escondiam os levantamentos ilegais realizados pelos administradores. Onde vimos já tudo isto? A cultura do capitalismo, sem dúvida, é universal. Para dar lógica à prisão de John Rigas, Bush teria de mandar prender, também, metade dos «businessmen» americanos. Mas não tem força para isso. Ele é um gigante com pés de barro...

A outro nível, o crescente número de escândalos financeiros e a consequente perda de confiança do povo americano nos meios de negócios do seu país levou a celebrada amalgamação entre a AOL (America On Line) e a Time-Warner a ser cancelada. Porquê? Porque os dirigentes de ambas as

empresas compreenderam não ser adequado o momento actual para solicitarem ao mercado a subscrição de papel do novo conglomerado. Melhor foi, portanto, fazer recuar o projecto e pôr fim a um negócio aliciante de 106 mil milhões de dólares. Consequentemente, as acções de um e outro grupos em causa começaram a cair para níveis catastróficos enquanto os investidores em perspectiva declaravam terem-lhes sido feitas promessas falsas. A AOL viu-se forçada a cancelar mais de 54 mil milhões de dólares nos valores activos do seu balanço devido a não poder garantir a respectiva veracidade.

Quanto à Time Warner, herdeira de grandes nomes da indústria das comunicações e da publicidade e uma das bandeiras da chamada «nova economia», viu-se objecto de um comentário pouco confortável: «O maior império da história dos media, começa a desaparecer.» Para bom entendedor...





Steve Case, presidente da AOL Time Warner: os problemas podem acabar com a visão futurista de espectáculo doméstico

## A economia americana não está em recuperação O capitalismo numa curva perigosa

consequências do que se tem passado na Argentina ainda estão para fazer-se sentir.» No mesmo estilo, Billy Tauzan, do Comité para a Energia e Comércio, da Câmara dos Representantes americana, disse: «Os escândalos a que estamos a assistir não reflectem, como se pretende, simples erros de contabilidade das empresas. Trata-se de um orquestrado esforço para enganar os investidores.»

Os lucros da WorldCom não existiam. Os da Enron não existiam. Agora, toda a gente sabe que os lucros de mais de metade das grandes empresas americanas podem ser falsos. Andam a enganar o mundo. E para que o engano possa persistir, vão atacar o Iraque...

As catastróficas perdas verificadas nos índices das Bolsas de Valores representam uma tendência para o medo no ânimo dos especuladores que nelas operam. Têm uma inegável carga psicológica. Mas não definem o estado das economias. Tudo o que ontem caiu, o capitalismo ainda tem meios para fazer subir, mobilizando o sistema. O que está a preocupar os teóricos da evolução do mercado global é a quebra do consumo nos grandes centros, a perda de confiança de milhões de consumidores. É isto que leva, directamente, à crise económica, à derrapagem do quadro produtivo, ao fecho de fábricas e ao desemprego. Por outro lado, o abanão sofrido pela moeda

americana, os défices da balança comercial e o endividamento do governo de Washington perante os seus credores internacionais dizem-nos bastante mais.

Fala-se em novas falências, algumas envolvendo valores mais elevados do que os da WorldCom. Está em plena operação uma fábrica de boatos em toda a esfera das actividades económicas americanas. Mas o que ninguém pode negar é o significado do aviso emitido pelo Departamento do Comércio, pleno de pessimismo: «Em Junho, as encomendas à indústria baixaram 3,8%.» Perante informações deste jaez, o jogo de boatos acelerou mas as fábricas começaram a abrandar tentando equilibrar a produção

relativamente a inferiores carteiras de encomendas. Para os trabalhadores, tudo isto são más notícias. E a conhecida revista internacional «Time-Magazine» escrevia: «Será possível a partir de agora alguém entrar na reforma?» Indicava que nada menos de 42 milhões de americanos subscritores de apólices de seguros de reforma assistem, já, à espectacular queda dos seus valores devido às perdas sofridas pelas seguradoras. A atitude dos bancos é crucial. Tentam sugerir que não estão apanhados nas grandes falências, mas o desemprego no sector prossegue, monotonamente, e os negócios baixaram em mais de 150 000 milhões de dólares. Nada menos de 60 bancos têm largos créditos na WorldCom, na Enron, na Global Crossing. Há rumores quanto à situação financeira de muitos deles. Com medo, tentam, desesperadamente, animar o mercado para que a moeda verde se aguente. Mas surgem negras notícias no horizonte: a AT&T, a Lucent, a Tyco International levam ao conhecimento público os números catastróficos dos seus balanços.

A queda do dólar relativamente ao euro e à libra esterlina explica-se pelos resultados da balança comercial em Abril – um aumento do défice de 10,7% ou 35,9 mil milhões de dólares. Em Maio a tendência negativa subiu para 37 mil milhões. Os saldos desfavoráveis registados pela economia americana carecem de óbvio financiamento. Mas, no momento actual, ninguém parece disposto a comprar valores em Wall Street. O apetite geral por carros estrangeiros, aparelhagem electrónica e vestuário de marca, tudo importado, está a custar caro à economia dos Estados Unidos. Em Abril, as importações ascenderam a 116 000 milhões de dólares. Estima-se que o saldo negativo da balança comercial para todo o ano atinja a soma inacreditável de 450 000 milhões de dólares. Disse Adrian Smith, do Royal Bank of Scotland: «A estes níveis, a posição do dólar, a médio prazo, é insustentável.»

### Alarme no campo das seguradoras Quem vai confiar-lhes o amanhã?

Está bem à vista que as mais sensacionais perdas nas Bolsas internacionais foram as sustentadas pelas companhias de seguros de vida, pensões e reformas. Essas companhias têm estado a vender consideráveis valores retidos em carteira para poderem manter os níveis de solvência requeridos - ou os Fundos onde as pessoas depositam as suas poupanças com vista ao futuro, entram em ruptura. Michael Howard, antigo ministro britânico, disse: «Há uma bomba de relógio pronta a explodir no campo das pensões e reformas.»

O pânico das seguradoras tornou-se evidente nos últimos dias. A Aviva (antiga Commercial Union) e a Royal & Sun Alliance viram em perigo as suas posições. Outras companhias, como a Friends Provident, a Axa, a Prudential, a Legal & General, estão a perder terreno dia após dia. Quanto à Britannic, disse o Banco holandês ABN-Amro, que está à beira de atingir os níveis mínimos permitidos pelas suas obrigações relativamente ao capital aceite aos subscritores de apólices. Aquele Banco disse pensar que a companhia tinha investido 71% dos valores dos clientes em vários esquemas dos casinos bolsistas. Da AMP (Australian Mutual Provident) disse-se que estava a injectar capital para salvar fundos que ameaçavam ruptura.

O mais famoso dos fundos americanos (pensões e reformas), o «Magellan», da Fidelity Investments, viu o valor dos seus activos cair para menos de 60 000 milhões de

dólares porque os clientes fizeram importantes retiradas de dinheiro ou cancelaram apólices. O valor daquele fundo, há 2 anos, era de 110 000 milhões. O seu declínio, devido à falta de confiança dos subscritores, é considerável, como se vê. Tinha mais de 6 milhões de depositantes. Na Grã-Bretanha, nada menos de 7 «trusts» viram o seu papel suspenso na Bolsa. O BC Income & Growth e o Framlington Health and Income declararam-se insolventes e pediram a respectiva liquidação. O segundo, garantia reformas e serviços de saúde, simultaneamente. Fornecia um futuro completo. Mas tornou mais negro o amanhã dos seus depositantes...

A companhia de seguros holandesa Aegon, a quinta no «ranking» mundial, anunciou que os seus lucros, afinal, não serão tão altos como esperava. Culpando a deterioração das condições do mercado e a perda de valor do dólar, a seguradora disse que esperava lucros de menos 30 ou 35%. Também a Fortis (Benelux) se viu fortemente penalizada pelo mercado. Alegou-se que a situação da companhia criava dúvidas devido ao perigo de investimentos feitos na Jackson National Life (americana). Na última quinta-feira, a gigantesca e famosíssima Pru (Prudential) declarou que os seus lucros desciriam em 55%. O mundo, decididamente, anda a fugir às seguradoras. Elas, por seu lado, fogem do próprio destino. Quem vai confiar-lhes as suas economias? Quem vai entregar-lhes o seu amanhã?



# A Segurança Social

## é uma conquista histórica

**O Sistema Público de Segurança Social é uma das grandes conquistas do 25 de Abril.**

Antes deste sistema havia o limitado e restrito regime de Previdência instituído em 1935, que sofreu algumas reformas em 1962, mas que apenas abrangia os regimes contributivos, embora não contemplasse as situações de desemprego e as pensões de sobrevivência, entre outras. Esta «Previdência», sujeita à dinâmica da Revolução, acabou por integrar, ao longo dos anos, um vasto conjunto de direitos.

● Anselmo Dias

Este processo, enquadrado pelo normativo Constitucional, determinou que, em 1984, fosse constituído, pela 1.ª vez em Portugal, um Sistema Público de Segurança Social, consagrando uma conquista civilizacional cuja razão de ser é a protecção dos cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho.

O desenvolvimento deste Sistema Público, a sua maior abrangência, bem como a tipificação de novos direitos, no contexto de notórias contradições e da luta de interesses, suscitou uma ampla discussão na sociedade portuguesa que culminou com a sua revisão, tendo o PCP contribuído para essa discussão com um projecto próprio e, com o seu voto, para a viabilização da actual Lei de Bases, cujo conteúdo final, publicado em Agosto de 2000, se distanciou positivamente das propostas iniciais do PS e das pressões da direita.

Não obstante algumas lacunas, esta lei consagra alguns princípios fundamentais de que destacamos, nomeadamente: a universalidade, a equidade social, a solidariedade, a inserção social, etc.

Estes e outros princípios, consubstanciados em direitos concretos faz com que estejamos perante uma realidade transversal a quase toda a sociedade portuguesa, envolvendo vários milhões de nossos concidadãos, quer como beneficiários activos (cerca de 4 300 000) quer como familiares dos beneficiários.

A tal propósito referimos que os dados disponíveis apontam para a existência de cerca de: **2 500 000 reformados e pensionistas; 1 700 000 crianças e jovens a receberem o subsídio familiar nas suas diversas formas; 160 000 desempregados a receberem o respectivo subsídio; 660 000 trabalhadores a beneficiarem, por ano e em média, do subsídio de doença.**

A estas situações acrescem outras prestações sociais de índole muito diversificada, pois o Sistema Público de Segurança Social não se esgota aqui.

A evidência da transversalidade do Sistema é, pois, um dado positivo.

### A modéstia dos benefícios da Segurança Social tem autores

Há, contudo, situações negativas que importa salientar. É uma delas tem a ver com o baixo valor das prestações e subsídios.

É bom não esquecer que o valor médio das pensões e reformas do regime geral é de cerca de 49 000\$00, que a pensão social é de 27 720\$00 e que um trabalhador, auferindo um salário inferior a 104 655\$00, recebe apenas

5260\$00 se tiver um filho com mais de 1 ano de idade.

Transformemos tais valores num cabaz de compras e ver-se-á como é difícil viver com tais valores.

A modéstia desta situação tem responsáveis, com rosto, nomes e projectos políticos, balizados ora no PS ora no PSD e vice-versa, com especial destaque para os objectivos da direita e do patronato que nunca se conformaram com o conteúdo solidário da Segurança Social e tudo fizeram para o minimizar, embora não tivessem sido capazes de o destruir. Não o destruíram, é certo, mas enfraqueceram-no, sendo disso prova provada as dívidas do Estado (1,9 mil milhões de contos) e do patronato (420 milhões de contos) à Segurança Social, a permissividade quanto à fraude e evasão fiscal (cerca de 800 milhões de contos anuais), a alteração da idade de reforma das mulheres e a gravosa alteração da fórmula de cálculo das pensões, situações que, a serem corrigidas, possibilitariam, isso sim, um maior desafogo financeiro da Segurança Social e, reflexamente, maiores benefícios para os utentes. Tais partidos, agora no Governo, vêm, de novo, atacar com redobrada violência o Sistema Público de Segurança Social.

Com que argumentos? Com falsos argumentos!

### Tectos contributivos – a luva para os dedos do capitalismo

Eles (a direita e a extrema-direita) invocam uma pretensa e delirante dificuldade financeira, não quantificada, a ter lugar daqui a não se sabe quanto tempo, para, desde já, afectar financeiramente um sistema que está de boa saúde e que se recomenda.

E porquê? Porque assim o exigem os bancos, as seguradoras e as empresas gestoras de fundos de pensões, cujos interesses têm assento próprio no interior do Governo.

Com o falso argumento da sustentabilidade do Sistema o Governo quer impor a criação de tectos contributivos cujas consequências são:

1.º – a redução imediata das receitas para a Segurança Social;

2.º – privilegiar os patrões isentando-os de pagar 23,75% sobre a parte do salário acima do tecto contributivo;

3.º – transferir para o sistema financeiro uma parte dos descontos que os trabalhadores fazem para a Segurança Social.

Do atrás referido resultam outras tantas consequências. Assim:

– havendo menos receitas para a segurança social daí resultaria, certamente, um corte nos actuais subsídios;

– os lucros dos patrões cresceriam na razão directa do atrás referido;

– os trabalhadores alvo dos tectos contributivos veriam as suas reformas certas, garantidas pela actual fórmula matemática, serem transformadas em reformas incertas pela volatilidade do mercado de acções de que a multinacional Enron é, apenas, um simples caso entre muitos casos.

Estas são as pretensões do Governo.

Mas o Governo não faz o que quer. Está nas mãos dos trabalhadores, dos reformados, dos pensionistas e do povo português defender o sistema público de Segurança Social.

O PCP estará, obviamente, na primeira linha desse combate!

# Meias verdades e inverdades

Sob o título «O nome das coisas - Mudar o nome às ruas, praças e avenidas nunca foi boa política», publicou o «Jornal de Notícias», em 2 do corrente, um artigo do jornalista Jorge Vilas, que contém diversas inexactidões e meias verdades que devem ser esclarecidas.

● Raul Castro

Para começar, a mudança de nomes, em muitos casos, não só é de boa política como é tão imperativa, bastando referir a «Ponte 25 de Abril» e até a Rua 31 de Janeiro, no Porto, que antes mesmo do 25 de Abril, e então com o nome de «Santo António» com que o fascismo substituiu o nome de «31 de Janeiro», posto durante o regime republicano, chegou a ter, durante o tempo de chegar a PSP, o nome de «31 de Janeiro» que um grupo de estudantes antifascistas ali colocou numa simples folha de cartolina, que a referida PSP logo acorreu a retirar.

Em relação à proposta do então presidente da Câmara do Porto, Arqt.º Alfredo Coelho de Magalhães, de atribuir os nomes de Francisco Sá Carneiro à Avenida da Boavista e do Eng.º Amaro da Costa à Rua do Campo Alegre, alguns factos quero referir.

Era eu, então, vereador eleito da APU, e tinha sido tão desastrosa a administração do Arqt.º Magalhães que ele actuava sem o apoio dos vereadores do PSD, partido pelo qual fora eleito, e elaborou aquela proposta sem delas lhes dar conhecimento.

Na reunião de Câmara em que o Arqt.º Magalhães apresentou aquela proposta, não me recorde de vozes de «prestigiados social-democratas» que se tenham levantado contra tal proposta.

Mas recorde-me de eu ter, ironicamente, recordado o que se havia passado durante o fascismo com um presidente da Câmara do Porto, o coronel Licínio Preza, que, ao fazer uma administração que punha em perigo a sua continuidade no lugar, apresentou uma proposta para ser erigido um monumento a Salazar, o que não evitou o seu afastamento do cargo. E terminei dizendo que «qualquer semelhança deste caso com o proposto pelo presidente era mera coincidência»...

E claro que a proposta não foi aprovada, e só agravou o desentendimento dos vereadores do PSD com o então presidente da Câmara eleito pelo seu partido.

### O que faltou dizer

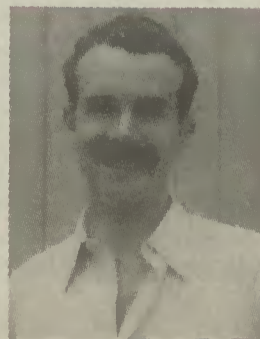
Quanto à atribuição do nome de Guilherme da Costa Carvalho à rua do Porto que, durante o fascismo, ostentava o nome de Dr. Alberto Pinheiro Torres, quero recordar o caso verídico dum indivíduo que, não conseguindo arranjar emprego, escreveu uma carta ao ministro da Justiça pedindo para mudar o nome para «Pinheiro Torres, Pires de Lima ou Pinto Mesquita», que eram os nomes mais destacados, no Porto, de apoiantes do salazarismo.

Será necessário acrescentar que o seu pedido não foi atendido e continuou desempregado?

Finalmente, a meia verdade com que o autor do artigo se refere a Guilherme da Costa Carvalho como «respeitado "antifascista"», vítima da PIDE/DGS. A verdade, que decerto o articulista não desconhece, é que Guilherme da Costa Carvalho foi um comunista, um destacado militante do PCP, a quem dedicou toda a sua vida. Embora fosse então estudante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, e a fortuna de seu pai lhe pudesse garantir que vivesse com todas as comodidades, Guilherme da Costa Carvalho trocou essa vida pela dura vida de funcionário do PCP, conheceu o Campo de Concentração do Tarrafal e outras prisões fascistas, tendo sido um dos participantes na fuga do Forte de Peniche, e só libertado pela PIDE quando esta verificou que a sua vida em breve terminaria.

Ora, dizer de um homem destes que foi «um respeitado "antifascista"», vítima da PIDE/DGS, é algo que tanto se pode dizer de Guilherme da Costa Carvalho como de qualquer um dos muitos milhares de portugueses que eram antifascistas e foram vítimas da PIDE/DGS.

O que faltou dizer, a «meia verdade», ou o «nome das coisas», é que Guilherme da Costa Carvalho, além de «antifascista» e vítima da PIDE/DGS, foi um comunista, foi um exemplo de militante do PCP a cujos ideais, e ao serviço do seu povo, dedicou toda a sua vida, desde a juventude.



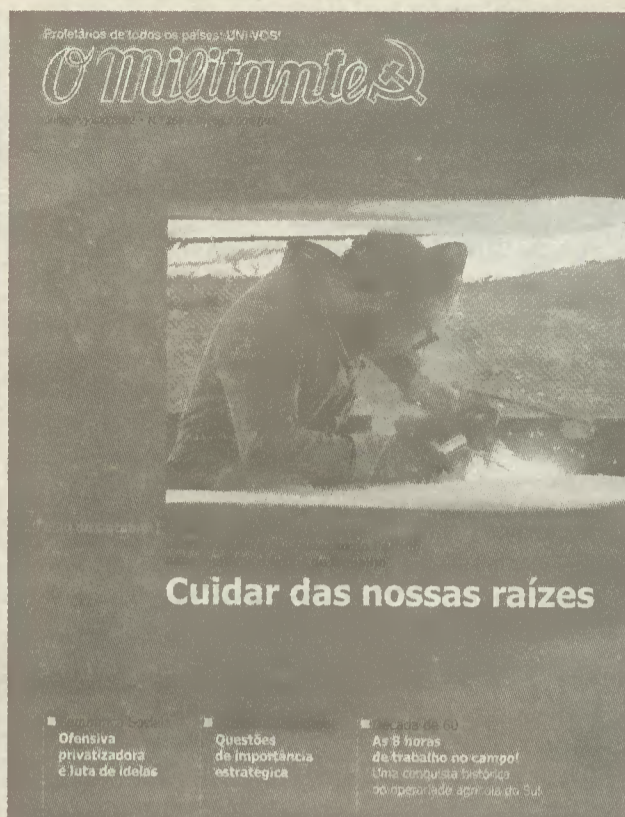


## Publicações

• Leandro Martins

**E**m pleno mês de Julho, a tempo de o levar para férias ou de o encontrar nos pontos de venda habituais, aí está o n.º 259 de **O Militante**, referente aos meses de Julho-Agosto. Portanto, bem atempadamente.

Poderemos dizer, como já dissemos de outros números desta prestigiada revista que se dirige mais particularmente aos militantes e quadros do Partido, que se trata de um número virado para o futuro imediato, para as tarefas que convocam o empenhamento dos comunistas. Como aliás refere a *Abertura*, sob o título **Ao trabalho, camaradas!**, é tempo agora de concretizar orientações, após a realização da Conferência Nacional de 22 de Junho. E o artigo esclarece que levar à prática orientações e decisões significa, no fundamental, «três coisas, distintas na forma mas inseparáveis no conteúdo»: «Em primeiro lugar, decidida e audaciosamente», sublinha, «voltar o Partido para fora, para as massas, para a luta, mobilizando as energias e recursos



## O Militante

que possuímos – e são muitos e sem qualquer paralelo no panorama político português – para o combate à violenta ofensiva reaccionária antipopular do governo da direita.» Em segundo lugar, «trata-se de relançar o empenho do Partido nas tarefas de organização, tarefas que não se “soman” antes articulam dialecticamente com a luta». Em terceiro lugar, adianta ainda o artigo de abertura, «é necessário cuidar da unidade do Partido como “menina dos nossos olhos”, unidade em que são essenciais o acordo com o Programa e a orientação política, o cumprimento dos princípios e normas de organização e a actuação para o cumprimento das tarefas decididas».

O artigo seguinte chama também a atenção para a necessidade de um **PCP mais forte**, sublinhando que «a força e a capacidade de intervenção do Partido é também indissociável da sua coesão, baseada numa única direcção central e numa orientação geral única».

Segue-se uma série de trabalhos tratando temas de actualidade. Fernanda Mateus escreve sobre as questões de Segurança Social, no artigo **Ofensiva privatizadora e luta de ideias**. Da autoria de Anselmo Dias apresenta um artigo sobre o **Rendimento Mínimo Garantido**.

Três artigos sob a epígrafe do próximo **Encontro Nacional**: Júlio Vintém escreve sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, **Pilar fundamental da nossa força**; um texto sobre **A mulher no mercado de trabalho**; outro sobre **Trabalho a tempo parcial – um mercado de enganos**.

«Porto 2001» – e agora?, é um artigo de Jorge Sarabando, integrado na secção **Cultura**, enquanto Rui Namorado Rosa, na secção **Ensino**, escreve sobre o «**Processo de Bolonha**», **Ameaças e oportunidades**. Outros temas são propostos ao leitor: Maria Piedade

Morgadinho chama a atenção para que **Novas ameaças espreitam o regime democrático; Partido e Juventude - Questões de importância estratégica**, escreve Luísa Araújo; José Casanova dedica um artigo à Conferência Nacional do PCP - **A Conferência e a luta**.

Em tempo de actualidade e neste número virado para o futuro, ainda temos a oportunidade de um olhar sobre o passado mais significativo da nossa luta. Trata-se de um texto de António Gervásio, sobre **As 8 horas de trabalho no campo, Uma conquista histórica do operariado agrícola do Sul**.

Acerca do Alentejo, Lino de Carvalho debruça-se sobre as **Mudanças Sociais** e os **Novos desafios**. As **crises sistémicas do capitalismo** são objecto de um trabalho de Pedro Carvalho, que escreve sobre **A situação económica na Triade**.

Vêm, finalmente, as secções também habituais, a encerrar este número de **O Militante**. E, para além das **Notas e Comentários** e dos **Documentos** - desta vez com a publicação do Comunicado do Comité Central de 15 de Maio e do texto assinado pelo Secretariado e pela Comissão Política do CC esclarecendo as razões para a não convocação do Congresso -, permitam-me chamar a atenção para a **Oferta de livros**: quem se tornar assinante ou angarie um novo assinante desta publicação, recebe um livro. E desta vez trata-se de um livro clássico do marxismo, da autoria de Engels que, com ele, baseando-se nas investigações de Morgan e nos estudos de Marx, desvenda **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Num momento em que mais de um século se passou sobre esta obra e em que muita água correu sob a ponte da História, é interessante verificar o vigor e a actualidade deste livro.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Arte, precisa-se

#### Sabor amargo

Tudo o que escrevo é vão  
e sabe a ninharía  
ah, encontrar a razão  
da poesia!

Sei que o gemido não adianta  
que é preciso gritar, mas logo  
morre-me o grito na garganta  
em fogo.

Que é que eu digo a quem vai pela borda fora  
e a quem tem fome ao pé da mesa lauta?  
O quê, dar-lhe um ramilhete de flora  
e flauta?

– Sofres sem ter porquê  
(diz-me o bom senso plebeu)  
esse a quem te referes não te lê.”  
(Mas leio-me eu)

E como quem embala a raiva mansa  
em busca de uma estrela  
colho no meu jardim uma esperança  
ponho-a na lapela.

#### Lição

Estiveram em risco  
de perder o trabalho.

Teimaram.  
O inverno, o verão  
e nunca abandonaram  
o portão da fábrica  
noites e dias.

– Vencemos!  
grita um.  
Diz outro:  
Venceremos!

Óptima altura para  
recarregar baterias.

#### Urgente!

Camarada  
na frente de combate  
ensina-me  
a escrever versos.

Camarada  
com os salários em atraso  
ensina-me a  
escrever versos.

Camarada  
que passas as férias trabalhando  
na festa do Avante  
ensina-me a escrever  
versos.

Camarada  
que estendes o punho  
e não a mão em concha  
ensina-me a escrever versos.

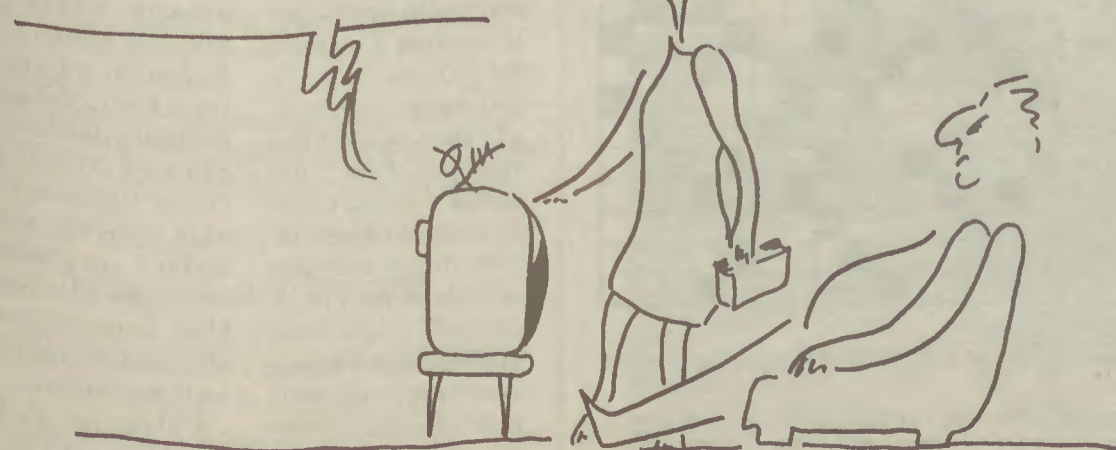
Ensinai-me  
os segredos  
pois sinto que os meus versos  
me escapam entre os dedos.

## Cartoon

• Monginho

A SEGUIR AO TELEJORNAL  
NÃO PERCA,  
AS FÉRIAS DOS NOTÁVEIS,  
NOVIDADES NO FUTEBOL,  
O TEMPO QUE VAMOS TER.  
NÃO DESLIGUE...!

DESCULPA... MAS  
NÃO DISSESTE POR FAVOR!





# Religiões

• Jorge Messias

Para que se fique com uma ideia aproximada do que se passou nesta primeira elevação dos capitais da TVI, basta ler-se um pouco do que então foi divulgado acerca de tão escura operação. Dizia-se, no «Público» de 21.1.94, que o aumento de capital tinha sido totalmente realizado, constituindo, nesse sentido, um êxito. Mas estranhava-se que continuasse a não se saber «quem tem o quê, no canal de inspiração cristã». Os intermediários londrinos tinham dado ordem para a compra de um lote de 4 milhões de acções. Portanto, como o total das acções emitidas para o aumento de capital fora de 5 milhões, teria ficado de fora 1 milhão de títulos sem compradores identificados.

## O projecto televisivo da Igreja Católica (VI)

O jornal avançava, entretanto, algumas informações com interesse. A gigantesca operação financeira tinha sido preparada e executada pelo banco CISF, do grupo do BCP. Era também esse banco que estava a fazer a triagem (ou o «rateio») do milhão de acções que teria sido adquirido pelos pequenos investidores, segundo o slogan populista desenvolvido ao longo da campanha: «Seja dono da televisão que vê!» E ficou, igualmente, claro que o BCP tinha comprado, através da CISF, uma importante carteira de papéis. Entretanto, revelava-se que a Igreja do Reino de Deus demonstrara ter um grande interesse neste negócio, ninguém podendo garantir se sim, ou se não, esse interesse tinha sido concretizado. Falou-se, na altura, de um investimento de 1,5 milhão de contos, correspondendo a 10% ou 15% do capital social da TVI. Três semanas depois, em 18.02.94, dizia-se no *Expresso* «ser convicção do Governo que a maioria dos capitais da TVI passaram para as mãos de franceses. Mais propriamente, para a holding estatal que acaba de entrar no Canal Plus... O Governo (português) não vai dei-

xar que estrangeiros se mascarem com a televisão cristã para fazer negócios de telecomunicações em Portugal... A TVI já fala francês!». E revela-se, logo a seguir, que os fundos de pensões que ficaram com 45% dos capitais da TVI pertencem, todos eles, à Cogecom francesa que agrupa duas «holdings» poderosas: a France Telecom, então dirigida por um amigo íntimo de Mitterrand, e a Telledifusion de France (TDF). E que o Canal Plus acabava de ser comprado pela «Compagnie Générale des Eaux», em parceria com o Estado francês.

### TVI Connection

A «Générale des Eaux» transformava-se assim, do pé para a mão, de grupo especializado na tecnologia hidráulica «num dos principais empresários do mundo dos mass media», tal como no «Expresso» se afirmava. Aliás, o grupo GE mostrou-se particularmente agressivo, naquele ano de 1994. Formou um sindicato financeiro que reunia os três maiores accionistas do Canal Plus (Générale des Eaux, Havas e Société Générale) e assumiu a gestão de 49% do capital da rede de televisão do Canal Plus. Desenvolveu estratégias de expansão no sentido de obter o controlo total dos audiovisuais belgas, luxemburgueses e checos. Em Portugal, interessava-lhe particularmente o projecto da RETI (a rede independente de emissão de sinais). É sintomático que tão poderoso grupo de empresas como o da GE, seja de há muito considerado pelos analistas como fazendo parte do império económico do Opus Dei. Entretanto, a TVI não cessava de ser notícia. Da presidência da estação sai Roberto Carneiro, volta Magalhães Crespo (que não aquece o lugar) e Carlos Melancia mal entra, volta a sair. Segundo a versão oficial, a TVI está à beira da falência, minada por uma má gestão e pelo aventureirismo financeiro. Jacques Rodrigues, patrão do «Rei dos Livros» (Opus Dei), surge a dizer que comprara 65% do capital da TVI mas, logo a seguir, desmente-se. O projecto da RETI «vai por água abaixo», com graves perdas para os pequenos investidores e com grandes lucros para a TVI. Com a bênção de Cavaco Silva, a Telecom compra a TDP pública e garante à TVI o fornecimento do sinal de emissão por metade do seu custo real. A estação católica revela, então, um passivo acumulado de 10 milhões de contos mas aposta na recuperação financeira através da problemática venda da RETI à Telecom e da entrada, nos capitais da empresa, do Grupo Stanley Ho. A Lusomundo reforça a sua participação na estação. Apesar de tecnicamente falida, a TVI lança-se no novo negócio da TVCabo e da TVDigital. A Televisão Católica é um autêntico «saco de gatos». O «Público» chamava-lhe TVI Connection.



# Pontos Cardeais

## O drama de Carreira

Parece estar na moda que as gentes ligadas a determinado partido, tomadas de desavenças, venham a público denunciar os malefícios das respectivas políticas em que, de resto, de um modo ou de outro colaboraram. E vai daí nem olham onde escrevem nem a quem debitam entrevistas. Isto a propósito de Medina Carreira, que se queixou em entrevista a «O Diabo» - olha quem! - de que «perdemos quase tudo!», enumerando, refere «a frota, muitas indústrias, as minas, a agricultura, as pescas, as conservas, a metalomecânica, a construção naval»... e afirma: «Restam-nos os cimentos e uma siderurgia que até me parece já ser espanhola.»

Carreira, cuja carreira no PS parece ter há muito terminado, diz ainda que «o PSD está muito mais próximo das nossas necessidades actuais face à internacionalização económica e aos desafios europeus». Assim mesmo. Que as diferenças entre o PS e o PSD, no fundamental da política económica, das privatizações e da alienação de empresas e sectores nacionais se aproximam muito, pouca gente já tem dúvidas. Venha o diabo e escolha. Mas ainda causa certa surpresa que um antigo socialista prefira que seja o PSD a vender o País.

## As «bombas» de Sampaio

E quem teve afinal a culpa de levar o PSD ao governo? Segundo as mais recentes sondagens - valham o que valham - Durão Barroso não se sentaria na cadeira de primeiro-ministro se as eleições decorressem hoje, passado meio ano de governação laranja, que já mostrou à maioria dos eleitores ser ainda pior do que a governação rosa, apesar dos espinhos. Para repor justiça e lançar o País na senda do desenvolvimento, só com uma verdadeira política de esquerda, e disso ainda os eleitores se não convenceram o suficiente para reforçarem determinadamente a votação no PCP e nos seus

aliados. Persistem mesmo alguns ex-membros e alguns ainda membros do Partido em deitar as responsabilidades da vitória da direita sobre as costas dos comunistas e da sua direcção.

Quanto a tais acusações, a entrevista que o Presidente da República deu à SIC, apesar da reserva que o levou a guardar para si as peripécias da convocação antecipada das eleições legislativas de Dezembro - «Espero nunca ter de esclarecer efectivamente o que se passou», disse -, é tão esclarecedora que alguns bonzos do PS mostaram a sua irritação. O «Expresso» disse mesmo que Jorge Sampaio tinha lançado duas «bombas»: «Guterres fugiu porque quis e o PSD está no poder porque o PS quis eleições»...

## A IV República...

E neste Verão que faz caretas e em que são lançadas biscas para o jogo presidencial que ainda vem longe, a poucos escapam as artimanhas que já envolvem personalidades apostando na corrida a Belém. Santana Lopes já começou a ser promovido e há quem o compare a Sá Carneiro. Antes que alguém no seu partido decida pensar no assunto, Santana desceu a Lisboa onde ganhou as eleições, rezando para que aconteça com ele o que, uma primeira vez, aconteceu ao actual ocupante de Belém - passar da presidência de Lisboa à presidência da República. Do lado do PS também já se contam as espingardas virtuais para a contenda e se promovem as figuras de proa, com créditos firmados no... estrangeiro.

Mas há ainda quem mostre fidelidade à sua própria imagem. O adjacente Alberto João Jardim foi mais uma vez ao Chão... da Lagoa reclamar pela «devolução de Portugal ao Povo». Dizem os jornais, que ele quer mudar a Constituição ou... fundar a IV República. É que, quanto a ele, esta República «está moribunda».

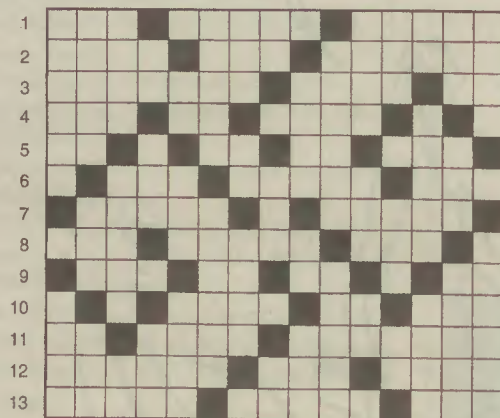
É claro que, da IV República, seria ele o presidente.

# Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Membro guarnecido de penas que serve às aves para voar; osso do braço, desde o ombro ao cotovelo; grande vasilha para líquidos, de capacidade igual ou superior a duas pipas. 2 - Tecido forte de linho grosso; o m.q. eiró; ribeiro. 3 - Aplanar; relativo a bronze; antes de Cristo (abrev.). 4 - Nome vulgar do óxido de cálcio; níquel (abrev.); o mesmo. 5 - Gume; milímetro (abrev.); pref. de origem latina que exprime a ideia de separação, afastamento; fludo gasoso. 6 - Debaixo de; que se refere a lâ; elemento de formação de palavras que exprime a ideia de terra. 7 - Diz-se de uma variedade de pedra muito porosa, que serve para polir ou limpar, resultante da solidificação rápida da lava; sussurro. 8 - Larva que se cria nas feridas dos animais; pequeno melão arredondado; camareira. 9 - Suf. nom. de origem grega, que exprime a ideia de filiação, descendência; planta liliácea da China; tecido fino como escumilha; pouco (prov.). 10 - Deteste; pedestal; instrumento para encurvar as calhas das linhas férreas. 11 - Abade (abrev.); qualquer instrumento de ataque ou defesa; erário. 12 - Muito distante; parceiro; costume. 13 - Torne liso; unidade monetária dos Estados Unidos da América do Norte; argola.

**VERTICAIS:** 1 - Ceder ao peso ou carga; em direcção a. 2 - Recreio; red. de para; belo. 3 - Matéria corante azul de origem vegetal; toada de cantiga; terceira nota da escala musical. 4 - Aque-las; faculdade; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.). 5 - Pref. de origem grega que exprime a ideia de separação; privação; virtude; ofício. 6 - Pequeno (bras.); o que numa série de sete ocupa o último lugar. 7 - Época; milímetro (abrev.); antigo instrumento musical de cordas. 8 - Nome da letra grega que corresponde ao R latino; actuo; poeira. 9 - Lugar de delícias; outra coisa; semelhante. 10 - Agrupar; obra dramática ou lírica, sem diálogo falado, em que a música e a poesia se completam. 11 - Qualquer carruagem; caminho orlado de casas, muros ou árvores, numa povoação; existe. 12 - Discurso; um milhar; designa alternativa. 13 - Contr. da prep. em com o art. def. o; desgosto; barras de metal fundido para lastro dos navios. 14 - Interj. que se emprega para excitar ou animar; existir; sabar. 15 - Fila de 16 homens, unidade fundamental da falange macedónia; pequena elevação de terreno.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Ass. único; tonel. 2 - Lona; tó; arrote. 3 - Alisar; eno; AC. 4 - Cal; Ni; idem. 5 - Az; mm; ex; rás. 6 - Sob; lanar; geo. 7 - Pomes; número. 8 - Ur; mclor; via. 9 - Ad; ti; tó; 16. 10 - Aire; pé; gim. 11 - Ab; arma; tesour. 12 - Remoto; par; usar. 13 - Aise; dólar; ano. **VERTICAIS:** 1 - Alisar; para. 2 - Sola; pra; bel. 3 - Anti; soada; mi. 4 - As; dom; aos. 5 - Am; bem; arte. 6 - Mirm; sétimo. 7 - Era. 8 - Ró; ajo; pá. 9 - Edem; alt; tal. 10 - Anexar; ópera. 11 - Trem; rua; es. 12 - Oro; mli; ou. 13 - No; mgos; gusa. 14 - Eia; ser; tirar. 15 - Loco; cômoro.



## Reuniões e plenários

### Moita

Plenário de militantes de **Baixa da Banheira**, para discutir a situação política e iniciativas do Partido - sexta-feira, 2 de Agosto, às 21h30, no Centro de Trabalho do PCP de Baixa da Banheira, com a participação de **José Manuel Santos**, da Comissão Concelhia da Moita do PCP.

### Ourique

Almoço-convívio da organização de **Alcaria Fernão Vaz** - sábado, 3 de Agosto, às 13h00, no café do Sr. António José, com a participação de **Paulo Neto**, do Comité Central.

### Vila Nova de Gaia


Plenário de militantes da Organização da **Freguesia de Canidelo**, para discutir a situação política e organização e reforço do PCP - sábado, 3 de Agosto, das 10h30 às 17h30, no Centro de Trabalho do PCP, à Rua das Motas, 246, Canidelo, com a participação de **Domingos Abrantes**, membro da Comissão Política. Entre as 12h30 e as 15h00, terá lugar um almoço de confraternização ao custo de 5 €€

**6 de Agosto 2002**  
1945 - 2002

**57 anos**  
**Hiroshima - Nagasaki**

**18 horas • Cais do Sodré**  
Iniciativa pacifista  
de rejeição das armas nucleares

**Lembrar sempre, repetir nunca.**

 CPPC CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO



**CDU**

### Gondomar

A CDU de Gondomar realiza, no próximo domingo, 4 de Agosto, às 10h00, uma visita à **Santa Ovaia - Fânzeres**, com o objectivo de contactar a população e inteirar-se dos vários problemas da zona. Entre os vários activistas da CDU presentes, encontram-se **Manuel Pacheco**, eleito na Assembleia de Freguesia, e **Pimenta Dias**, vereador na Câmara Municipal de Gondomar.

### Viagem ao Brasil

promovida pela Com. Concelhia de Almada  
Data prevista: 4 a 12 de Outubro 2002  
(Informações: cam. Cabrita - 212752777)



  
**festa**  
do **Avante!**  
2002

## Jornadas de trabalho

- do **Sector de Empresas da Cidade de Lisboa**  
3 de Agosto e 24 de Agosto

- da **organização concelhia do Cadaval**  
3 de Agosto, com partida às 08h00, junto ao Café Rosa

- da **organização concelhia do Seixal**  
4 de Agosto, sendo o ponto de encontro na Festa, às 09h00, no Bar de Apoio

- da **organização concelhia de Oeiras**  
4 de Agosto, com os seguintes horários de partida:

07h30 - Paço de Arcos

(junto ao Mercado)

07h40 - Oeiras (Estação)

07h50 - Porto Salvo (junto à Capela)

07h55 - Leceia (Largo)

08h05 - Tercena (GRT)

08h15 - Queijas (Igreja)

08h20 - Carnaxide (ex-VIMECA)

08h25 - Linda-a-Velha

(Caixa Geral Depósitos)

08h30 - Algés (frente ao Ribamar)

Regresso da Atalaia às 17h00





# ATVer

Marilyn Monroe esta semana em dois filmes na RTP-2

## JFK

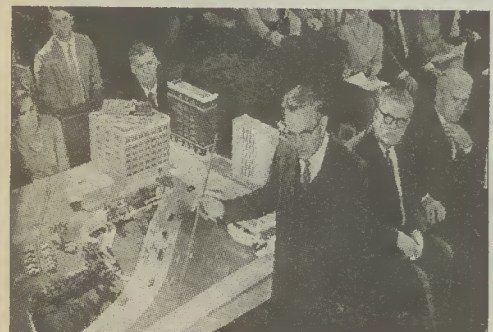
(Quinta-feira, 01.08.02, TVI) O filme de Oliver Stone foi, como se sabe, objecto de enorme controvérsia: de um lado, a direita americana e o próprio Poder, que não se sentiu nada feliz com este remexer no assassinato do presidente Kennedy em 22 de Novembro de 1962; do outro, historiadores e investigadores, que criticaram a forma como Stone pretendeu apresentá-lo - como uma peça-chave no esclarecimento dos factos e dos culpados. Tomado, porém, como uma ficção, e descontados lapsos assinaláveis no guião e factos soltos já demonstrados que podiam ter sido incorporados, JFK é um respeitável filme - na cinematografia, na montagem, na música, na fotografia, convergentes numa complexidade que só um grande cineasta poderia gerir. Contribuiu



as "fora de cena" que dela fez Milton Greene. Quanto aos filmes programados (*O Príncipe e a Corista*, dirigido por Laurence Olivier, *Norma Jean e Marilyn*, um telefilme tido como uma das mais conseguidas tentativas de aproximação biográfica, e *Quanto mais Quente Melhor*, de Billy Wilder) é para este último que sempre vão os maiores elogios, levados por alguns até à qualificação de obra-prima da comédia. O argumento, do próprio Wilder, ágil e inventivo, assente numa cada-dupa de equívocos e em gags hilariantes, parte de uma situação explorada em muitas outras comédias - a de dois músicos que se fazem passar por mulheres para conseguir trabalho numa banda exclusivamente feminina e acabam por se deixar prender nos encantos de uma cintilante loira, sua companheira de trupe, "embrulhando" todo o plano... A grande diferença está em "Sugar" - Marilyn, que aqui dá prova do seu talento para a comédia e aqui interpreta uma canção que para sempre ficou colada à sua voz, "I Wanna Be Loved By You" - e na dupla Jack Lemmon/Tony Curtis, a que se dirigem por regra todas as unanimidades, com interpretações superiores no papel que a cada um cabe e sobretudo na perfeita *contrace-na*, um talento especial que designadamente Lemmon usaria de forma magistral até ao fim e com numerosos outros parceiros, como os seus últimos filmes com Walter Mathau demonstram.



Jessica Lange e Tommy Lee Jones, protagonistas de «Céu Azul»

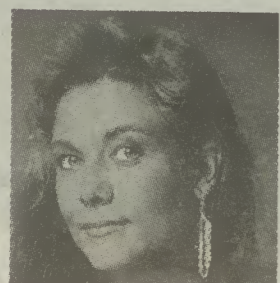


Fotograma de JFK, de Oliver Stone

para o debate e para o prosseguimento da procura de uma "verdade" ainda não alcançada: o protagonista, o advogado Jim Garrison, Kevin Costner, recusa-se a acreditar na história oficial divulgada pelo FBI, suspeitando que existe "algo mais" para além do que foi revelado ao público, e essa é, pelo menos que se saiba, ainda hoje a verdade.

## Um Tempo para Cavalos Bêbedos

(Sexta-feira, 02.08.02, RTP-2) Bahman Ghobadi, curdo, antigo assistente de Kiarostami (de quem a RTP-2 deu há meses a conhecer algumas obras), escreveu, produziu e realizou *Um Tempo para Cavalos Bêbedos*. Autor de numerosos documentários sobre as terríveis condições de vida no seu Curdistão natal, é a esse tema central que volta, numa longa metragem de ficção porém baseada numa história real - o drama de cinco órfãos em luta pela sobrevivência nas montanhas geladas e agrestes do Curdistão iraniano, conduzidos pelo irmão "chefe de família", Ayoub, que tem apenas 12 anos. Para sobreviverem e poder custear o tratamento de um dos seus irmãos gravemente doente, Ayoub envolve-se no contrabando entre o Irão e o Iraque, "oferece" uma irmã a um iraquiano, enfrenta com os seus irmãos inúmeros perigos e privações, acaba por cair numa emboscada... O filme, em estilo documental, falado em língua curda e custeado pela população local, anuncia-se como um retrato impressionante de uma região esquecida.



Teresa Russell veste a pele de Marilyn em «Uma Noite Inesquecível»

sica Lange.

## Uma Noite Inesquecível

(Quarta-feira, 07.08.02, RTP-2) Mais uma peça para a memória dos tempos da guerra fria e da caça às bruxas, agora em tom de comédia, é este filme de Nicholas Roeg. Adaptando ao cinema uma peça teatral de Terry Johnson, Roeg reúne quatro personalidades conhecidas, algumas marcantes, dos anos 50 - Marilyn Monroe, Albert Einstein, Joe DiMaggio e o sinistro senador McCarthy, facilmente reconhecíveis embora apresentados com nomes diferentes - num quarto de hotel em Nova Iorque, no Verão de 54, trocando ideias sobre a vida e o mundo, do sexo à relatividade e do desporto à política. Além de divertida reflexão sobre a América, esta "Noite Inesquecível" é oportunidade para admirar mais um fabuloso exercício de actores, no caso **Teresa Russell, Gary Busey, Michael Emil e Tony Curtis**.

## Quanto Mais Quente Melhor

(Domingo, 04.08.02, RTP-2) A boa maneira dos seus melhores períodos, a RTP2 pegou numa efeméride - Marilyn Monroe no 40.º aniversário da sua morte - para fazer a memória e o re-conhecimento de uma das personagens emblemáticas do séc. XX, através da retransmissão de alguns dos seus filmes, de uma biografia ficcionada e do documentário programado para domingo, inspirado nas célebres fotografi-

### Quinta, 1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões - Local
- 14.30 Via Aberta
- 16.30 Amor e Odio
- 17.30 O Elo Mais Fraco
- 18.30 Quebra-cabeças
- 19.20 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 «Possuídos» (Filme)
- 00.30 Os Sopranos
- 01.30 24 Horas
- 01.45 «Quase Morta» (Filme)

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Matas, Bosques e Brenhas
- 13.30 Felicity
- 14.30 Informação Gestual
- 15.30 Euronews
- 16.00 Sinais do Tempo
- 17.00 Informação Gestual
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Mitos Eternos
- 19.00 A Montanha que Fuma
- 19.30 Clube da Europa
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Roswell
- 24.00 «O Quadro Negro» (Filme)
- 01.30 Departamento de Homicídios

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Matas, Bosques e Brenhas
- 13.30 Felicity
- 14.30 Informação Gestual
- 15.30 Euronews
- 16.00 Retratos
- 17.00 Espaço Infantil
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Gente da Cidade 2002
- 19.00 2010
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 O Homem e o Animal
- 24.00 «Um Tempo para Cavalos Bêbedos» (Filme)
- 02.15 Departamento de Homicídios

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Walker, o Ranger do Texas
- 15.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação

### Sexta, 2

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões - Local
- 14.30 Vencedores
- 16.30 Amor e Odio
- 17.15 O Elo Mais Fraco
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.15 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Futebol: Porto-Atletico de Madrid
- 23.00 «Acima da Suspeita» (Filme)
- 00.45 Os Sopranos
- 01.45 24 Horas
- 02.00 «Almas Perdidas» (Filme)

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Matas, Bosques e Brenhas
- 13.30 Felicity
- 14.30 Informação Gestual
- 15.30 Euronews
- 16.00 Retratos
- 17.00 Espaço Infantil
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Gente da Cidade 2002
- 19.00 2010
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 O Homem e o Animal
- 24.00 «Um Tempo para Cavalos Bêbedos» (Filme)
- 02.15 Departamento de Homicídios

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Matas, Bosques e Brenhas
- 13.30 Felicity
- 14.30 Informação Gestual
- 15.30 Euronews
- 16.00 Retratos
- 17.00 Espaço Infantil
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Gente da Cidade 2002
- 19.00 2010
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 O Homem e o Animal
- 24.00 «Um Tempo para Cavalos Bêbedos» (Filme)
- 02.15 Departamento de Homicídios

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Walker, o Ranger do Texas
- 15.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação

### Sábado, 3

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.45 «Sexo, Baratas e Rock'n Roll» (Filme)
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Top +
- 15.00 O Passeio dos Alegres
- 18.45 Gala do Contra-Infoção
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Futebol: Benfica-Grémio
- 23.00 «As Noites de China Blue» (Filme)
- 02.30 24 Horas
- 02.45 «Livres à Quarta-Feira» (Filme)

- 07.00 Euronews
- 12.00 Olhares Cruzados de Séculos XXI
- 13.00 «Bean» (Filme)
- 15.00 Desporto 2
- 19.30 Mitos Eternos
- 20.00 Missão Natureza
- 20.30 Bombordo
- 21.00 Por Outro Lado
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 O Lugar da História «A Grécia Antiga»
- 00.00 Britcom
- 01.00 Saxaxal (Gravações do Festival de Cascais)
- 02.30 Noites Curtas do Onda 1
- 02.45 «Curtas-metragens»

- 07.00 Euronews
- 12.00 Olhares Cruzados de Séculos XXI
- 13.00 «Bean» (Filme)
- 15.00 Desporto 2
- 19.30 Mitos Eternos
- 20.00 Missão Natureza
- 20.30 Bombordo
- 21.00 Por Outro Lado
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 O Lugar da História «A Grécia Antiga»
- 00.00 Britcom
- 01.00 Saxaxal (Gravações do Festival de Cascais)
- 02.30 Noites Curtas do Onda 1
- 02.45 «Curtas-metragens»

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Walker, o Ranger do Texas
- 15.00 As Duas por Três
- 16.00 Malhação

### Domingo, 4

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 «A Princesinha» (Filme)
- 12.30 Planeta Azul
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões - Local
- 16.30 Amor e Odio
- 17.15 O Elo Mais Fraco
- 18.15 Quebra-Cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Sorte Grande
- 21.45 O Elo Mais Fraco
- 22.30 «Céu Azul» (Filme)
- 00.30 Os Sopranos
- 01.30 24 Horas
- 02.00 «Asilo» (Filme)

- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 11.30 Horizontes da Memória
- 12.00 Turma das Ciências
- 13.00 Os Caminhos de Santiago



Silvia Alberto, agora no «Clube Europa», vai ser uma estrela da TV...



«Primatas como Nós» na RTP2

- 14.00 Desporto 2
- 18.30 Primatas Como Nós
- 19.30 Onda Curta
- 20.00 La Femme Nikita
- 21.00 Artes e Letras
- 21.30 «FBI Contra Hollywood»
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 Marilyn Malgré Elle
- 24.00 Quanto Mais Quente Melhor» (Filme)
- 02.00 Sinais do Tempo
- 03.00 2010 (Rep.)

- 07.00 SIC - A Abrir
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Matulão» (Filme)
- 16.00 «O Leão de África» (Filme)
- 18.00 «Não Acordem o Rato Adormecido» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 22.00 Dr. Double
- 01.00 «Sobreviventes» (Filme)
- 03.00 A Rainha de Espadas

- 07.30 Sempre a Abrir
- 11.15 Impacto TV
- 12.00 Jardins Proibidos
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Jardins Proibidos
- 15.00 Bora Lá Marina
- 16.00 As Pupilas do Sr. Doutor
- 16.30 Olho Vídeo
- 17.15 Marés Vivas
- 18.00 Anjo Selvagem
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Sonhos Traídos
- 22.15 Anjo Selvagem
- 23.15 «Star Trek: o 1º Contacto» (Filme)
- 01.15 «Forbidden Territory» (Filme)

- 07.00 Super Batatoon
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 O Grito da Natureza
- 16.45 Jack and the Beanstalk» (Filme)
- 18.45 Bons Vizinhos
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.10 Apanhados da Bola
- 21.30 Super Pai
- 22.30 O Último Beijo
- 23.30 Jackie Brown» (Filme)
- 01.30 «Free of Eden»

### Segunda, 5

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões - Local
- 14.30 Vencedores
- 16.30 Amor e Odio
- 17.15 O Elo Mais Fraco
- 18.15 Quebra-Cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Sorte Grande
- 21.45 O Elo Mais Fraco
- 22.30 «Céu Azul» (Filme)
- 00.30 Os Sopranos
- 01.30 24 Horas
- 02.00 «Asilo» (Filme)

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Matas, Bosques e Brenhas
- 13.30 Felicity



Ana Sousa Dias: sempre para ver, todos os sábados

- 13.30 Felicity
- 14.30 Informação Gestual
- 15.30 Euronews
- 16.00 O Lugar da História
- 17.00 Espaço Infantil
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Planeta Azul
- 19.30 As Novas Reservas Naturais
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Sete Palmos de Terra
- 00.00 «O Príncipe e a Corista» (Filme)
- 02.15 Departamento de Homicídios

- 15.30 Euronews
- 16.00 O Lugar da História
- 17.00 Espaço Infantil
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Planeta Azul
- 19.30 As Novas Reservas Naturais
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Sete Palmos de Terra
- 00.00 «O Príncipe e a Corista» (Filme)
- 02.15 Departamento de Homicídios

- 07.00 SIC - A Abrir
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Matulão» (Filme)
- 16.00 «O Leão de África» (Filme)
- 18.00 «Não Acordem o Rato Adormecido» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 22.00 Dr. Double
- 01.00 «Sobreviventes» (Filme)
- 03.00 A Rainha de Espadas

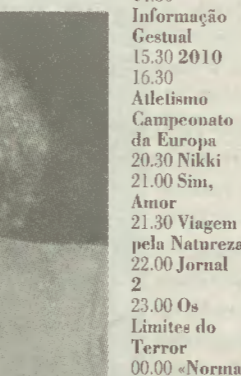
- 07.30 Sempre a Abrir
- 11.15 Impacto TV
- 12.00 Jardins Proibidos
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Jardins Proibidos
- 15.00 Bora Lá Marina
- 16.00 As Pupilas do Sr. Doutor
- 16.30 Olho Vídeo
- 17.15 Marés Vivas
- 18.00 Anjo Selvagem
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Sonhos Traídos
- 22.15 Anjo Selvagem
- 23.15 «Star Trek: o 1º Contacto» (Filme)
- 01.15 «Forbidden Territory» (Filme)

- 07.00 Super Batatoon
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 O Grito da Natureza
- 16.45 Jack and the Beanstalk» (Filme)
- 18.45 Bons Vizinhos
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.10 Apanhados da Bola
- 21.30 Super Pai
- 22.30 O Último Beijo
- 23.30 Jackie Brown» (Filme)
- 01.30 «Free of Eden»

### Terça, 6

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões - Local
- 14.30 Vencedores
- 16.30 Amor e Odio
- 17.30 O Elo Mais Fraco
- 18.30 Quebra-Cabeças
- 19.15 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 O Elo Mais Fraco
- 22.30 «Bulwer» (Filme)
- 00.30 Os Sopranos
- 01.30 24 Horas
- 01.45 «Andrey Rose» (Filme)

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Matas, Bosques e Brenhas
- 13.30 Felicity



Departamento de Homicídios

- 14.30 Informação Gestual
- 15.30 2010
- 16.30 Atletismo
- 17.00 Espaço Infantil
- 18.00 Informação Religiosa
- 19.30 Bombordo da Europa
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Os Limites do Terror
- 00.00 «Norma Jean e Marilyn» (Filme)
- 02.15 Departamento de Homicídios

- 15.30 Euronews
- 16.00 O Lugar da História
- 17.00 Espaço Infantil
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Planeta Azul
- 19.30 As Novas Reservas Naturais
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Sete Palmos de Terra
- 00.00 «O Príncipe e a Corista» (Filme)
- 02.15 Departamento de Homicídios

- 07.00 SIC - A Abrir
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Matulão» (Filme)
- 16.00 «O Leão de África» (Filme)
- 18.00 «Não Acordem o Rato Adormecido» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 22.00 Dr. Double
- 01.00 «Sobreviventes» (Filme)
- 03.00 A Rainha de Espadas

- 07.30 Sempre a Abrir
- 11.15 Impacto TV
- 12.00 Jardins Proibidos
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Jardins Proibidos
- 15.00 Bora Lá Marina
- 16.00 As Pupilas do Sr. Doutor
- 16.30 Olho Vídeo
- 17.15 Marés Vivas
- 18.00 Anjo Selvagem
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Sonhos Traídos
- 22.15 Anjo Selvagem
- 23.15 «Murder on the Mirror» (Filme)
- 01.30 «Regresso à Família» (Filme)
- 03.30 O Homem do Presidente

- 07.00 Super Batatoon
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 O Grito da Natureza
- 16.45 Jack and the Beanstalk» (Filme)
- 18.45 Bons Vizinhos
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.10 Apanhados da Bola
- 21.30 Super Pai
- 22.30 O Último Beijo
- 23.30 Jackie Brown» (Filme)
- 01.30 «Free of Eden»

### Quarta, 7

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões - Local
- 14.30 Vencedores
- 16.30 Amor e Odio
- 17.30 O Elo Mais Fraco
- 18.30 Quebra-Cabeças
- 19.15 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 O Elo Mais Fraco
- 22.30 «Contágio» (Filme)
- 00.30 Os Sopranos
- 01.45 24 Horas
- 01.30 «Beijos Roubaídos» (Filme)

- 07.00 Espaço Infantil
- 11.00 Euronews
- 13.00 Matas, Bosques e Brenhas
- 13.30 Felicity



Departamento de Homicídios

- 14.30 Informação Gestual
- 15.30 2010
- 16.30 Atletismo
- 17.00 Espaço Infantil
- 18.00 Informação Religiosa
- 19.30 Bombordo da Europa
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Os Limites do Terror
- 00.00 «Norma Jean e Marilyn» (Filme)
- 02.15 Departamento de Homicídios

- 15.30 Euronews
- 16.00 O Lugar da História
- 17.00 Espaço Infantil
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Planeta Azul
- 19.30 As Novas Reservas Naturais
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Nikki
- 21.00 Sim, Amor
- 21.30 Viagem pela Natureza
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Sete Palmos de Terra
- 00.00 «O Príncipe e a Corista» (Filme)
- 02.15 Departamento de Homicídios

- 07.00 SIC - A Abrir
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Matulão» (Filme)
- 16.00 «O Leão de África» (Filme)
- 18.00 «Não Acordem o Rato Adormecido» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 22.00 Dr. Double
- 01.00 «Sobreviventes» (Filme)
- 03.00 A Rainha de Espadas

- 07.30 Sempre a Abrir
- 11.15 Impacto TV
- 12.00 Jardins Proibidos
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Jardins Proibidos
- 15.00 Bora Lá Marina
- 16.00 As Pupilas do Sr. Doutor
- 16.30 Olho Vídeo
- 17.15 Marés Vivas
- 18.00 Anjo Selvagem
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 Sonhos Traídos
- 22.15 Anjo Selvagem
- 23.15 «Murder on the Mirror» (Filme)
- 01.30 «Regresso à Família» (Filme)
- 03.30 O Homem do Presidente

- 07.00 Super Batatoon
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 O Grito da Natureza
- 16.45 Jack and the Beanstalk» (Filme)
- 18.45 Bons Vizinhos
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.10 Apanhados da Bola
- 21.30 Super Pai
- 22.30 O Último Beijo
- 23.30 Jackie Brown» (Filme)
- 01.30 «Free of Eden»

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelas operadoras de televisão após o fecho desta edição

# TVisto

## O défice descascado

Para além dos fogos estivais, dos desastres de avião e de mais umas quantas desgraças miúdas, tudo fazendo as delícias dos telenoticiários,



## A talhe de foice

• Anabela Fino

### A nossa luta

*O relatório deste ano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é absolutamente demolidor para Portugal.*

*Os dados agora divulgados revelam a realidade nua e crua que os sucessivos governos têm procurado escamotear: Portugal ocupa o último lugar dos países da União Europeia no índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas; a esperança de vida dos portugueses está abaixo da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE); o analfabetismo funcional afecta cerca de metade da população; o rendimento médio dos cidadãos pouco ultrapassa os 17 mil euros, quase metade da registada na OCDE; a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é das mais acentuadas da Europa, com vinte por cento da população mais rica a deter 43 por cento da riqueza nacional, e os dez por cento dos mais pobres a deter 3,1 por cento dessa riqueza, um nível de desigualdade só ultrapassado pelos Estados Unidos no conjunto dos países mais desenvolvidos.*

*A nível mundial, a questão das desigualdades é ainda mais gritante. Os cinco por cento mais ricos do mundo têm um rendimento 114 vezes superior aos dos cinco por cento mais pobres, e um por cento detém 57 por cento da riqueza total do planeta. Anualmente, 30 mil crianças morrem de doenças evitáveis, cento e treze milhões não frequentam a escola.*

*É este o retrato da globalização que alguns insistem em servir-nos como se da última maravilha se tratasse.*

*É esta a realidade da sociedade moderna a que certas vozes dizem que temos de nos adaptar.*

*É esta a democracia a que nos querem submeter.*

*Não estamos perante uma fatalidade. Como o próprio relatório do PNUD afirma, o que impede a democracia e o desenvolvimento não são*

*motivos culturais ou religiosos, mas tão-só «o desejo dos que estão no poder em manter a sua posição a todo o custo».*

*E se é um facto que nos últimos anos a democracia formal se desenvolveu, designadamente através da realização de eleições, não é menos verdade,*

*segundo o documento, que os países que mais apregoam a democracia são justamente os que mais se aproveitam dos défices democráticos de*

*forma a fazer prevalecer os seus interesses, nem que seja à custa de situações extremas como a registada na África subsariana, onde cerca de*

*metade da população (47 por cento) vive com um dólar por dia.*

*Este mundo tão profundamente desigual é fruto de uma política: a política capitalista e imperialista, por mais que nos queiram fazer crer que estes termos passaram de moda.*

*A nível nacional, a realidade em que vivemos é o resultado concreto das políticas de sucessivos governos, que sendo diferentes têm sido sempre*

*dos mesmos, isto é, do PS, do PSD e do CDS/PP, sozinhos, coligados ou coniventes.*

*É esta política, que o PCP sempre combateu, combate e continuará a combater, que faz dos comunistas, na terminologia de uns quantos, um partido ultrapassado a necessitar de urgente renovação.*

*O que se pretende é que o PCP deixe de ser a voz e a força incómodas que denuncia e combate este sistema intrinsecamente injusto, e se junte aos que advogam ser possível melhorar o que não tem remédio.*

*Há quem satisfaça a consciência administrando aspirinas ao doente moribundo. Os que querem transformar o mundo, como os comunistas, não acreditam em panaceias destas. Querem cortar o mal pela raiz e estão dispostos a dedicar toda a sua vida a esta causa. É uma luta sem tréguas,*

*mas vale a pena travá-la. É uma luta pela humanidade, pela paz, pela justiça, por uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados. É a luta pelo socialismo.*

*A nossa luta.*

Comunistas estarão na primeira linha da luta

# Impedir o retrocesso social

**A Comissão Política do Comité Central do PCP manifestou ontem, em conferência de imprensa, a frontal oposição do PCP ao violento ataque do Governo e do patronato, patente no «Código do Trabalho» e nos aumentos dos preços.**

Este ataque conjugado entre grande capital e Governo procura «desregulamentar quase sem limites o mercado de trabalho, consi-

derar o desemprego como uma realidade estrutural e inelutável, atacar e fragilizar os sindicatos, eliminar direitos

laborais essenciais, em articulação com a forte redução dos sistemas públicos de saúde e Segurança Social, reduzindo-os a um papel marginal na vida dos portugueses», afirmou Jorge Pires, membro da Comissão Política, na conferência de imprensa realizada ontem.

Considerando que o Governo cumpre à risca «o que de forma rude afirmou o patrão dos patrões (Francisco van Zeller, presidente da CIP)», segundo o qual se deve privilegiar a competitividade das empresas e não o bem-estar das pessoas, o dirigente comunista salientou que o Governo, na ânsia de justifi-

car as suas medidas, cai em três erros fundamentais: o primeiro, ao esquecer que a produtividade é apenas um

dos factores da competitividade das empresas; o segundo, ao procurar esconder que o nível de produtividade tem a ver funda-

mentalmente com outras questões da vida das empresas que não a legislação laboral; e o terceiro, ao partir do princípio que a mão-de-obra nacional não é, já, das mais flexíveis, como aliás é reconhecido por diversos estudos nacionais.

Acusando o Governo de cúmplice da «preguiça, má preparação técnica e ganância desmedida de algum do patronato português», Jorge Pires lembrou que as preocupações que o Governo afirma ter, justificavam medidas no âmbito da educação e formação. Mas o que se verifica é a mais baixa taxa de trabalhadores com formação contínua

– 3 por cento contra os 10 de média europeia. Ao invés de optar pelo investimento nas novas tecnologias, investigação, qualidade e inovação, o Governo apresenta medidas retrógradas e reaccionárias, afirmou o dirigente do PCP.

«A aprovação de tal legislação provocaria uma brutal alteração da correlação de forças na empresa favorável ao patronato e teria consequências directas no nível salarial, na estabilidade do emprego e na capacidade de defesa dos seus direitos pelos trabalhadores», prosseguiu, salientando a partilha desta opinião por muitos especialistas em Direito do Trabalho. Esta brutal alteração provocará, a ser aprovada, a «destruição do actual edifício jurídico-laboral e conduzirá as relações de trabalho ao anos 30 do século passado».

#### Preços a subir

Ao mesmo tempo que projecta estas medidas, o Governo promove gravíssimos ataques à Segurança Social e aos trabalhadores da Administração Pública. Tudo isto é apresentado no momento em que se anunciam novos e gravosos aumentos de preços de bens e serviços essenciais.

Entre os bens e serviços que sofrerão brutais aumentos, contam-se os transportes – cujos aumentos podem representar, no imediato, 6 por cento nos passes e 9 nos transportes em geral – e a água, com aumentos que podem atingir os 4,1 por cento para os consumidores directos.

A acrescentar a tudo isto, e para além do aumento do IVA, o recente anúncio pelo ministro do Equipamento Social de que se iniciará o pagamento de portagens em vias que, até ao momento, não eram pagas, é igualmente alvo da crítica da direcção comunista. Assim, a CREL, em Lisboa, o IC24, no Porto, a Via do Infante, no Algarve, entre muitas outras, passarão a ser pagas pelos utentes, contrariamente às promessas eleitorais de Durão Barroso.

Para o PCP, coloca-se como «tarefa incontornável a necessidade de alertar, esclarecer e mobilizar os trabalhadores a partir de agora», estando, como no passado, «na primeira linha da luta lado a lado com muitos outros cidadãos dos mais variados quadrantes políticos, contra as políticas ultraliberais deste Governo».

#### Autoeuropa

## Manifestação contra despedimentos

Quatro dezenas de trabalhadores da Maclellan manifestaram-se anteontem junto às instalações da Autoeuropa para denunciar alegadas pressões para rescindir os contratos de trabalho e assinarem novos contratos com uma empresa espanhola.

A Maclellan é uma empresa britânica que assegura a manutenção de fluidos e de vários serviços de apoio à produção de automóveis na

Autoeuropa. Na semana passada propôs a rescisão dos contratos aos 40 trabalhadores, entretanto contactados para assinarem novos contratos de trabalho com a empresa espanhola Ramel.

Segundo revelou à Lusa o sindicalista Américo Flor, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul, a proposta de rescisão dos contratos surge na sequência da

decisão da Autoeuropa de redistribuir os serviços de manutenção da Maclellan pelas empresas Thyssen e Ramel, estando esta última empresa disponível para acolher os quarenta trabalhadores da Maclellan.

«O problema é que não sabemos em que termos é que a empresa espanhola pretende contratar estes 40 trabalhadores, alguns com cerca de nove anos de

casa», disse Américo Flor, acrescentando que a Ramel «está a assegurar o serviço com trabalhadores espanhóis».

«Estamos convictos de que estas alterações foram concertadas entre os responsáveis da Autoeuropa, da Maclellan e da Ramel, e que visam apenas retirar os direitos adquiridos dos quarenta trabalhadores da Maclellan», acusou o sindicalista.

## Dois mil professores sem colocação

Mais de dois mil professores do 1.º ciclo do ensino básico, pertencentes aos Quadros Distritais de Vinculação, não serão colocados na fase de concurso que terminou segunda-feira, denunciou a Fenprof, considerando que em causa está a transparência do processo.

Em comunicado, a Federação Nacional dos Professores acusa o Ministério da Educação de «tentar justificar o problema com a redução do número de crianças em idade escolar».

Para os sindicatos trata-se de uma tentativa de «esconder aos portugueses

a falta de vontade política do Governo para proceder à profunda renovação do 1.º ciclo do ensino básico».

Só na região centro, 22 por cento dos professores pertencentes ao Quadro Distrital de Vinculação (QDV) não serão colocados, diz a Fenprof.

A estrutura sindical não perde a oportunidade para realçar diversos paradoxos e contradições das medidas decididas pelo ministro da Educação, David Justino, e as propostas que apresentou na Assembleia da República quando era deputado pelo PSD.

«Inexplicavelmente, os QDV encolhem, apesar de o Ministério ter, anualmente, necessidade de contratar docentes a prazo», critica a

federação, adiantando que persistem milhares de turmas com um número de alunos acima do que seria razoável, não obstante o ministro, quando era deputado, ter apresentado no Parlamento um projecto de lei que fixava o número máximo de 19 alunos por turma.

Para a Fenprof, a resolução de todos estes problemas passa pelo alargamento dos quadros nas escolas, pela revisão da legislação e dos prazos de concursos e pela renovação da escola do 1.º ciclo.

